GRUPO TRANSTEJO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2014

ÍNDICE

1 Nota de Abertura 5
2 Atividade 6
2.1 Procura 6
2.1.1 Nota sobre a alteração de critério no apuramento de indicadores de Procura 8
2.2 Oferta 9
2.3 Frota 11
2.4 Transporte de Veículos 11
2.5 Transporte de Bicicletas 12
2.6 Atendimento ao Cliente 12
2.7 Atividades Acessórias 13
3 Segurança e Ambiente 14
3.1 Segurança da Exploração 14
3.2 Higiene e Segurança no Trabalho 14
3.3 Gestão Ambiental 15
3.4 Sinistralidade 15
4 Recursos Humanos 16
4.1 Gestão do Efetivo 16
4.2 Princípio de Igualdade do Género 18
4.3 Política Salarial 18
4.4 Formação 19
4.5 Indicadores de Prestação de Trabalho 19
4.5.1 Horário de Trabalho 19
4.5.2 Taxa de Absentismo 20
4.5.3 Horas Trabalhadas 20
4.6 Sistema de Avaliação do Desempenho (SAD) 20
5 Situação Económica e Financeira 21
5.1 A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas 21
5.2 Modelo de Financiamento 22
5.3 Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro 23
5.4 Esforço Financeiro do Estado 24
5.5 Investimentos 26
5.6 Operações efetuadas no exercício de 2014 com relevante impacto financeiro e patrimonial 27
5.6.1 Protocolo para regularização de Saldos Devedores 27
5.6.2 Acordo relativo ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré 27
5.7 Demonstração da Posição Financeira 29
5.7.1 Contas Individuais 29
5.7.2 Contas Consolidadas 32
5.8 Demonstração do Rendimento Integral 34
5.8.1 Contas Individuais 34
5.8.2 Contas Consolidadas 39
6 Perspetivas Futuras 46
7 Notas Finais 46
7.1.1 Agradecimentos 47
8 Proposta de Aplicação de Resultados 47
9 Declaração de Cumprimento 48

ÍNDICE de tabelas e gráficos

Tabela 1 – Indicadores de Procura – Evolução homóloga 2014-2013 6
Tabela 2 - Indicadores de Procura - Dados históricos 2010-2012 6
Tabela 3 - Indicadores de Oferta - Evolução homóloga 2014-2013 9
Tabela 4 - Indicadores de Oferta - Dados históricos 2010-2012 9
Tabela 5 - Taxa de Ocupação - Evolução 2010-2014 10

Tabela 6 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2014/2013) 13
Tabela 7 - Indicadores da Atividade "Cruzeiros no Tejo" 2010-2014 13
Tabela 8 - Indicadores de Sinistralidade - Evolução 2010-2014 15
Tabela 9 – Gestão do efetivo – Indicadores 2012-2014 16
Tabela 10 - Efetivos do Grupo a 31-12-2014 por área de atividade, género e faixa etária 17
Tabela 11- Gastos com Pessoal e Massa Salarial - Evolução 2010-2014 19
Tabela 12 - Horas de formação no Grupo Transtejo - 2014 19
Tabela 13- Taxa de Absentismo - Evolução 2010-2014 20
Tabela 14 - Horas trabalhadas - Evolução 2010-2014 20
Tabela 15 - Stock da Dívida Contratada – 31-12-2014 e condições de financiamento 23
Tabela 16 – Gastos de Financiamento - Evolução 2010-2014 23
Tabela 17 - Qualificação do IGRF a 31-12-2014 24
Tabela 18 - Demonstração do justo valor dos IGRF – 2014 24
Tabela 19 - Contratos de Prestação do Serviço Público de Transporte (Transtejo - Soflusa) - Análise 2014 24
Tabela 20 - Esforço Financeiro do Estado 2010-2014 25
Tabela 21 – Receitas de subsídios à exploração - 2014 26
Tabela 22 - Despesa de Investimento por Projetos – 2014 26
Tabela 23 - Protocolo de Regularização de Saldos Devedores TT-ML - Informação de suporte 27
Tabela 24 - Subsídios PIDDAC para Terminal do Cais do Sodré - Período 2009-2014 27
Tabela 25 - Detalhe das operações de suporte e valores contemplados no Acordo relativo ao Terminal do Cais do Sodré 28
Tabela 26 - Síntese da Posição Financeira da Transtejo 2010-2014 - Contas Individuais 29
Tabela 27 - Apoio Financeiro concedido pela Transtejo à Soflusa – 2014 30
Tabela 28 - Síntese da Posição Financeira da Transtejo 2010-2014 - Contas Consolidadas 32
Tabela 29 - Contas Individuais - Evolução de Resultados 2010-2014 34
Tabela 30- Contas Individuais - Evolução de Rendimentos 2010-2014 35
Tabela 31 - Contas Individuais - Detalhe de Outros Rendimentos e Ganhos 2010-2014 36
Tabela 32 - Contas Individuais - Evolução de Gastos 2010-2014 37
Tabela 33 – Contas Individuais - Indicador de Consumo de Gasóleo 2010-2014 37
Tabela 34 - Contas Individuais - Detalhe de FSE - Evolução 2010-2014 38
Tabela 35 - Contas Individuais - Reduções relevantes em Gastos com Pessoal 2013-2014 39
Tabela 36 - Contas Individuais - Evolução dos Gastos de Financiamento 2010-2014 39
Tabela 37 - Contas Consolidadas - Evolução do Resultado Liquido 2010-2014 40
Tabela 38 - Contas Consolidadas - Evolução de Resultados 2010-2014 40
Tabela 39 - Contas Consolidadas - Evolução de Rendimentos 2010-2014 40
Tabela 40 - Contas Consolidadas - Detalhe de Subsídios à Exploração 2010-2014 41
Tabela 41 - Contas Consolidadas - Detalhe de Outros Rendimentos e Ganhos 2010-2014 41
Tabela 42 - Contas Consolidadas - Evolução de Gastos 2010-2014 42
Tabela 43 - Contas Consolidadas - Indicador de Consumo de Gasóleo 2010-2014 43
Tabela 44 - Contas Consolidadas - Detalhe de FSE - Evolução 2010-2014 43
Tabela 45 - Contas Consolidadas - Gastos de Conservação da Frota - Detalhe 2014-2013 44
Tabela 46 - Contas Consolidadas - Reduções relevantes em Gastos com Pessoal 2013-2014 45
Tabela 47 - Contas Consolidadas - Detalhe Gastos com Pessoal 2010-2014 45
Tabela 48 - Contas Consolidadas – Detalhe Gastos de Financiamento 2010-2014 45

Gráfico 1 - Estrutura da Procura por ligação fluvial – 2014 7
Gráfico 2 - Estrutura da Procura por Título de Transporte - Variação homóloga 2014/2013/2012 7
Gráfico 3 - Passageiros Embarcados e Passageiros Calculados - Evolução 2010-2014 9
Gráfico 4 - Causas da supressão de viagens em 2014 e 2013 10
Gráfico 5 - Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial - 2014 10
Gráfico 6 - Evolução do número de veículos transportados 2010-2014 12
Gráfico 7 - Evolução do número de efetivos do Grupo Transtejo a 31.dezembro - Indicadores 2010-2014 16
Gráfico 8- Distribuição do efetivo do Grupo a 31-12-2014 por faixa etária e área de atividade 17
Gráfico 9 - Distribuição dos Efetivos do Grupo por regime de horário de trabalho – 2014 19
Gráfico 10 - Causas do absentismo no Grupo – 2014 20
Gráfico 11 - Sistema de Avaliação de Desempenho - Universo de trabalhadores avaliados 2010-2014 20
Gráfico 12 - Contas Individuais - Resultado Financeiro 2010-2014 35
Gráfico 13 - Contas Individuais - Estrutura de Gastos 2014 37
Gráfico 14- Contas Individuais - Estrutura de FSE – 2014 38
Gráfico 15 - Contas Consolidadas - Resultado Financeiro 2010-2014 40
Gráfico 16 - Contas Consolidadas - Estrutura de Gastos 2014 42
Gráfico 17 - Contas Consolidadas - Estrutura de FSE - 2014 43
Gráfico 18 - Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota no Grupo – 2014 44
Gráfico 19 - Gastos de Manutenção da Frota Transtejo / Soflusa – 2014 44

1 Nota de Abertura

O exercício de 2014 foi caracterizado pelo desafio transversal colocado ao Grupo Transtejo, decorrente da reclassificação das sociedades que o compõem (Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.) no perímetro das Administrações Publicas, facto publicado pelo INE ainda em 2013.

Tendo sido o primeiro ano de aplicação do enquadramento legal na sequência dessa reclassificação, nomeadamente a observância das obrigações decorrentes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, foram empreendidas medidas de adaptação interna ao nível dos procedimentos e dos sistemas de informação, envolvendo toda a organização na aplicação de novos requisitos resultantes da aplicação desse normativo.

Por outro lado, sentiram-se neste exercício os naturais constrangimentos do primeiro ano de gestão de dotações orçamentais inscritas no Orçamento do Estado, exigindo a segregação da monitorização orçamental por cada uma das entidades reclassificadas[1] e antecipação do controlo, da fase do pagamento para o momento da assunção dos compromissos.

Não obstante a exigência destas alterações estruturais e de procedimentos internos, o Grupo Transtejo desenvolveu a sua atividade de exploração envolvendo todos os seus colaboradores no compromisso de desenvolvimento sustentável, mantendo o foco na prestação de um serviço de qualidade e promovendo um consumo eficiente de recursos.

Os resultados alcançados no exercício assim o demonstram, verificando-se a tendência de retoma da atividade económica (reforço do crescimento da procura já registado em 2013) e assinalando-se uma melhoria dos resultados alcançados (redução do prejuízo do exercício em cerca de 68,9%) face ao período homólogo, ainda que seja necessário expurgar deste resultado um conjunto de impactos extraordinários registados contabilisticamente, como se explicará neste documento.

De referir que o exercício de 2015 trará novos desafios ao Grupo, partilhando da estratégia para o Setor dos Transportes, destacando-se o objetivo de concretizar a interoperabilidade nas empresas públicas de transportes da área metropolitana de Lisboa.

A nomeação dos membros do Conselho de Administração da Transtejo e da Soflusa, em regime de acumulação de funções, pelos mesmos membros executivos dos conselhos de administração do ML, EPE e da CARRIS, SA, aliada ao foco de racionalização de custos nas empresas do setor dos transportes, constitui um sinal evidente da aproximação de novos desafios, abrindo perspetivas positivas sobre a otimização do serviço a prestar aos clientes e sobre a sustentabilidade do transporte público de passageiros.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2015-2017, está ciente de que todas as medidas que venham a ser adotadas visam alcançar a concretização da missão principal do Grupo Transtejo, no sentido de assegurar a mobilidade dos seus clientes com sustentabilidade ambiental e económica.

As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa, têm sido o fator determinante para a construção de uma empresa mais sustentável. Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro das empresas do novo Grupo Transportes de Lisboa.

[1] Desde 2010, considerando a perspetiva de fusão entre as duas sociedades que compõem o Grupo Transtejo, e na sequência do esforço da sua integração operacional, com vista a uma maior racionalização de recursos e ganhos de produtividade, os orçamentos e planos de atividades vinham sendo preparados numa base consolidada. A reclassificação das duas sociedades e a necessidade de preparação de orçamentos financeiros autónomos consubstanciou-se num recuo nos procedimentos que vinham sendo implementados.

2 Atividade

2.1 Procura

A procura do transporte fluvial nas ligações servidas pelo Grupo Transtejo registou uma recuperação de 0,4 % em 2014 relativamente ao verificado 2013. Esta análise, suportada nos indicadores de procura apresentados na tabela 1, tem por base, relativamente a 2014, as validações recolhidas pelo sistema de bilhética sem contacto. Os dados comparativos referentes ao período de 2010 a 2013 encontram-se reexpressos, de acordo com a mesma metodologia.

Linhas Fluviais	Km	14/13		2014		2013**	
		PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
Montijo - Terreiro do Paço*	13,8	-0,4%	-0,4%	936.257	12.920.347	939.641	12.967.046
Seixal - Cais do Sodré	8,4	-2,1%	-2,1%	1.143.265	9.603.426	1.168.301	9.813.728
Cacilhas - Cais do Sodré	2,2	0,0%	0,0%	5.258.620	11.621.550	5.256.119	11.616.023
Trafaria - Porto Brandão - Belém	4,2	8,8%	8,8%	334.735	1.405.887	307.759	1.292.588
Barreiro - Terreiro Paço	10,0	0,8%	0,8%	7.609.741	76.097.410	7.546.566	75.465.660
TOTAL		0,4%	0,4%	15.282.618	111.648.620	15.218.386	111.155.045

PT - Passageiros Transportados / PKT - Passageiros.Km Transportados

** Até outubro de 2013 esta ligação esteve deslocada para o Cais do Sodré por motivo de obras no Terreiro do Paço*

*** Por questões de comparabilidade, os indicadores referentes ao período 2010-2012 encontram-se reexpressos de acordo com a nova metodologia de apuramento (output sistema bilhética sem contacto)*

Tabela 1 – Indicadores de Procura – Evolução homóloga 2014-2013

Linhas Fluviais	Km	14/13		2012**		2011**		2010**	
		PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
Montijo - Terreiro do Paço*	13,8	-0,4%	-0,4%	964.659	13.312.294	1.072.046	14.794.235	1.087.937	15.013.531
Seixal - Cais do Sodré	8,4	-2,1%	-2,1%	1.238.517	10.403.543	1.406.259	11.812.576	1.469.120	12.340.608
Cacilhas - Cais do Sodré	2,2	0,0%	0,0%	5.553.431	12.273.083	6.212.433	13.729.477	6.611.149	14.610.639
Trafaria - Porto Brandão - Belém	4,2	8,8%	8,8%	326.664	1.371.989	488.452	2.051.498	533.456	2.240.515
Barreiro - Terreiro Paço	10,0	0,8%	0,8%	7.859.369	78.593.690	8.509.222	85.092.220	8.518.290	85.182.900
TOTAL		0,4%	0,4%	15.942.640	115.954.598	17.688.412	127.480.006	18.219.952	129.388.193

PT - Passageiros Transportados / PKT - Passageiros.Km Transportados

** Até outubro de 2013 esta ligação esteve deslocada para o Cais do Sodré por motivo de obras no Terreiro do Paço*

*** Por questões de comparabilidade, os indicadores referentes ao período 2010-2012 encontram-se reexpressos de acordo com a nova metodologia de apuramento (output sistema bilhética sem contacto)*

Tabela 2 - Indicadores de Procura - Dados históricos 2010-2012

Relativamente à análise por ligação fluvial, merecem referência as seguintes variações registadas em 2014:

- Estabilização da procura na ligação de Cacilhas <-> Cais do Sodré ao nível de 2013, atenuando a tendência de perda de passageiros que se vinha verificando nos últimos anos. De referir que desde 26 de abril de 2014, a transferência da carreira ferry desta ligação para a ligação Trafaria - Porto Brandão - Belém, transferiu para aquela linha cerca de 19.930 passageiros / veículos, (considerando apenas o condutor do veículo);

- Aumento da procura na ligação Trafaria - Porto Brandão - Belém, invertendo a situação de redução verificada no exercício de 2013. Para este facto, contribuiu a deslocalização para esta ligação da carreira de ferry, já referida no ponto anterior, implicando também um reforço da oferta, ao nível do acréscimo de viagens realizadas, conforme se poderá verificar na tabela 3;

- Ligeira recuperação na ligação Barreiro <-> Terreiro do Paço, reforçando a inversão da tendência de perda de passageiros que se registou no período 2010-2012;

- Ligeira redução de procura na ligação Montijo <-> Terreiro do Paço, merecendo referência que esta redução foi menos significativa relativamente às quebras de procura registadas em sucessivos períodos homólogos desde 2010. De referir que o destino desta ligação na margem norte esteve deslocado para o Cais do Sodré até outubro de 2013, tendo 2014 sido o primeiro ano de vigência do modelo de exploração original, isto é, com ligação à margem norte, ao recentemente remodelado Terminal do Terreiro do Paço.

- Acentuada redução da procura na ligação Seixal <-> Cais do Sodré, sendo esta a redução mais expressiva a assinalar na análise da procura no Grupo Transtejo. Porém, à semelhança das restantes ligações, regista-se uma redução menos significativa no contexto homólogo, denotando o abrandamento dos efeitos da conjuntura económica desfavorável dos últimos anos.

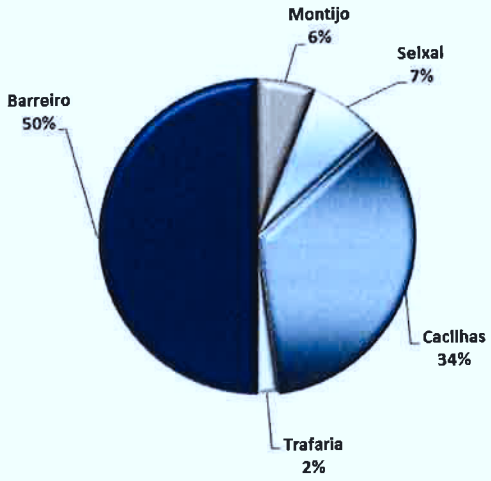


Gráfico 1 - Estrutura da Procura por ligação fluvial – 2014

Conforme ilustrado no gráfico anterior, na estrutura da procura por ligação fluvial, destacam-se as ligações do Barreiro e de Cacilhas, que no seu conjunto transportaram em 2014, 12,9 milhões de passageiros (84% de um total de 15,3 milhões).

Relativamente à estrutura de procura por título de transporte, continua a verificar-se maior preferência por títulos combinados (com dois ou três operadores) e por títulos próprios. Assinala-se ao nível dos passes multimodais, uma evolução negativa, registando nos últimos anos uma redução de preferência por parte dos clientes.

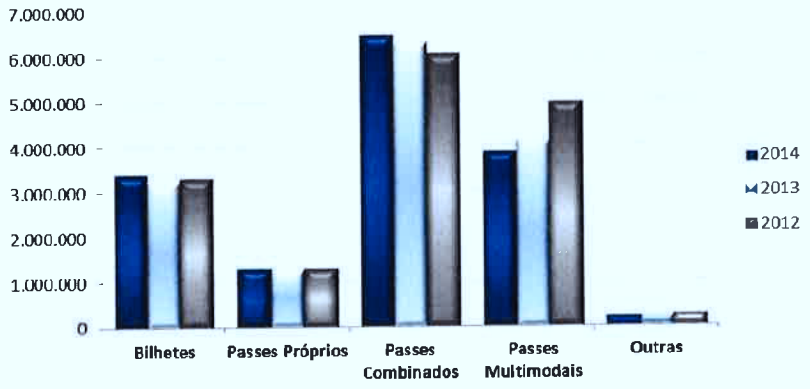


Gráfico 2 - Estrutura da Procura por Título de Transporte - Variação homóloga 2014/2013/2012

2.1.1 Nota sobre a alteração de critério no apuramento de indicadores de Procura

Considerando as recomendações do Tribunal de Contas formuladas no seu Relatório nº 49/2010, referente à auditoria realizada ao Grupo Transtejo, indicando à empresa que "*proceda à atualização dos números da procura com base nas validações efetuadas no sistema de entrada na rede e que sejam esses os números constantes nos seus documentos oficiais e de prestação de contas*", e acrescendo que, complementarmente, na sequência de auditoria realizada pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), aquela entidade recomenda que "*os documentos de prestação de contas devem apresentar os dados da procura, com base nas validações recolhidas pelo sistema de bilhética sem contacto*", tendo em conta que se encontram reunidas as necessárias condições técnicas do Sistema de Bilhética sem contacto, o Conselho de Administração deliberou proceder à alteração da metodologia de cálculo do número de passageiros transportados.

A monitorização da Procura, seguindo o critério dos passageiros transportados obtidos pelas validações do sistema de bilhética, em detrimento dos indicadores calculados com base em dados do inquérito à mobilidade, aplicado ao produto das vendas[1], tem vindo a ser efetuada desde 2012, sendo esta a informação de suporte ao acompanhamento dos Contratos de Prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros[2], para efeitos de cálculo das Compensações Financeiras.

Esta alteração de metodologia, acompanhada também pelos outros operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, foi formalmente aprovada na sessão de 23/12/2014 do Conselho de Administração da Transtejo, e esteve subjacente à estimativa de procura constante dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015.

Considerando o despacho da Senhora Secretária de Estado Tesouro de 20/11/2014, no âmbito da proposta de aprovação conjunta das contas dos exercícios referentes ao período 2010-2014, esta alteração, incorporando a referida recomendação formulada pela IGF, constitui uma das condições essenciais, pelo que se apresenta neste relatório (tabela 1) a reexpressão dos indicadores referentes a todo o período em aprovação.

Conforme se apresenta no gráfico seguinte, não obstante a alteração de critério, o indicador mantém a coerência de variação, embora sejam evidentes os impactos em termos quantitativos da expressão da procura real.

[1] Esta metodologia, mantém-se em vigor como suporte à repartição de receita dos passes intermodais, tendo até 2013 sido baseada no inquérito à mobilidade de 1989 e tendo passado, a partir de 2014, a ter como referência o inquérito de 2007.

[2] Os Contratos de Prestação de Serviço Público de Transporte foram celebrados entre o Estado Português e cada uma das entidades que compõem o Grupo Transtejo (Transtejo e Soflusa) para o período de 2012-2014.

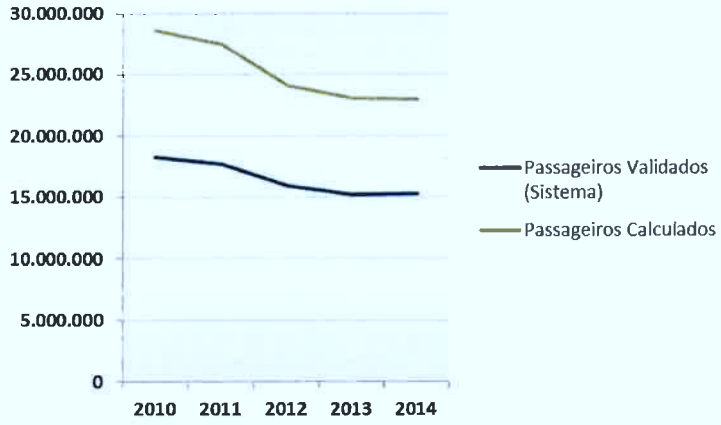


Gráfico 3 - Passageiros Embarcados e Passageiros Calculados - Evolução 2010-2014

2.2 Oferta

O ano de 2014 regista uma estabilização da oferta relativamente ao período homólogo, mantendo em vigor os ajustamentos efetuados em 2012 (ano em que foi aplicado um conjunto de medidas estruturantes, envolvendo a redução do número de ligações fora das horas de ponta e aos fins de semana).

No âmbito do Contrato de Prestação do Serviço Público de transporte de passageiros, foram cumpridos os níveis mínimos de oferta por ligação estabelecidos.

Linhas Fluviais	Var 14/13			2014			2013*		
	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO
Montijo - Terreiro do Paço*	0,88%	1,09%	3,57%	12.893	8.004	85.268.075	12.780	7.918	82.329.337
Seixal - Cais do Sodré	0,41%	-0,03%	-3,55%	15.563	8.478	50.592.486	15.499	8.480	52.454.732
Cacilhas - Cais do Sodré	0,68%	-9,21%	0,24%	53.280	16.132	56.421.819	52.920	17.768	56.285.754
Trafaria - Porto Brandão - Belém	0,73%	5,76%	-7,59%	9.850	6.073	17.832.029	9.779	5.742	19.297.572
Barreiro - Terreiro Paço	1,28%	1,28%	1,20%	42.844	14.281	256.848.710	42.303	14.101	253.811.760
TOTAL	0,86%	-1,93%	0,60%	134.430	52.967	466.963.119	133.281	54.009	464.179.155

LKO - Lugares.Km Oferecidos

** Até outubro de 2013 esta ligação esteve deslocada para o Cais do Sodré por motivo de obras no Terreiro do Paço*

Tabela 3 - Indicadores de Oferta - Evolução homóloga 2014-2013

Linhas Fluviais	2012*			2011*			2010*		
	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO
Montijo - Terreiro do Paço*	12.945	8.054	85.463.276	15.161	8.669	101.260.301	15.816	8.799	100.952.879
Seixal - Cais do Sodré	15.975	8.479	53.689.726	19.571	8.784	64.344.182	20.776	9.459	69.256.202
Cacilhas - Cais do Sodré	53.318	18.069	54.348.117	56.708	20.012	55.979.247	57.540	20.211	59.250.995
Trafaria - Porto Brandão - Belém	9.979	5.794	19.885.425	14.942	8.193	22.807.315	17.487	9.312	27.428.268
Barreiro - Terreiro Paço	42.716	14.239	256.222.860	46.369	15.456	278.214.000	47.803	15.934	286.784.010
TOTAL	134.933	54.633	469.609.403	152.751	61.114	522.605.045	159.422	63.715	543.672.354

LKO - Lugares.Km Oferecidos

** Até outubro de 2013 esta ligação esteve deslocada para o Cais do Sodré por motivo de obras no Terreiro do Paço*

Tabela 4 - Indicadores de Oferta - Dados históricos 2010-2012

Tal como já referido, a transferência da operação com ferry da ligação de Cacilhas <-> Cais do Sodré para Trafaria – Belém – Porto Brandão, teve como consequência alteração do número de horas de serviço prestado nestas ligações.

Durante o ano de 2014 foram suprimidas 1.221 viagens programadas. Comparativamente a 2013, na origem destas supressões não predominaram as situações de greve e plenários, mas sim a maior necessidade de efetuar ajustes programados, associados a ajustes de horários com aviso prévio, por motivo de férias e outros eventos. Estes ajustamentos implicaram a supressão de 238 viagens na Transtejo e 675 viagens na Soflusa.

Destacam-se ainda os efeitos das condições climatéricas adversas registadas no rigoroso inverno de 2014, que motivaram um maior número de supressões comparativamente a 2013.

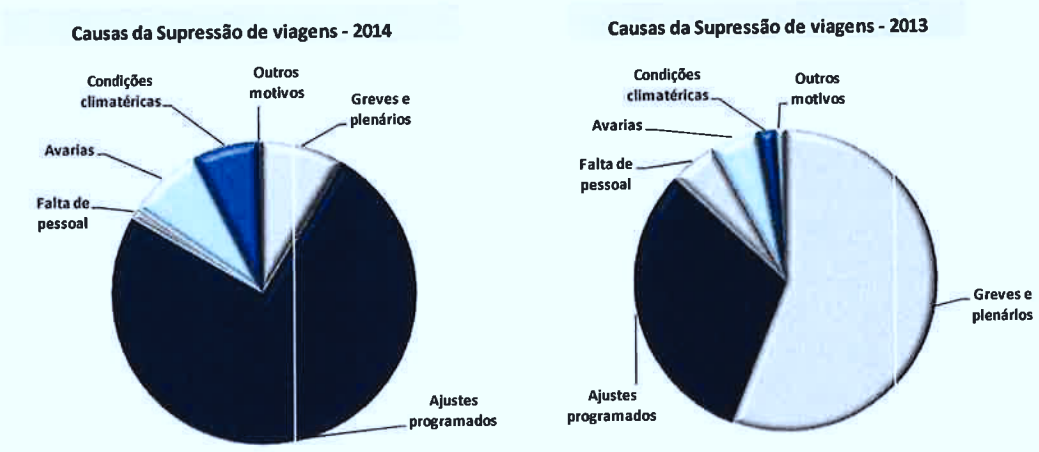


Gráfico 4 - Causas da supressão de viagens em 2014 e 2013

As ligações fluviais de Cacilhas e Barreiro continuam a apresentar melhores índices de ocupação da frota (relação entre a Oferta e a Procura, aferida pelo número de passageiros km transportados, relativamente ao números de lugares km oferecidos).



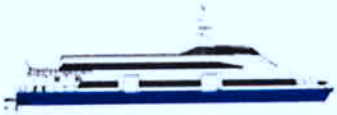
Gráfico 5 - Taxa de Ocupação por Ligação Fluvial - 2014

Considerando a alteração da metodologia de cálculo da procura referida no ponto 2.1.1, este indicador, formado a partir da relação oferta-procura, apresenta-se também reexpresso:

Linhas Fluviais	Taxa de Ocupação				
	2014	2013	2012	2011	2010
Montijo - Terreiro do Paço	15,2%	15,8%	15,6%	14,6%	14,9%
Seixal - Cais do Sodré	19,0%	18,7%	19,4%	18,4%	17,8%
Cacilhas - Cais do Sodré	20,6%	20,6%	22,6%	24,5%	24,7%
Trafaria - Porto Brandão - Belém	7,9%	6,7%	6,9%	9,0%	8,2%
Barreiro - Terreiro Paço	29,6%	29,7%	30,7%	30,6%	29,7%
TOTAL	**23,9%**	**23,9%**	**24,7%**	**24,4%**	**23,8%**

Tabela 5 - Taxa de Ocupação - Evolução 2010-2014

2.3 Frota



Classe Damen – 9 navios

Catamarans com capacidade para 600 passageiros.
Idade média: 10 anos



Classe Austal – 2 navios

Catamarans com capacidade para 292 passageiros.
Idade média: 12 anos



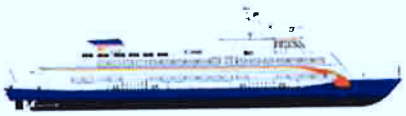
Navio Fantasia

Catamaran com capacidade para 150 passageiros.
Idade média: 15 anos



Classe Algés – 7 navios

Catamarans com capacidade para 496 passageiros.
Idade média: 17 anos



Classe S. Jorge – 2 navios

Monocascos com capacidade para 1000 passageiros.
Idade média: 22 anos



Classe Cacilhense – 6 navios

Monocascos com capacidade para 476 passageiros.
Idade média: 33 anos



Classe Alemã – 1 navio

Monocasco com capacidade para 280 passageiros.
Idade média: 55 anos



Ferry catamaran – 2 navios

Ferries com capacidade para 360 passageiros e 29 veículos.
Idade média: 4 anos

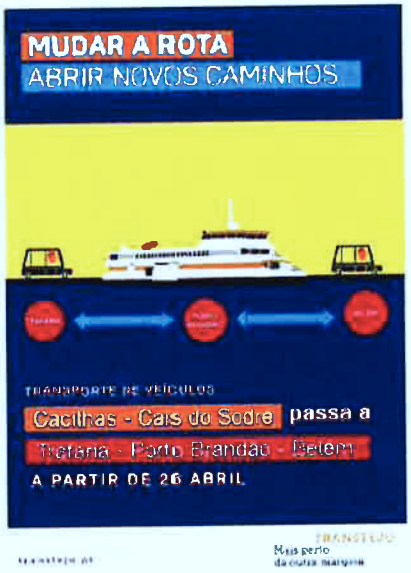


Ferry monocasco - 2 navios

Ferries com capacidade para 346 passageiros e 24 veículos.
Idade média: 56 anos

Ilustração 1 - Frota Operacional do Grupo Transtejo 2014

2.4 Transporte de Veículos



Em 26 de abril de 2014 ocorreu a transferência do serviço de transporte de veículos da ligação Cacilhas <-> Cais do Sodré para a ligação Trafaria – Belém – Porto Brandão.

Esta alteração na oferta constituiu uma medida de otimização de recursos do Grupo Transtejo, visando a racionalização de custos da operação e dando simultaneamente resposta à necessidade de assegurar a disponibilidade de frota para operar naquela ligação.

Por outro lado, a par da promoção de novas soluções de acessibilidade entre as duas margens do Tejo e para além de constituir um desafio associado a novas soluções de mobilidade para os clientes das localidades envolvidas, esta alteração visa potenciar o descongestionamento dos centros urbanos históricos de Almada e Lisboa.

Ilustração 2 - Transferência do serviço de transporte de veículos para a ligação Trafaria – Porto Brandão - Belém

A alteração operacional implementada a partir de abril de 2014 contemplou a oferta de um conjunto de condições e vantagens económicas para os clientes. Porém, considerando o natural período de adaptação da procura, apenas foi possível assegurar os mesmos níveis relativamente ao período homólogo, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

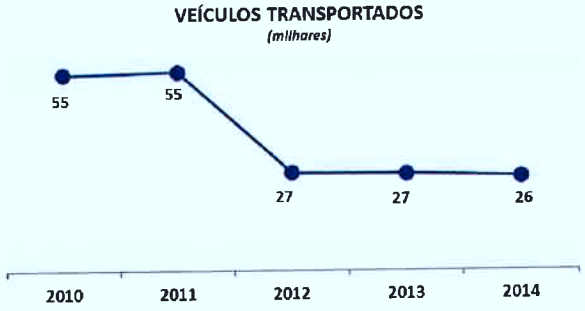


Gráfico 6 - Evolução do número de veículos transportados 2010-2014

2.5 Transporte de Bicicletas

Desde 2006 é permitido o transporte gratuito de bicicletas nas ligações fluviais servidas pelo Grupo Transtejo. Esta medida, enquadrada na Política de Ambiente do Grupo Transtejo, visou alargar a toda a frota do Grupo este serviço de transporte, que apenas era disponibilizado na ligação de Cacilhas, nos navios da classe Ferry.

Considerando as implicações deste modo de transporte ao nível da observância dos requisitos de segurança específicos das várias tipologias de frota, foi necessário introduzir medidas facilitadoras desta alternativa, nomeadamente instalação de infraestruturas de suporte nos navios e definição de regras de segurança a observar nas operações de embarque e desembarque.

Em 2014 foram transportadas entre as duas margens do Tejo 101.348 bicicletas, a que corresponde uma média mensal de 8.446 unidades, registando uma evolução face a 2013, de cerca de +4,11%.

2.6 Atendimento ao Cliente

O SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente, presta um serviço de atendimento personalizado, não só a clientes do transporte fluvial mas também do sistema de transporte público da Área Metropolitana de Lisboa.

Durante o ano de 2014, todos os dias úteis entre as 8h00 e as 19h45, o SAC, informou, esclareceu e prestou um serviço pós venda e atendimento em *front office*, destacando-se a personalização de cerca de 10.000 cartões de suporte de viagens.

Este serviço fortalece a ligação cliente/empresa, contribuindo de forma positiva para a qualidade do serviço prestado.

2.7 Atividades Acessórias

milhares de €

Rendimentos de ATIVIDADES ACESSÓRIAS	Δ 14/13	2014	2013
TERMINAIS			
Espaços Comerciais - Bares	-4,3%	50	52
Licenças de Ocupação	30,9%	275	210
Publicidade	29,6%	61	47
Parques de Estacionamento	0,2%	127	127
Outros	-35,0%	41	62
TRÁFEGO			
Fretamento de Navios	-66,0%	50	147
Turismo - "Cruzeiros no Tejo"	25,3%	487	388
TOTAL	**5,4%**	**1.091**	**1.035**

Tabela 6 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2014/2013)

Em complemento do serviço de transporte de passageiros, são desenvolvidas no Grupo Transtejo um conjunto de atividades complementares, visando rentabilizar os espaços disponíveis nos Terminais, prestando aos clientes um conjunto de serviços e facilidades adicionais. Deste modo, tem vindo a ser dinamizada internamente a atividade de exploração de espaços comerciais, promovendo a concessão de áreas para diversos ramos de negócio a retalho, assim como o aluguer de espaços para colocação de publicidade. Em particular estas duas atividades acessórias, registaram um assinalável acréscimo de rendimentos relativamente ao período homólogo, tendo contribuído para o efeito, a cessação do contrato de exploração de espaços nos Terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro, anteriormente concessionado e uma entidade externa (REFER Património).

O Grupo Transtejo disponibiliza aos seus clientes um serviço de estacionamento de veículos, complementar ao modo de transporte fluvial, possibilitando a utilização dos Parques de Estacionamento situados nos Terminais do Barreiro, Montijo e Seixal a preços acessíveis. Esta atividade, até ao momento concessionada, contempla um novo projeto, estando previsto o lançamento em 2015 de um novo modelo de exploração destes espaços. Em 2014 os rendimentos desta atividade apresentaram estabilização relativamente ao ano anterior.

A atividade "Cruzeiros no Tejo" destaca-se pela maior expressão financeira no conjunto das atividades acessórias. Relativamente a 2013, assinala-se um aumento de rendimentos da ordem dos 25,3%.



"Cruzeiros no Tejo"

2014			2013			2012		
Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos
40.025	486.771 €	422	28.674	388.385 €	336	27.806	382.843 €	211

Tabela 7 - Indicadores da Atividade "Cruzeiros no Tejo" 2010-2014

Merecem referência as alterações efetuadas em 2013, compreendendo a realização de um circuito turístico adicional (no período da manhã), passando a ser oferecidos dois circuitos diários entre 01 de julho e 31 de outubro. Esta alteração implicou um acréscimo de 25 circuitos face a 2012 e um aumento de 868 clientes.

No ano de 2014, o desenvolvimento desta atividade superou os níveis alcançados em 2013, destacando-se ainda mais significativamente face a 2012 (+211 circuitos, +12.219 clientes, +27% de receita).

3 Segurança e Ambiente

Ao longo do ano 2014 a Gestão da Segurança e Ambiente no Grupo Transtejo manteve o desenvolvimento em três principais áreas de intervenção, designadamente: Segurança da Exploração, Higiene e Segurança no Trabalho e Gestão Ambiental.

3.1 Segurança da Exploração

Atividades de maior relevância desenvolvidas na área de Segurança da Exploração, durante o ano de 2014:

- Início dos trabalhos para elaboração dos Planos de Segurança de 3.ª e 4.ª categoria para todos os edifícios ao serviço do Grupo Transtejo;
- Manutenção das centrais de alarme de intrusão existentes nos terminais e estações;
- Concretização dos planos de inspeção trimestral à sinalização de segurança e emergência, e aos meios de deteção e combate a incêndio de todos os edifícios ao serviço do Grupo Transtejo, bem como aos meios de salvação existentes nos pontões;
- Distribuição de mantas térmicas pelos terminais, para fazer face a necessidades de socorro e proteção de náufragos em situações de hipotermia;
- Aquisição de equipamento de teste de câmaras de videovigilância e lançamento de concurso para manutenção de equipamentos de videovigilância dos terminais e estações;
- Adjudicação de novo contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança;
- Realização de treinos/simulacros de situações de alto risco nas embarcações, em articulação com o grupo de Ações Táticas da Polícia Marítima;
- Acompanhamento de ações noturnas de controlo e identificação de passageiros, nas ligações Cacilhas/Cais do Sodré e Barreiro/Terreiro do Paço, realizadas pela Polícia Marítima e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Aquisição e distribuição de fardamento e equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, decorrentes da análise de risco às diferentes funções;
- Análise das causas e circunstâncias dos sinistros ocorridos com passageiros e identificação de medidas conducentes à sua eliminação;
- Conclusão das ações de formação em suporte básico de vida (desfibrilhação) para eventual manuseamento dos desfibrilhadores instalados nos terminais de Cacilhas, Cais do Sodré, Terreiro do Paço e Barreiro.

3.2 Higiene e Segurança no Trabalho

Atividades de maior relevância desenvolvidas na área da Higiene e Segurança no Trabalho, durante o ano de 2014:

- Conclusão das ações de formação em prevenção de lesões músculo esqueléticas na movimentação manual de cargas;
- Continuação das assessorias funcionais nas áreas de medição, verificação das condições de trabalho, segurança de edifícios, embarcações;
- Gestão do controlo sistemático e ocasional de alcoolemia;

3.3 Gestão Ambiental

As atividades de maior relevância desenvolvidas na área da Gestão Ambiental durante o ano de 2014 foram as seguintes:

- Preparação de novos documentos do Sistema de Gestão Ambiental para efeitos de revisão;
- Implementação do Procedimento Operacional para a gestão e Controlo de Resíduos;
- Realização de ações de formação em Gestão e Controlo de Resíduos;
- Realização de ações de Formação em Eco Condução;
- Continuação da implementação do Plano de Racionalização do Consumo de Energia;
- Acompanhamento e monitorização do contrato de manutenção do sistema de Contabilidade Energética;
- Realização de análises de controlo à qualidade do ar interior no edifício administrativo do Cais do Sodré.

3.4 Sinistralidade

SINISTRALIDADE	Δ 14/13	2014	2013	2012	2011	2010
Emergências	100,0%	2	1	2	2	2
Acidentes de Trabalho	5,7%	56	53	47	58	44
Acidentes com Passageiros	20,5%	53	44	27	57	38
Acidentes Criminais	-10,0%	36	40	42	49	70
Outros	-1,4%	72	73	106	112	98

Tabela 8 - Indicadores de Sinistralidade - Evolução 2010-2014

As principais ocorrências verificadas em 2014 tiveram o seguinte enquadramento:

- **Emergências:** Embora em 2014 se tenha verificado mais uma ocorrência relativamente a 2013, o número de ocorrências permanece em valores considerados baixos para a atividade desenvolvida pelo grupo Transtejo;
- **Acidentes de Trabalho**: Regista-se um aumento de 3 acidentes de trabalho relativamente a 2013, no entanto, os dias de baixa aumentaram de modo assinalável (mais 584 dias que em 2013), considerando que alguns acidentes de trabalho tiveram como consequência, situações de baixa prolongada. Destaca-se a categoria profissional "marinheiro" registando um aumento de 580 dias de baixa relativamente a 2013;
- **Acidentes com Passageiros:** Apesar da melhoria dos característicos antiderrapantes dos pisos dos pontões, registou-se um agravamento da sinistralidade com passageiros face a 2013, tendo contribuído para este facto, as condições meteorológicas verificadas em 2014, com maiores níveis de pluviosidade. Destaca-se a ocorrência de 18 acidentes por escorregamento, representando cerca de 34% das ocorrências;
- **Acidentes Criminais:** Desde 2010 assinala-se uma redução progressiva deste tipo de ocorrências, contribuindo para o efeito, as ações preventivas realizadas pela Polícia Marítima, o sistema de videovigilância instalado nos terminais e o reforço das condições de vigilância ativa;
- **Outros acidentes:** Este tipo de ocorrências tem vindo a diminuir desde 2011, assinalando-se o menor número de pequenas colisões e situações de indisposição ligeira de passageiros;

4 Recursos Humanos

4.1 Gestão do Efetivo

Na Gestão dos Recursos Humanos do Grupo Transtejo, foram observadas as medidas determinadas no artigo 60º da Lei nº 83-C (Lei do OE2014), tendo em vista contribuir para a redução do número de trabalhadores do Setor Publico Empresarial (SPE).

Considerando a medida de eficiência determinada especificamente para as empresas do SPE da área dos transportes, foi reforçado em 2014 o foco na gestão do número de efetivos, de modo a favorecer aquele objetivo, tendo sido possível otimizar escalas nos Serviços de Exploração reduzindo o número de tripulações necessárias.

Deste modo, verificou-se uma redução de 5,2% do efetivo médio do Grupo face a 2013. Relativamente ao determinado para o SPE, assinala-se a contribuição positiva para o objetivo de redução de 3% no conjunto das empresas do setor, com uma redução de 7,3% do número de efetivos do Grupo, no final do período, relativamente a 31 de dezembro de 2012.

Efetivo médio	14/12	14/13	2014	2013	2012
Transtejo	-8,5%	-5,6%	321	340	351
Soflusa	-6,1%	-4,3%	154	161	164
GRUPO	**-7,8%**	**-5,2%**	**475**	**501**	**515**

Nº efetivos - 31.Dezembro	14/12	14/13	2014	2013	2012
Transtejo	-7,5%	-0,3%	320	321	346
Soflusa	-6,7%	-3,8%	152	158	163
GRUPO	**-7,3%**	**-1,5%**	**472**	**479**	**509**

Tabela 9 – Gestão do efetivo – Indicadores 2012-2014

Os movimentos ocorridos na estrutura organizacional são caracterizados pela saída de 12 trabalhadores (5 dos quais por mútuo acordo), tendo-se registado a admissão de 4 maquinistas indispensáveis à prestação do serviço de transporte e de um quadro superior para substituição do Diretor Financeiro.

Merece especial referência a evolução do número de efetivos no final de cada período, registada ao longo dos últimos 5 anos, refletindo o esforço de otimização de recursos operacionais, decorrente da gestão conjunta das entidades que compõem o Grupo Transtejo.

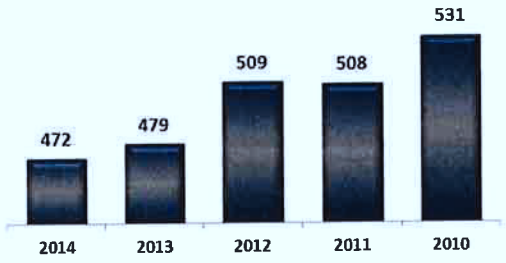


Gráfico 7 - Evolução do número de efetivos do Grupo Transtejo a 31.dezembro - Indicadores 2010-2014

GRUPO Transtejo	Homens	Mulheres	Nº efetivos	TRANSTEJO H	TRANSTEJO M	TRANSTEJO Nº efetivos	SOFLUSA H	SOFLUSA M	SOFLUSA Nº efetivos
Tripulantes	250	2	252	154	2	156	96	-	96
< 30 anos	6	-	6	6	-	6	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	147	1	148	95	1	96	52	-	52
≥ 49 anos < 60 anos	80	1	81	41	1	42	39	-	39
≥ 60 anos	17	-	17	12	-	12	5	-	5
Comerdal	68	20	88	51	11	62	17	9	26
< 30 anos	1	-	1	1	-	1	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	44	16	60	30	10	40	14	6	20
≥ 49 anos < 60 anos	17	4	21	14	1	15	3	3	6
≥ 60 anos	6	-	6	6	-	6	-	-	-
Manutenção	26	-	26	26	-	26	-	-	-
< 30 anos	1	-	1	1	-	1	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	11	-	11	11	-	11	-	-	-
≥ 49 anos < 60 anos	11	-	11	11	-	11	-	-	-
≥ 60 anos	3	-	3	3	-	3	-	-	-
Administrativos	13	23	36	12	15	27	1	8	9
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	6	12	18	6	6	12	-	6	6
≥ 49 anos < 60 anos	7	10	17	6	9	15	1	1	2
≥ 60 anos	-	1	1	-	-	-		1	1
Técnicos e Chefias	24	18	42	22	16	38	2	2	4
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	8	13	21	8	13	21	-	-	-
≥ 49 anos < 60 anos	12	2	14	10	2	12	2	-	2
≥ 60 anos	4	3	7	4	1	5	-	2	2
Outros	28	-	28	11	-	11	17	-	17
< 30 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
≥ 30 anos < 49 anos	15	-	15	5	-	5	10	-	10
≥ 49 anos < 60 anos	10	-	10	5	-	5	5	-	5
≥ 60 anos	3	-	3	1	-	1	2	-	2
TOTAL	409	63	472	276	44	320	133	19	152

Tabela 10 - Efetivos do Grupo a 31-12-2014 por área de atividade, género e faixa etária

A tabela anterior permite analisar a distribuição dos efetivos do Grupo, a 31 de dezembro de 2014, por faixa etária e por área de atividade:

- Apenas 2% dos trabalhadores do Grupo (8 efetivos) têm idade inferior a 30 anos (pertencendo todos à Transtejo);
- Cerca de 8% dos trabalhadores do Grupo (37 efetivos) têm idade superior a 60 anos;
- Os trabalhadores afetos à atividade operacional (Tripulantes e Comerciais) representam cerca de 72 % do total do efetivo.

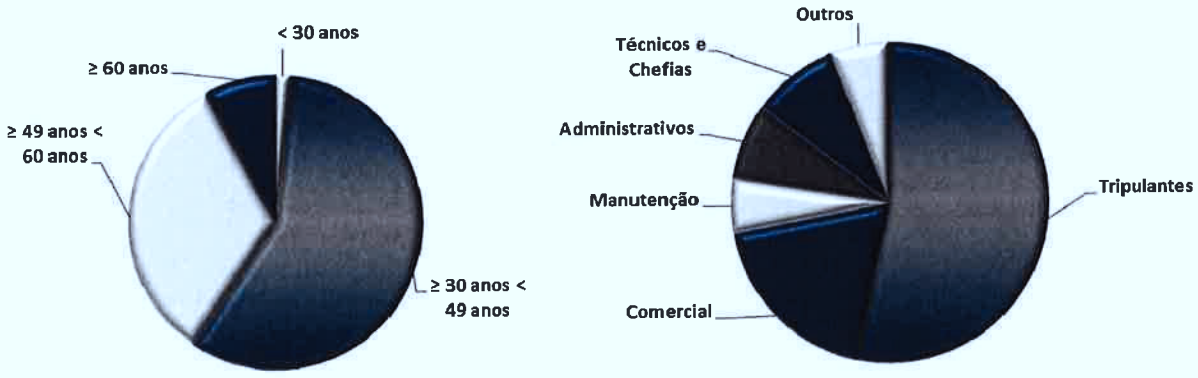


Gráfico 8- Distribuição do efetivo do Grupo a 31-12-2014 por faixa etária e área de atividade

4.2 Princípio de Igualdade do Género

Tal como evidenciado na tabela 10, do universo de 472 efetivos que compõem o Grupo Transtejo no final de 2014, cerca de 87% são Homens. Para além da especificidade das funções desempenhadas (maioritariamente relacionadas com área marítima, sendo as tripulações, na sua maioria constituídas por Homens, tradicionalmente mais afetos a este tipo de atividades), também a inexistência de novas contratações tem levado à estabilização desta relação de género.

No que respeita ao desempenho de cargos de Direção e Chefia, merece referência a existência de 10 titulares do género feminino, num total de 27 trabalhadores com estas funções.

4.3 Política Salarial

No ano 2014 foi dada continuidade à aplicação das medidas de Política Salarial a que as empresas do Grupo se encontram sujeitas, nomeadamente:

- Não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais;
- Regime remuneratório em vigor na Administração Pública relativamente a algumas remunerações adicionais;
- Pagamento do trabalho extraordinário em conformidade com as regras previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)
- Norma de redução remuneratória, prevista no artigo 33º da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro (Lei do OE 2014), aplicada até ao processamento salarial de maio de 2014 inclusive, sobre as remunerações totais ilíquidas mensais, de valor superior a 675 €, nos seguintes termos:
  a) Aplicação de taxa progressiva de redução, entre 2,5% e 12%, sobre o valor total das remunerações superiores a 675 € e inferiores a 2.000 €;
  b) Aplicação de redução de 12% sobre o valor total das remunerações superiores a 2.000 €;
- Norma de redução remuneratória temporária, prevista na Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, decorrente da declaração de inconstitucionalidade da norma anterior, por parte do Tribunal Constitucional, através do Acórdão nº 413/2014. Esta norma prevê a reversão progressiva a partir de 2015[1], tendo sido aplicada a partir de 13 de setembro nos seguintes termos:
  c) Redução de 3,5% sobre o valor total das remunerações superiores a 1.500 € e inferiores a 2.000 €;
  d) Redução de 3,5% sobre o valor de 2.000 € acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que excede 2.000 € até ao limite de 4.165 €, perfazendo uma taxa global variável entre 3,5% e 10%;
  e) Redução de 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165 €.

A aplicação das normas de redução remuneratória teve os seguintes impactos sobre as principais remunerações pagas aos trabalhadores do Grupo:

	GRUPO	TRANSTEJO	SOFLUSA
Redução em remunerações*	238.163 €	158.289 €	79.874 €
Redução em Subsídio de Natal	11.254 €	7.890 €	3.363 €
Redução em Subsídio de Férias	9.968 €	7.075 €	2.893 €
	259.384 €	173.254 €	86.130 €

Sem órgãos sociais

Apesar da alteração aos montantes de reduções remuneratórias, verifica-se uma redução da massa salarial e dos gastos com pessoal, refletindo os efeitos da redução do número de efetivos no período:

[1] Nos termos do artigo 4º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, a redução remuneratória será revertida em 20% por ano, a partir de 01 de janeiro de 2015.

(milhares de €)

Gastos com Pessoal	14/13	2014	2013	2012	2011	2010
Transtejo	-10,6%	7.812	8.738	8.377	8.494	9.546
Soflusa	-8,4%	3.838	4.188	3.950	4.224	4.545
GRUPO	**-9,9%**	**11.650**	**12.927**	**12.327**	**12.718**	**14.091**

Massa Salarial	14/13	2014	2013	2012	2011	2010
Transtejo	-9,6%	6.120	6.771	6.581	6.637	7.393
Soflusa	-6,3%	3.088	3.296	3.008	3.214	3.538
GRUPO	**-8,5%**	**9.207**	**10.067**	**9.590**	**9.851**	**10.931**

Tabela 11- Gastos com Pessoal e Massa Salarial - Evolução 2010-2014

4.4 Formação

Horas de Formação	14/13	2014	2013	2012	2011	2010
Transtejo	-59,6%	1.440	3.560	3.114	2.657	5.539
Soflusa	-58,3%	391	939	2.583	808	886
GRUPO	**-59,3%**	**1.831**	**4.499**	**5.697**	**3.465**	**6.425**

Tabela 12 - Horas de formação no Grupo Transtejo - 2014

A redução acentuada que se verifica no número de horas de formação, relativamente ao ano de 2013, está relacionada com a realização naquele ano, de ações de longa duração (25 horas por ação) com vista ao desenvolvimento de competências de um elevado número de colaboradores do BackOffice, na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

No cumprimento do Plano de Formação de 2014, destacam-se as seguintes ações:

- Aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências práticas, estabelecidas no Certificado de Lotação das embarcações tipo Catamaran, dirigidas a Mestres.
- Formação em Eco Condução, envolvendo pessoal da área marítima (tripulantes), no âmbito do Plano de Racionalização do Consumo de Energia;
- Formação no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental, nomeadamente na área do Controlo e Gestão de Resíduos.

4.5 Indicadores de Prestação de Trabalho

4.5.1 Horário de Trabalho

Considerando a especificidade da atividade desenvolvida pelo Grupo Transtejo, a maior parte dos trabalhadores (cerca de 70%) pratica um regime de trabalho com horário por turnos. Conforme se demonstra no gráfico seguinte, é residual o conjunto de trabalhadores afetos a regime de horário fixo e a outros regimes de prestação de trabalho (Horário flexível e Isenção de Horário de Trabalho):



Gráfico 9 - Distribuição dos Efetivos do Grupo por regime de horário de trabalho – 2014

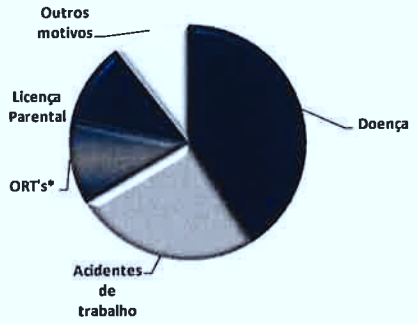
4.5.2 Taxa de Absentismo

Taxa de Absentismo	14/13	2014	2013	2012	2011	2010
Transtejo	-4,80 pp	6,12%	7,92%	7,89%	7,92%	7,77%
Soflusa	-0,25 pp	5,77%	6,02%	5,74%	7,40%	8,25%
GRUPO	+1,30 pp	**6,01%**	**7,31%**	**7,20%**	**7,74%**	**n.d.**

Tabela 13- Taxa de Absentismo - Evolução 2010-2014

A taxa de absentismo do Grupo apresenta uma melhoria face ao período homólogo, particularmente devido à redução das ausências de longa duração por motivos de doença. De um modo particular, na Transtejo, esta redução apresenta-se mais expressiva.

Conforme se demonstra no gráfico seguinte, as situações de doença e os acidentes de trabalho constituíram as principais causas do absentismo registado em 2014, tendo originado cerca de 35 mil horas de ausência.



**Organizações representativas dos Trabalhadores*

Gráfico 10 - Causas do absentismo no Grupo – 2014

4.5.3 Horas Trabalhadas

Horas Trabalhadas	14/13	2014	2013	2012	2011	2010
Transtejo	-4,3%	556.830	581.906	583.552	600.694	623.648
Soflusa	-4,4%	271.485	283.916	282.950	285.546	294.579
GRUPO	**-4,3%**	**828.315**	**865.822**	**866.502**	**886.240**	**918.227**

Tabela 14 - Horas trabalhadas - Evolução 2010-2014

O número de horas trabalhadas reduziu cerca de 4% relativamente a 2013, situação que decorre essencialmente da redução do número de efetivos no período. De referir que as horas de trabalho suplementar registaram uma redução de 17% relativamente ao ano anterior.

4.6 Sistema de Avaliação do Desempenho (SAD)

O processo de avaliação de desempenho, que decorreu em 2014 para avaliação no ciclo de 2013, envolveu cerca de 84 % dos trabalhadores do Grupo.

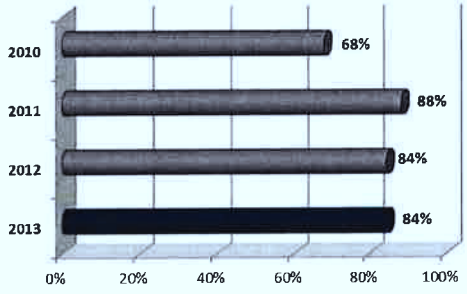


Gráfico 11 - Sistema de Avaliação de Desempenho - Universo de trabalhadores avaliados 2010-2014

5 Situação Económica e Financeira

5.1 A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas

Em abril de 2013, com base na análise dos dados estatísticos de 2012, aferindo, através do Rácio de Mercantilidade[1], o baixo grau de autonomia financeira e a insuficiência de meios financeiros próprios gerados pela sua atividade, o Instituto Nacional de Estatística incluiu as sociedades Transtejo e Soflusa na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (Entidades Públicas Reclassificadas equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos).

Desta reclassificação, que abrangeu de igual modo ambas as empresas que compõem o Grupo Transtejo[2], decorreram impactos relevantes para as sociedades Transtejo e Soflusa, em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação específica, aplicável, com efeitos ao longo do exercício de 2014:

- Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro que estabelece o Orçamento de Estado para 2014;
- Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011 de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013 de 14 de junho), implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:
  - No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2015;
  - No âmbito da execução do OE2014: reportes, previstos no artigo 57º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL nº 52/2014 de 07 de abril;
- Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[3] a partir de janeiro de 2014.

De referir que o exercício de 2014 foi o primeiro período de vigência do conjunto de obrigações acima referido, apresentando como principal consequência, a necessidade de desenvolver mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte às entidades coordenadoras do programa orçamental (DGO e Secretaria Geral do Ministério da Economia).

A disciplina imposta pela aplicação da LCPA teve ainda implicações ao nível dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e adjudicação de novos contratos, envolvendo toda a organização na aplicação de novos requisitos decorrentes da aplicação desse normativo.

---

[1] Indicador de referência para a decisão de inclusão das Empresas Publicas no perímetro das Administrações Públicas, o Rácio de Mercantilidade determina a reclassificação das entidades que não consigam cobrir, pelo menos, 50% dos custos com receitas próprias.

[2] A reclassificação das duas entidades não se tendo ainda verificado a concretização da fusão entre as mesmas, consubstanciou-se num recuo de três anos nos procedimentos que vinham sendo implementados na Direção Financeira, com vista a uma maior racionalização e produtividade dos recursos daquele serviço.

[3] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho.

5.2 Modelo de Financiamento

O desempenho económico e financeiro das sociedades que compõem o Grupo Transtejo continua a ser afetado pelas dificuldades de tesouraria operacional, decorrentes do elevado custo do principal recurso consumido na atividade de exploração (Gasóleo) e dos gastos com as rotinas de manutenção da frota de navios.

Em 2013, na sequência do apoio financeiro no montante de 118,6 M € prestado pelo Estado Português (possibilitado pela dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), foi possível proceder à reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas do Grupo.

Deste modo, foi também reforçado o apoio financeiro concedido pela Transtejo à Soflusa, convertendo-o em operação de financiamento a M/L prazo, o que permitiu à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento de curto prazo, contratadas na banca comercial.

Este modelo de financiamento intra-grupo permitiu replicar na Soflusa as condições de remuneração do serviço da dívida estabelecidas no contrato de financiamento de M/L prazo, celebrado entre a Transtejo e o Estado Português[1].

Em 2014, no modelo de financiamento do Grupo Transtejo destacam-se as seguintes operações:

- Celebração de contrato de financiamento de médio e longo prazo, entre a Transtejo e o Estado, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, no montante de 7.983.178 €. Este financiamento a 6 anos, concedido pelo Despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro nº 267/14-SET de 20 de fevereiro destinou-se a fazer face a necessidades de tesouraria corrente. O capital mutuado foi disponibilizado em cinco tranches, conforme se apresenta no quadro síntese do stock de dívida contratada pelo Grupo Transtejo reportado ao final de 2014.
- Melhoria das condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao período antecedente a este modelo de financiamento[2]. Conforme estabelecido nos contratos de financiamento de médio e longo prazo celebrados em 2013 e em 2014 com o Estado, os juros são calculados recorrendo à taxa fixa nominal anual, equivalente ao custo de financiamento da República, com vencimento semestral e postecipado nos dias 31 de maio e 30 de novembro de cada ano.
- Financiamento de M/L Prazo sob a forma de empréstimo obrigacionista, contratado em 2007 junto do Depfa Bank Plc, no montante de 55 M €. As obrigações ao abrigo desta operação foram emitidas em 1 de fevereiro de 2007, com maturidade de 10 anos e taxa de cupão indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2 pontos base anuais.

[1] Juros calculados recorrendo à taxa fixa nominal anual equivalente ao custo de financiamento da República.

[2] A grande alteração ao modelo de financiamento do Grupo Transtejo ocorreu no exercício 2013, no qual foi possível proceder à reestruturação de toda a dívida bancária de curto prazo, por amortização integral das linhas de financiamento contratadas na banca comercial. Esta operação foi viabilizada na sequência do já referido financiamento de médio e longo prazo contratado junto da DGTF, permitindo melhorar substancialmente as condições de remuneração da dívida acumulada.

Stock de Dívida M/L prazo - 31-12-2014				
Tipo de Financiamento	**Contraparte**	**Montante (10^3 €)**	**Desembolso**	**Taxa juro**
Empréstimo Obrigacionaista	DEPFA Bank	55.000	01-08-2007	EUR 6m+0,02%
Empréstimo Bancário Interno 2013	DGTF	11.496	28-08-2013	2,37%
		81.050	12-09-2013	2,39%
		20.579	07-10-2013	2,18%
		2.500	15-11-2013	1,87%
		3.000	18-12-2013	1,89%
Empréstimo Bancário Interno 1º TRIM 2014	DGTF	1.500	27-01-2014	3,19%
		707	27-02-2014	2,89%
Empréstimo Bancário Interno 2º TRIM 2014	DGTF	2.000	15-04-2014	2,59%
Empréstimo Bancário Interno 3º TRIM 2014	DGTF	2.268	14-07-2014	2,78%
Empréstimo Bancário Interno 4º TRIM 2014	DGTF	1.508	14-10-2014	1,72%
		181.608		

Tabela 15 - Stock da Dívida Contratada – 31-12-2014 e condições de financiamento

Em cumprimento do disposto no Despacho n.º 101/09 – SETF[1], apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual, nos últimos 5 anos:

(milhares de €)

	2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**
Juros TT	**4.363**	**7.177**	**8.530**	**5.932**	**3.530**
Banca Comercial - Curto Prazo	-	4.873	6.417	3.792	1.389
Banca Comercial - M/L Prazo*	1.436	1.503	2.113	2.139	2.141
DGTF - M/L Prazo	2.927	801	-	-	-
Juros SL	-	**430**	**897**	**920**	**535**
Banca Comercial - Curto Prazo	-	430	897	920	535
TOTAL Juros (Grupo)	**4.363**	**7.607**	**9.426**	**6.851**	**4.066**
Avales	-	-	-	-	-
Endividamento Bancário *C.Prazo*	-	-	**102.240**	**88.629**	**61.798**
Taxa média de financiamento	-	5,02%	7,15%	5,32%	3,11%
Endividamento Bancário *M/L Prazo*	**181.608**	**173.625**	**55.000**	**55.000**	**55.000**
Taxa de financiamento:					
*Empréstimo DGTF (*)	1,72%	1,89%	-	-	-
*Empréstimo Obrigacionista	EUR 6m+0,02%	EUR 6m+0,02%	EUR 6m+0,02%	EUR 6m+0,02%	EUR 6m+0,02%

(*) Última taxa comunicada

Tabela 16 – Gastos de Financiamento - Evolução 2010-2014

Conforme demonstrado na tabela anterior, desde o final de 2013 o Grupo não dispõe de qualquer linha de financiamento de curto prazo contratada. Os juros suportados em 2014, referentes a operações de financiamento bancário, são referentes exclusivamente, aos financiamentos de médio e longo prazo concedidos pelo Estado Português.

5.3 Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

No final de 2014 a Transtejo dispunha de um contrato de SWAP, com o objetivo de reduzir a taxa de juro a que se encontra exposta, relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 M€.

[1] Este Despacho impôs às empresas do SEE a obrigatoriedade de prestarem informação ao Ministério das Finanças relativa à contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro e estabelece ainda a obrigação de publicitação nos Relatórios & Contas das Entidades Públicas Não Financeiras (EPNF) da descrição da evolução da taxa média anual de financiamento.

O referido Instrumento de Gestão do Risco Financeiro detido a 31-12-2014, apresenta a seguinte qualificação:

Instituição Financeira	Tipo de Instrumento Derivado	Valor	Data de Contratação	Data de Início	Data de Vencimento	Período de Pagamento	Valor a Receber	Valor a Pagar
BPI	Swap de taxa de juro *vanilla*	27.500.000 €	19-07-2007	01-08-2007	01-02-2017	Períodos de contagem de juro: 1 de Fevereiro e 1 de Agosto.	A Transtejo recebe um fluxo variável (Taxa de juro variável subjacente: Euribor 6M)	A Transtejo paga um fluxo fixo (Taxa de juro fluxo fixo 4,768%)

Tabela 17 - Qualificação do IGRF a 31-12-2014

O resultado desta operação encontra-se refletido na Demonstração do Rendimento Integral do exercício 2014, tendo constituído um ganho decorrente da variação do justo valor, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Instituição Financeira	Tipo de Instrumento Derivado	Valor	Valor de Liquidação em 31-12-2013	Juros Especializados 2013	Justo valor 31-12-2013
BPI	Swap de taxa de juro *vanilla*	27.500.000 €	-3.956.860 €	524.169 €	-3.432.691 €

Instituição Financeira	Tipo de Instrumento Derivado	Valor	Valor de Liquidação em 31-12-2014	Juros Especializados 2014	Justo valor 31-12-2014
BPI	Swap de taxa de juro *vanilla*	27.500.000 €	-3.189.912 €	525.591 €	-2.664.322 €
				Variação do Justo Valor	768.369 €

Tabela 18 - Demonstração do justo valor dos IGRF – 2014

5.4 Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2014 constituiu o último ano de vigência do Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CPSP) celebrado entre o Estado e cada uma das entidades que compõem do Grupo Transtejo (Transtejo e Soflusa) em 21 de setembro de 2012, no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2012-2014.

No âmbito do CPSP foram fixados os montantes das compensações financeiras mínimas por passageiro.km transportado, garantindo desse modo, o apoio financeiro do Estado para a prestação do serviço público de transporte.

	Compensação Financeira (mín)	(c/ IVA)	Compensação Financeira (máx. 5%)	(c/ IVA)
CPSP - SOFLUSA	1.471.969,14	1.560.287,29	1.545.567,60	1.638.301,65
CPSP - TRANSTEJO	6.021.272,16	6.382.548,49	6.322.335,77	6.701.675,92

	CU (*)	Passageiros.km (**)	Compensação (aplic. CPSP)	Compensação real (IC / Sem IVA	Desvio *(a regularizar)*
SOFLUSA Aplicação CPSP - 2014	0,019 €	76.167.930	1.447.190,67 €	1.471.969,14	-24.778,47
TRANSTEJO Aplicação CPSP - 2014	0,163 €	35.363.788	5.764.297,44 €	6.021.272,16	-256.974,72

(*) Compensação financeira unitária por passageiro.km

(**) Indicador apurado com base nas validações do sistema de bilhética sem contacto, acrescido de um conjunto de regularizações e acertos, decorrentes de validações alternativas ao sistema ou situações de viagens efetivamente realizadas com supressão de validação (ex: ocasiões especiais / eventos e situações de greve)

Informação prestada de forma sustentada em documento enviado à AMTL

Tabela 19 - Contratos de Prestação do Serviço Público de Transporte (Transtejo - Soflusa) - Análise 2014

Apresenta-se na tabela seguinte, o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio ao Grupo Transtejo, durante os exercícios de 2010 a 2014.

(Milhares de €)

	ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	2014	2013	2012	2011	2010
i	**Subsídios ao Investimentos - PIDDAC**	438	437	438	618	1.600
ii	**Indemnizações Compensatórias***	7.943	7.787	7.741	11.264	11.784
	Transtejo	6.383	6.257	6.220	6.646	6.927
	Soflusa	1.560	1.530	1.521	4.618	4.857
iii	**Regularização de IC's 2012**	212	-	-	-	-
iv	**Dotações de Capital**	3.839	-	-	-	-
v	**Empréstimos Diretos do Tesouro**	7.983	118.625	-	-	-
vi	**Subsídios especiais / Ministério Economia**	300	-	-	-	-

*Valores com IVA inc.

Tabela 20 - Esforço Financeiro do Estado 2010-2014

Destaca-se ainda no período 2010-2014, no âmbito do stock de garantias obtidas, o aval do Estado à operação de financiamento sob a forma de Empréstimo Obrigacionista no montante de 55M€, contratada pelo período de 10 anos, junto do Depfa Bank.

O apoio financeiro concedido pelo Estado ao longo do exercício de 2014, foi concretizado através das seguintes operações:

i. Subsídios ao Investimento / PIDDAC – Apoio no montante de 437.500 € (500.000 € líquidos de cativação de 12,5%), recebido do PIDDAC por intermédio do GEE (Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Emprego), destinado à prestação anual prevista no protocolo Metro/Transtejo referente ao Terminal do Cais do Sodré;

ii. Indemnizações Compensatórias – Montante correspondente às compensações financeiras mínimas previstas nos Contratos de Prestação de Serviço Público (CPSP), valor efetivamente recebido (IVA incluído à taxa de 6%). Detalhe por empresa apresentado na tabela 21. Como se pode verificar na informação apresentada na tabela 20, na sequência da celebração, em 2012, dos Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros entre as duas empresas do Grupo e o Estado, os montantes financeiros atribuídos a título de compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público sofreram uma redução substancial face ao período que antecedeu essa contratualização (2011).

iii. Recebimento adicional de Indemnizações Compensatórias para acerto do CPSP referente ao ano 2012. Detalhe por empresa apresentado na tabela 21.

iv. Dotações de Capital no montante de 3.838.875 €, compreendendo o montante de 1.873.965 € sob a forma de numerário (1.447.433 € para cobertura financeira do serviço da dívida e 426.532 € para financiamento do Plano de Investimentos), e o montante de 1.964.910 € de aumento de capital em espécie, correspondente ao montante líquido apurado nas seguintes operações:

   a. Conversão de créditos em Capital do montante de juros devedores da Transtejo ao Estado, referentes ao financiamento contratado em 2013, (+ 3.355.436,26 €);

   b. Abatimento do montante a receber do Estado, referente à diferença entre ativos e passivos, apurada na transmissão da titularidade do Terminal do Cais do Sodré para o Estado[1], (-1.390.526,26 €).

v. Crédito especial recebido do Ministério da Economia - transferência efetuada pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, destinado a fazer face à insuficiência de dotação orçamental para despesas com pessoal decorrente da declaração de inconstitucionalidade da norma de redução remuneratória prevista na Lei do OE2014 (300.000,00 €).

[1] Esta operação encontra-se explicada com maior detalhe no ponto 5.6.2 deste documento.

Para além destes montantes, foram ainda recebidas compensações tarifárias, associadas à venda de títulos de transporte. O quadro seguinte apresenta de modo desagregado o montante de subsídios à exploração recebido pelas duas empresas do Grupo no exercício 2014:

SUBSIDIOS Exploração 2014 - Receita	TRANSTEJO	SOFLUSA	€ GRUPO
Compensação mímina CPSP / 2014	6.382.548	1.560.287	**7.942.835**
Acerto CPSP referente a 2012	155.527	56.578	**212.105**
Compensações tarifárias:			**0**
Passe 4_18	32.000	37.300	**69.300**
Passe sub_23	37.500	66.300	**103.800**
Passe social +	100.000	135.000	**235.000**
Subsídio Ministério Economia / Despesas Pessoal	125.000	175.000	**300.000**
	6.832.575	**2.030.465**	**8.863.040**

Tabela 21 – Receitas de subsídios à exploração – 2014

5.5 Investimentos

PROJETOS DE INVESTIMENTO - 2014	*(milhares de €)* Despesa do ano
Beneficiações de Frota - Interv. P. Nunes	247,590
Benef. Pontões - Adaptação Trafaria+P.Brandão	104,958
Beneficiações de Frota - Equipamentos	39,148
Beneficiação Terminal Cais do Sodré	860,669
Equipamento Administrativo	0,868
Informatica - HARDWARE	7,843
Informatica - SOFTWARE - Plataforma Compras/Manutenção	2,800
Equipamentos Parques Estacionamento	66,720
Outros investimentos correntes	9,465
	1.340,061

Tabela 22 - Despesa de Investimento por Projetos – 2014

O cumprimento do Plano de Investimentos do Grupo foi condicionado por dificuldades de tesouraria, tendo como consequência sido necessário optar pelo adiamento de alguns projetos.

A despesa de investimento (novas capitalizações) ascendeu no exercício de 2014 a 479 mil euros, com a seguinte afetação:

- Beneficiações de Navios – Projeto de grande beneficiação (recondicionamento) do motor principal do navio "Pedro Nunes" da frota da Soflusa, no montante de 248 mil €;
- Beneficiação de Pontões – Despesas de adaptação de pontões para permitir a operação com navios Ferry nas estações da Trafaria e Porto Brandão. Este projeto, iniciado em 2013, permitiu concretizar a transferência do serviço de transporte de veículos da ligação Cacilhas <-> Cais do Sodré para a ligação Trafaria – Porto Brandão – Belém;
- Equipamentos para Parque de Estacionamento – Projeto de substituição de equipamentos de controlo de acessos para equipar os parques de estacionamento da empresa (Seixalinho e Seixal), no âmbito do novo modelo de exploração a lançar em 2015;
- Equipamentos para a Frota – Aquisição de 2 novos radares para os navios Algés e Chiado (frota Transtejo);
- Beneficiações do Terminal do Cais do Sodré – Trabalhos adicionais referentes ao projeto, debitados pelo Metropolitano de Lisboa;
- Informática e sistemas de informação – Substituição de unidades do parque informático, continuidade do desenvolvimento da plataforma de compras e apoio à manutenção, integrando a especificidade decorrente da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e desenvolvimento de software para suporte ao sistema de bilhética, associado às adaptações decorrentes da transferência da carreira de Ferries para a ligação da Trafaria.

5.6 Operações efetuadas no exercício de 2014 com relevante impacto financeiro e patrimonial

5.6.1 Protocolo para regularização de Saldos Devedores

Foi assinado em 16-10-2014 um protocolo para regularização de saldos devedores entre a Metropolitano de Lisboa, EPE (ML) e a Transtejo (TT), considerando que ambas as entidades reconheciam ser simultânea e reciprocamente devedoras de quantias já vencidas e não pagas. Neste protocolo declararam considerar extinta a dívida de que se encontravam simultaneamente credora e devedora uma da outra, até ao limite da existência do crédito recíproco. Em resultado desta operação, manteve-se o crédito da ML sobre a Transtejo na parte excedente, perfazendo o montante de 1.846.318 €, tendo sido fixado nesse acordo, um plano de pagamentos faseado, em conformidade com o qual a Transtejo deu cumprimento à liquidação total do montante em dívida, apresentando-se em 31-12-2014 a situação integralmente regularizada.

€

Dívida da Transtejo ao Metropolitano	**3.030.257**	**Dívida do Metropolitano à Transtejo**	**1.183.939**
Encargos financeiros referentes aos anos 2009-2013 suportados pelo ML, de responsabilidade da TT, referentes ao investimento no Terminal Fluvial do Cais do Sodré	1.387.690	Quantia recebida pelo ML e devida à Transtejo no âmbito do financiamento do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (POAT) ao projeto de construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré	174.971
Valores recebidos pela TT e devidos ao ML no âmbito da repartição de receita de venda de títulos Multimodais (Periodo 2009-2013)	1.642.568	Custos suportados pela Transtejo com aquisição de materiais no âmbito da transferência da operação no Terminal do Cais da Alfândega para o Terminal da Ribeira das Naus, assim como valores recebidos pelo ML devidos à TT no âmbito da repartição de receita de títulos Multimodais	1.008.969

Tabela 23 - Protocolo de Regularização de Saldos Devedores TT-ML - Informação de suporte

5.6.2 Acordo relativo ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré

Em 01 de setembro de 2009 foi celebrado entre a Transtejo (TT) e o Metropolitano de Lisboa (ML) um Protocolo com a finalidade de definir as responsabilidades técnicas e financeiras de cada uma das partes decorrentes da construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, tendo o referido terminal sido registado nas contas da Transtejo pelo montante de 14.502.601,63 €[1]. Desde essa data, a Transtejo constituiu-se devedora do ML, obrigando-se a efetuar anualmente, o pagamento de uma prestação entre 0,5 M€ e 1M €.

Até final de 2014, a Transtejo procedeu a amortizações referentes a este ativo no montante de 3,5 M€ (0,5 M€ no exercício de 2014), recebendo para o efeito, apoio financeiro, sob a forma de subsídios ao investimento provenientes do PIDDAC, no montante de 3,2 M€, conforme quadro abaixo.

€

Subsídios PIDDAC / Terminal Fluvial Cais do Sodré					
2014	**2013**	**2012**	**2011**	**2010**	**2009**
437.500	437.001	437.500	500.000	500.000	925.000
3.237.001					

Tabela 24 - Subsídios PIDDAC para Terminal do Cais do Sodré - Período 2009-2014

[1] Este valor contemplava o montante de 14.189.534,72 € referente ao custo de construção suportado pelo ML e 313.066,81 € referente à capitalização de juros suportados pelo ML até 28.02.2009.

Porém, na sequência da não ratificação do referido Protocolo na assembleia geral realizada em 28 de outubro de 2010[1] e observando as instruções expressas, emitidas pelo Estado, relativamente à necessidade de reformulação do teor do mesmo e à apresentação de um novo projeto, foi efetuada uma aprofundada análise da situação, envolvendo a apreciação de várias vertentes, sob a perspetiva das entidades envolvidas neste processo, nomeadamente Transtejo, ML e o Estado, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Deste modo, foi possível celebrar um acordo, formalizando novo Protocolo, regulando os termos e condições mediante os quais se operou a transferência do Terminal Fluvial do Cais do Sodré para o Estado. A solução encontrada teve subjacente um conjunto de questões de natureza técnico-jurídicas, referentes à regularização dos custos de construção do referido Terminal e à titularidade da parcela de terreno onde se encontra implantado parte desse interface.

Na sequência do referido acordo, foi ratificado entre as partes, em 31 de dezembro de 2014, um novo Protocolo, revogando a partir dessa data aquele que tinha sido celebrado em 2009 entre a Transtejo e o ML.

Resultaram deste novo protocolo um conjunto de implicações financeiras e patrimoniais, tendo os efeitos das respetivas transações sido contemplados nas contas do exercício de 2014.

De referir ainda que conforme estabelecido no nº 4 da cláusula segunda do referido acordo, o valor patrimonial registado pela Transtejo e considerado para efeitos desta operação, foi devidamente auditado e validado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas independente.

		€
Terminal do Cais do Sodré (Investimento realizado pelo ML)		**14.189.535**
Terminal		10.867.343
Pontões (4 un x 830.548 €))		3.322.192
Juros capitalizados pelo ML (período até 28-02-2009)		**313.067**
Valor do Ativo registado inicialmente nas contas da TRA	*(A)*	**14.502.602**
Operações registadas na Transtejo em 2014:		
Faturação ML à TT (2014) - imputação de trabalhos adicionais		860.669
Juros vencidos, em divida ao ML, referentes ao periodo 2009-2014		1.709.133
Novo valor do Ativo nas contas da TRANSTEJO em 2014	*(B)*	**17.072.403**
Montantes a abater ao Ativo TRANSTEJO para efeitos da operação		
Valor patrimonial referente aos Pontões (Ativos a excluir da trans		-3.322.192
Subsídio obtido pelo ML no âmbito do POAT		-174.971
Valor do Ativo a transferir para o ESTADO	*(C)*	**13.575.240**
Valor em dívida da TRANSTEJO ao ML no final de 2014*	*(D)*	**12.184.713**
**Montante relevado para efeitos desta operação*		
	(E)=(C)-(D)	**1.390.527**

Tabela 25 - Detalhe das operações de suporte e valores contemplados no Acordo relativo ao Terminal do Cais do Sodré

Em síntese, os valores detalhados na tabela 25, suportaram as seguintes transações:

- Transferência para o Estado da posição credora do ML perante a Transtejo decorrente da execução dos trabalhos de construção do Terminal;

[1] Na qual o acionista Estado procedeu à aprovação das contas da Transtejo referentes ao exercício de 2009 (sendo estas, as últimas contas da sociedade, que se encontram aprovadas em assembleia geral).

- Transferência para o património do Estado da parcela de terreno, propriedade do ML, onde se encontra implantado o referido Terminal, sob a forma de dação em cumprimento;
- Transferência do investimento realizado pela Transtejo neste projeto, para o Estado, tendo em vista liquidação da respetiva dívida;
- Como efeito das transferências referidas, e considerando a extinção das respetivas obrigações do Estado por confusão[1], a Transtejo constituiu-se credora do Estado no montante de 1.390.526,26 €. Este montante foi integralmente deduzido ao valor dos juros vencidos em 2014, devidos pela Transtejo ao Estado, no âmbito do contrato de financiamento celebrado com a DGTF em 2013 (no montante de 3.355.436,26 €). Encontrava-se inicialmente prevista a conversão integral destes créditos em capital, porém, na sequência do apuramento do montante líquido de 1.964.910 €, resultante da diferença entre ativos e passivos na operação, foi concretizado pelo Estado um aumento de Capital no montante referido.

Nos termos do artigo 108º do Decreto-Lei nº 208/2007 de 07 de agosto, afigura-se necessária a avaliação do edifício. Após análise especializada, com base no método do custo de reposição do ativo, o valor do Terminal (incluindo área de construção e respetivos projetos de arquitetura e especialidades, assim como estudos específicos e atividades de coordenação, fiscalização e segurança), foi avaliado em **10.925.000 €**, o que constitui, relativamente ao montante indicado em (C), considerado na transmissão do ativo para o Estado, uma diferença de **2.650.240 €.**

5.7 Demonstração da Posição Financeira

5.7.1 Contas Individuais

(milhares de €)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2014	2013	2012	2011	2010
Ativo	**35.496**	**79.614**	**73.705**	**68.410**	**58.456**
Ativo não Corrente	32.312	40.704	36.186	39.711	41.366
Ativo Corrente	3.184	38.910	37.520	28.698	17.090
Capital Próprio e Passivo	**35.496**	**79.614**	**73.705**	**68.410**	**58.456**
Capital Próprio	-173.412	-171.823	-153.191	-130.415	-109.074
Passivo não Corrente	180.657	241.461	119.179	113.723	110.581
Passivo Corrente	28.250	9.976	107.718	85.102	56.949

Tabela 26 - Síntese da Posição Financeira da Transtejo 2010-2014 - Contas Individuais

No final do exercício 2014, a **Posição Financeira da Transtejo (contas individuais)** apresenta as seguintes variações:

(milhares de €)

Variação no Exercício 2014	
Ativo	**-44.118**
Ativo não Corrente	-8.392
Ativo Corrente	-35.726
Capital Próprio e Passivo	**-44.118**
Capital Próprio	-1.589
Passivo não Corrente	-60.804
Passivo Corrente	18.274

- **Ativo não corrente** – A variação apresentada nesta rubrica reflete essencialmente, os seguintes efeitos conjugados:

[1] Nos termos do artigo 868º do Código Civil, tendo em conta que o Estado assume simultaneamente a qualidade de credor (montante referido em c) e devedor (montante referido em d).

i. **Redução dos Ativos Fixos Tangíveis** (-11.827 mil €), contemplando as depreciações anuais (-2.268 mil €) e as novas capitalizações associadas ao Plano de Investimentos da Transtejo (+232 mil €). Acresce nesta rubrica o efeito da operação referente à alteração da titularidade do Terminal do Cais do Sodré, implicando o desreconhecimento do ativo[1], (capitalizado no montante de 11.180 mil €, acrescido de 861 mil € de trabalhos adicionais capitalizados em 2014) e das respetivas depreciações acumuladas, no montante de 1.069 mil €, resultando esta operação num impacto patrimonial líquido de 10.972 mil €. Procedeu-se ainda à alienação de um pequeno armazém situado na Rua dos Caminhos de Ferro e foram adicionalmente, efetuados no exercício, outros abates de bens com valor contabilístico nulo, destacando-se três unidades da frota (navio Bica e navio Marvila e navio Trafaria Praia) e diversos equipamentos e acessórios para navegação.

ii. **Aumento de empréstimos concedidos a médio e longo prazo** (+3.438 milhares de €) – Contempla o reforço do apoio financeiro à participada Soflusa, concedido no exercício, conforme detalhe:

(milhares de €)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL 2014
-	-	250	850	-	750	450	500	320	547	150	-	**3.817**

Tabela 27 - Apoio Financeiro concedido pela Transtejo à Soflusa – 2014

Acresce ao montante em dívida, a inclusão do montante de 299 mil € por conversão de créditos a curto prazo, detidos pela Transtejo sobre a Soflusa, e o abatimento dos montantes referentes à regularização de saldos entre as sociedades, apurados a favor da Soflusa, por operações de encontro de contas realizadas no final do 1º e 2º semestre, ascendendo a 366 mil € e 312 mil € respetivamente.

iii. **Variações nas rubricas de Ativos Intangíveis** (-32 mil €) e **Investimentos Financeiros** (+29 mil €) associadas no primeiro caso, às amortizações do exercício e no segundo, ao efeito dos dividendos do exercício 2013 recebidos no período, referentes à participação financeira na OTLIS[2], ACE.

❖ **Ativo corrente** – A variação mais significativa desta rubrica, está relacionada com a redução de 34,3 M €, referente a empréstimos concedidos à participada Soflusa. Este movimento ocorreu no âmbito de uma operação realizada no primeiro trimestre de 2014, na sequência da aprovação de proposta apresentada pelo Conselho de Administração[3], visando dar cumprimento do disposto no artigo 35º do Regime Jurídico Setor Público Empresarial (RJSPE)[4]. Deste modo, do montante de créditos detidos pela Transtejo sobre a Soflusa, 34,3 M € foram convertidos em Capital, como medida destinada a superar a situação deficitária da Soflusa, procedendo à reestruturação do seu capital social. Os restantes valores em dívida a curto prazo, no montante de 299 mil € foram incorporados no empréstimo de financiamento a médio e longo prazo concedido pela Transtejo à Soflusa, conforme explicado no ponto anterior. Com esta operação, na sequência do processo iniciado em 2013, toda a dívida da Soflusa à Transtejo ficou reestruturada em financiamento de médio e longo prazo.

[1] Apenas a parte referente ao edifício, excluindo os 4 pontões, que permanecem no património da Transtejo.

[2] Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) que tem por missão coordenar o sistema integrado de mobilidade, bilhética e controlo de acessos dos vários Operadores de Transportes da Área Metropolitana de Lisboa, no qual a Transtejo detém 14,29 % de participação.

[3] Em Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2013 da participada Soflusa, realizada em 31 de março de 2014.

[4] Em 31-12-2013 a Soflusa encontrava-se na situação referida no nº 3 do artigo 35º do RJSPE, apresentado capital próprio negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos.

As contas Clientes e Outras Contas a Receber, apresentam variações pouco expressivas, refletindo nas contas com terceiros, um montante inferior de receita a receber de outros operadores no âmbito da repartição de passes intermodais e também o efeito da operação descrita no ponto 5.6.1, referente ao protocolo de regularização de saldos devedores, celebrado entre a Transtejo e o ML.

Relativamente às Disponibilidades, conforme explicado no anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa, o montante indicado nesta rubrica corresponde ao que se encontra de facto disponível em caixa e depósitos bancários, merecendo referência a existência de um passivo contingente referente a um processo judicial em curso, que motivou uma penhora nas contas bancárias da Transtejo no montante de 374.911 €. Este valor encontra-se reservado à disposição do agente de execução do referido processo, pelo que foi registado na rubrica Outros ativos correntes.

- **Capital Próprio** – A variação apresentada nesta rubrica reflete essencialmente, os seguintes efeitos conjugados:

  i. **Aumento de Capital Social** no montante de 3.839 mil €, conforme explicado no ponto 5.4;

  ii. **Impacto do resultado integral do período,** contemplando o resultado liquido do exercício (-6.196 mil €) e o ganho no justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (+768 mil €).

- **Passivo não Corrente** – Nesta rubrica destaca-se o efeito redução de provisões para riscos e encargos, essencialmente no que se refere ao Capital Próprio negativo da participada Soflusa. No âmbito da operação de recomposição dos capitais próprios desta participada, efetuada no 1º trimestre de 2014, por via do reforço do investimento financeiro, no montante de 34 M€, foi revertida esta provisão, tendo porém, na sequência do prejuízo do exercício de 2014, sido necessário voltar a constituir provisão no montante de 3.052 mil €, considerando que o Capital Próprio da Soflusa se apresenta novamente negativo. Esta rubrica contempla ainda uma provisão para o processo judicial que está na origem da penhora referida anteriormente, tendo neste exercício ocorrido por prudência, um reforço da mesma, no montante de 265 mil €, considerando um acréscimo do risco associado.

  Destaca-se ainda a anulação do montante registado em Outras Contas a Pagar (a médio e longo prazo), que no final de 2013 ascendia a 11 M€. Este montante compreendia o valor a pagar, no prazo superior a um ano, ao Metropolitano de Lisboa, no âmbito do protocolo celebrado entre as duas entidades, referente ao Terminal do Cais do Sodré. Considerando a celebração do acordo e a consequente alteração da titularidade deste edifício, esta dívida foi anulada, no âmbito dos ajustamentos patrimoniais e financeiros associados à operação. De igual modo, em passivos não correntes, foi ajustado o montante de subsídios ao investimento a reconhecer no período superior a um ano, contemplando a anulação dos efeitos associados ao financiamento deste Ativo[1].

  De referir que foi transferido para a rubrica Passivo Corrente, o montante de 19,8 M€, correspondente aos primeiros reembolsos, previstos para 2015, do financiamento no montante de 118,6 M€ contratado junto da DGTF em 2013.

- **Passivo Corrente** – Esta rubrica apresenta um aumento global de 18,3 M€, considerando essencialmente:

  i. **Aumento (+19,8 M€)**, referente à transferência para passivo corrente, no âmbito da operação referida no ponto anterior, associada à amortização de financiamentos de M/L Prazo.

  ii. **Redução do montante em dívida a Fornecedores (-1,4 M€)** refletindo o esforço de liquidação de saldos devedores, em resultado das medidas de gestão de tesouraria e orçamental, minimizando os impactos nas dotações disponíveis para 2015 associados à transição de compromissos assumidos por pagar.

[1] A cobertura financeira deste investimento, vinha sendo assegurada por subsídio a receber do PIDDAC, correspondente ao montante pago anualmente ao Metropolitano de Lisboa no âmbito do Protocolo em vigor.

iii. **Redução em Outros passivos Correntes (-0,513 M€)** refletindo: (i) a anulação dos juros a pagar ao Metropolitano de Lisboa no montante de 998 mil €, associados aos encargos financeiros referentes ao período de 01 de março até 31 de dezembro de 2013, calculados sobre o montante em dívida àquela entidade, no âmbito do anterior protocolo referente ao Terminal do Cais do Sodré; (ii) montante de Indemnizações compensatórias a regularizar no âmbito do contrato de prestação de serviço público (143 mil €), (iii) a redução de 247mil € nos subsídios ao investimento a reconhecer no próximo ano, considerando que em 2014 ocorreu o reconhecimento pela totalidade dos subsídios referentes ao Terminal do Cais do Sodré. Esta rubrica contempla ainda um montante de 400 mil €, reconhecido pela Navalria como compensação a efetuar à Transtejo, de forma faseada e em futuras reparações a realizar pela Transtejo naquele estaleiro[1].

iv. **Aumento de outras contas a pagar (+0,850 M€)** refletindo por um lado, o efeito da liquidação de saldos com elevada antiguidade, no esforço de resolução da situação de pagamentos em atraso. (Encontravam-se registados nesta rubrica montantes a pagar ao Metropolitano de Lisboa referentes essencialmente a repartição de receita de títulos intermodais. No âmbito do protocolo para regularização de saldos devedores celebrado entre a Transtejo e o Metropolitano referido no ponto 5.6.1, foi possível proceder a esta operação de modo faseado ao longo do exercício de 2014). Por outro lado, foi lançado nesta rubrica o montante apurado a regularizar com a DGTF em consequência da avaliação do Terminal do Cais do Sodré, por um valor inferior em 2,650 M€ relativamente ao contemplado na operação de transmissão de propriedade do Ativo.

5.7.2 Contas Consolidadas

(milhares de €)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2014	2013	2012	2011	2010
Ativo	**50.174**	**66.559**	**80.206**	**90.477**	**83.408**
Ativo não Corrente	45.262	59.921	66.168	72.466	76.466
Ativo Corrente	4.912	6.638	14.038	18.011	6.942
Capital Próprio e Passivo	**50.174**	**66.559**	**80.206**	**90.477**	**83.408**
Capital Próprio	-173.412	-171.823	-153.191	-130.415	-109.074
Passivo não Corrente	192.110	223.867	109.944	113.325	116.217
Passivo Corrente	31.476	14.515	123.454	107.567	76.265

Tabela 28 - Síntese da Posição Financeira da Transtejo 2010-2014 - Contas Consolidadas

A **Posição Financeira Consolidada** apresenta as seguintes variações no exercício 2014:

Variação no Exercício 2014		
Ativo	**-16.385**	
Ativo não Corrente	-14.659	**(a)**
Ativo Corrente	-1.726	**(b)**
Capital Próprio e Passivo	**-16.385**	
Capital Próprio	-1.589	**(c)**
Passivo não Corrente	-31.757	**(d)**
Passivo Corrente	16.961	**(e)**

- **Ativo não corrente** – A variação apresentada nesta rubrica reflete essencialmente, os seguintes efeitos conjugados:

  i. **Redução dos Ativos Fixos Tangíveis** (-14.656 mil €), contemplando as depreciações anuais

[1] Esta operação decorre de um protocolo celebrado entre a Transtejo e a Navalria, estabelecendo um modelo de suporte à regularização faseada, até perfazer o montante de 400.000. €, acordado entre as partes, como forma de compensação a efetuar pela Navalria à Transtejo, considerando as deficiências de construção dos navios Lisbonense e Almadense, que implicam um acréscimo de custos de exploração superior ao estimado nos respetivos projetos de construção (nomeadamente maior consumo de combustível);

(-5.344 mil €), as novas capitalizações associadas ao Plano de Investimentos do Grupo (+479 mil €). Acresce nesta rubrica o efeito da operação referente à alteração da titularidade do Terminal do Cais do Sodré, implicando o desreconhecimento do ativo, operação com impactos patrimoniais relevantes já referidos. Foram ainda efetuados no exercício outros abates com valor contabilístico nulo, destacando-se três unidades da frota (navio Bica e navio Marvila e navio Trafaria Praia) e diversos equipamentos e acessórios para navegação.

ii. **Variações nas rubricas de Ativos Intangíveis** (-32 mil €) e **Investimentos Financeiros** (+29 mil €), correspondentes a operações patrimoniais já referidas na análise das contas individuais (ponto 5.6.1)

❖ **Ativo corrente** – As contas de ativos correntes (clientes e contas a receber) apresentam variações pouco expressivas, destacando-se um montante inferior de receita a receber de outros operadores no âmbito da repartição de passes intermodais e refletindo também o efeito da resolução de uma situação pendente de regularização de saldos entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa, conforme já explicado anteriormente.

Relativamente às Disponibilidades, destaca-se a situação já referida na análise às contas individuais, remetendo para a nota explicativa sobre a demonstração dos fluxos de caixa. Porém, relativamente ao período homólogo, merece referência a redução do saldo de disponibilidades da Soflusa, que apresentava um valor bastante elevado (1.059 mil € em 31-12-2013 contra o saldo atual, 691 mil €). Esta situação decorreu do atraso no desconto no IGCP da última ordem de pagamento emitida em 27-12-2013, que apenas foi considerada nos primeiros dias de 2014.

❖ **Capital Próprio** –. A variação apresentada nesta rubrica reflete essencialmente, os seguintes efeitos conjugados:

i. **Aumento de Capital Social** no montante de 3.839 mil €, conforme explicado no ponto 5.4;

ii. **Impacto do resultado integral do período,** contemplando o resultado liquido do exercício (-5.899 mil €) e o ganho no justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (+768 mil €).

❖ **Passivo não Corrente** – As principais variações nesta rubrica estão relacionadas com a operação referida no ponto 5.6.1, referente ao impacto, nas contas da Transtejo, da operação de alteração da titularidade do Terminal do Cais do Sodré, no âmbito do qual o passivo não corrente associado à dívida ao Metropolitano de Lisboa foi anulado, na sequência dos ajustamentos patrimoniais e financeiros efetuados. De igual modo, em passivos não correntes, foi ajustado o montante de subsídios ao investimento a reconhecer no período superior a um ano, contemplando a anulação dos efeitos associados ao financiamento deste Ativo, conforme já explicado.

Reflete ainda, tal como referido anteriormente, a transferência para a rubrica Passivo Corrente, do montante de 19,771 M€, correspondente aos primeiros reembolsos, previstos para 2015, referentes ao financiamento, no montante de 118,625 M€, contratado junto da DGTF em 2013.

❖ **Passivo Corrente** – Esta rubrica apresenta um aumento global de 16,961 M€, considerando essencialmente:

i. **Aumento (+19,771 M€)**, referente à transferência para passivo corrente, no âmbito da operação referida no ponto anterior, associada à amortização de financiamentos de M/L Prazo.

ii. **Redução do montante em dívida a Fornecedores (-2,510 M€)** refletindo o esforço de liquidação de saldos devedores, em resultado das medidas de gestão de tesouraria e orçamental, minimizando os impactos nas dotações disponíveis para 2015 evitando a transição de compromissos assumidos por pagar.

v. **Redução em Outros passivos Correntes (-0,666 M€)** refletindo: (i) a anulação de juros a pagar ao Metropolitano de Lisboa conforme nota homóloga na análise às contas individuais; (ii) montante de Indemnizações compensatórias a regularizar no âmbito do contrato de prestação de serviço público (redução de 181 mil € no Grupo), (iii) a redução do montante de subsídios ao investimento a reconhecer no próximo ano, conforme também já explicado. Esta rubrica contempla ainda (iV) um montante de 400 mil €, reconhecido pela Navalria como compensação a efetuar à Transtejo, de forma faseada e em futuras reparações a realizar pela Grupo naquele estaleiro[1] e (v) montantes superiores aos registados em 2013, relativamente à receita de passes intermodais a repartir pelos restantes operadores (+41 mil €) e remunerações especializadas, a liquidar (+24 mil €).

iii. **Aumento de outras contas a pagar (+0,809 M€)** refletindo o efeito conjugado da liquidação de saldos com elevada antiguidade, no esforço de resolução da situação de pagamentos em atraso, e contemplando a já referida operação de regularização de saldos devedores entre a Transtejo e o Metropolitano.

De referir que em 2013 o saldo desta rubrica contemplava o montante de 0,5 M€ referente à amortização anual a efetuar junto do Metropolitano, conforme previsto no anterior protocolo referente ao Terminal do Cais do Sodré. Na sequência do acordo celebrado em 2014, foi regularizada toda a divida associada àquele ativo (na sua maioria relevada em passivo não corrente) e foi ainda reconhecido nesta rubrica, o montante de 2,650 M€, a regularizar junto da DGTF, na sequência da avaliação do Terminal do Cais do Sodré, por um valor inferior ao contemplado na operação de transmissão de propriedade daquele Ativo.

5.8 Demonstração do Rendimento Integral

5.8.1 Contas Individuais

5.8.1.1 Evolução de Resultados

Os resultados das contas individuais da Transtejo referentes ao exercício de 2014 apresentam uma significativa melhoria face ao período homólogo de 2013, (redução de 72,4% do prejuízo). De referir que a par das melhorias de desempenho operacional a registar, as contas deste exercício contemplam os efeitos de um conjunto de operações financeiras e patrimoniais, com impacto relevante nos resultados alcançados.

(Milhares de €)

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Resultado Operacional	-86,7%	11.583	-1.779	-13.361	-14.166	-14.825	-8.749
Resultado Financeiro	-32,7%	2.144	-4.404	-6.547	-8.437	-5.955	-3.753
Resultado Líquido	-68,9%	13.724	-6.196	-19.921	-22.616	-20.786	-12.509

Tabela 29 - Contas Individuais - Evolução de Resultados 2010-2014

Como adiante se explicará de forma mais detalhada, as melhorias alcançadas decorrem de uma redução de 5.968 mil € nos Gastos operacionais e de um aumento de 5.615 mil € nos Rendimentos da mesma natureza.

[1] Esta operação decorre de um protocolo celebrado entre a Transtejo e a Navalria, estabelecendo um modelo de suporte à regularização faseada, até perfazer o montante de 400.000. €, acordado entre as partes, como forma de compensação a efetuar pela Navalria à Transtejo, considerando as deficiências de construção dos navios Lisbonense e Almadense, que implicam um acréscimo de custos de exploração superior ao estimado nos respetivos projetos de construção (nomeadamente, maior consumo de combustível);

De referir que os impactos da função financeira nos resultados líquidos, neste exercício registam também uma assinalável melhoria.



Gráfico 12 - Contas Individuais - Resultado Financeiro 2010-2014

5.8.1.2 Rendimentos

(Milhares de €)

RENDIMENTOS	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Serviços Prestados	-10,4%	-772	6.659	7.431	7.663	7.614	7.259
Subsídios à Exploração	-0,3%	-19	6.016	6.036	6.294	6.584	6.749
Reversões*	>1000%	1.012	1.013	1	916	167	376
Outros Rendimentos e Ganhos**	240,5%	5.394	7.637	2.243	2.192	2.665	4.946
Rendimentos Financeiros	-68,1%	-1.220	572	1.792	1.480	900	401
** Conta 76 - Reversões* *** Conta 78 - Outros Rendimentos e Ganhos*	**25,1%**	**4.394**	**21.897**	**17.503**	**18.546**	**17.929**	**19.731**

Tabela 30- Contas Individuais - Evolução de Rendimentos 2010-2014

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Na análise dos Rendimentos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Rendimentos da Prestação de Serviços (6.659 mil €)** – Redução de 772 mil € relativamente ao período homólogo, destacando-se essencialmente a redução de rendimentos do tráfego de passageiros com títulos multimodais (-961 mil €) e do serviço de aluguer de barcos (-97 mil €). Porém, assinala-se um acréscimo de rendimentos da atividade provenientes dos outros modos tarifários (+187 mil €) e do serviço de Turismo (+98 mil €).

- **Subsídios à Exploração (6.016 mil €)** – Registando uma ligeira redução relativamente a 2013, esta rubrica contempla os rendimentos referentes a Indemnizações Compensatórias reconhecidos no período (5.727 mil €), por aplicação do contrato de prestação do serviço público de transporte. Contempla ainda compensações tarifárias referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (4_18, sub-23, Social+ e Programa de Apoio Integrado a Idosos), no montante de 165 mil €. Em 2014, a título excecional, foi ainda recebido um subsídio do Ministério da Economia, no montante de 125 mil €, para compensação do aumento de despesas com pessoal decorrente do impacto do acórdão do Tribunal Constitucional.

- **Reversões (1.013 mil €)** – Este valor contempla ajustamentos de inventários no montante de 14 mil €. O montante mais relevante, 999 mil €, corresponde à reversão de imparidade de dívidas a receber do

Metropolitano de Lisboa, decorrente do protocolo celebrado entre as duas entidades que permitiu a regularização de saldos devedores (ver ponto 5.6.1).

- **Outros Rendimentos e Ganhos (7.638 mil €)** – Apresenta um aumento relevante face ao período homólogo, conforme detalhe na tabela seguinte:

(Milhares de €)

	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Aluguer espaços comerciais e licenças de ocupação	-9,1%	-22	221	243	245	292	613
Aluguer Parques Estacionamento (Barreiro+Montijo+Seixal)	-0,5%	0	74	74	76	82	83
Aluguer de espaços para Publicidade	29,6%	11	49	38	33	63	98
Venda de cartões passe	-1,0%	-3	279	282	266	308	5
Vendas na atividade Turismo	-11,1%	-1	11	12	10	5	5
Ganhos em investimentos não financeiros	> 1000%	690	711	20	16	37	29
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	-30,7%	-470	1.060	1.530	1.527	1.844	1.268
Outros Rendimentos e Ganhos*	> 1000%	5.189	5.234	44	19	34	2.845
	240,5%	**5.394**	**7.637**	**2.243**	**2.192**	**2.665**	**4.946**

** O valor elevado em 2010 contempla penalizações contratuais no montante de 2,788 M€ (2*1,394 M€) ao estaleiro contrutor dos novos Ferries*

Tabela 31 - Contas Individuais - Detalhe de Outros Rendimentos e Ganhos 2010-2014

Merece especial referência a rubrica Ganhos em investimentos não financeiros, que contempla o valor referente aos rendimentos decorrentes da alienação dos navios Bica, Marvila e Trafaria Praia e diversos equipamentos e acessórios para navegação (270 mil €).

Porém, o montante mais relevante, 5.234 mil € está relacionado com a operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré conforme explicado detalhadamente na nota 36 do anexo às demonstrações financeiras individuais.

RENDIMENTOS FINANCEIROS

- **Rendimentos Financeiros (572 mil €)** – Registando uma redução de 1.220 mil € relativamente ao período homólogo, esta rubrica contempla o montante de 97 mil €, referente aos dividendos do exercício 2013, referentes à participação financeira na OTLIS, ACE e o montante de 475 mil € de juros dos financiamentos concedidos à participada Soflusa. Este montante é significativamente inferior ao registado em 2013 (1.753 mil €) em resultado do modelo de financiamento intra-grupo, beneficiando a participada Soflusa das condições do serviço da dívida contratada pela Transtejo junto da DGTF. Atualmente, todo o passivo financeiro da Soflusa se resume a este financiamento concedido pela Transtejo, ao custo de financiamento da República.

5.8.1.3 Gastos

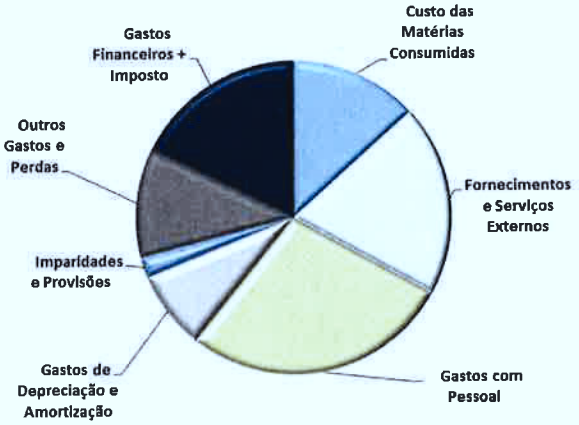


Gráfico 13 - Contas Individuais - Estrutura de Gastos 2014

Na estrutura de Gastos apresentada no gráfico anterior destacam-se as rubricas de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, que no seu conjunto, representam cerca de 49% do total.

(Milhares de €)

GASTOS	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Custo das Matérias Consumidas	-6,8%	-275	3.748	4.022	4.700	5.687	3.533
Fornecimentos e Serviços Externos	-5,9%	-345	5.527	5.872	6.625	6.564	8.078
Gastos com Pessoal	-10,6%	-927	7.812	8.738	8.377	8.494	9.546
Gastos de Depreciação e Amortização*	-35,3%	-1.238	2.268	3.507	3.661	4.343	3.545
Imparidades e Provisões**	636,4%	500	578	78	426	843	753
Outros Gastos e Perdas	-53,7%	-3.683	3.171	6.854	7.442	5.922	2.624
Gastos Financeiros	-40,3%	-3.364	4.976	8.339	9.917	6.854	4.154
(Imposto)	15,4%	2	14	12	13	7	8
** Conta 64 - Gastos de Depreciação e Amortização* *** Contas: 65 - Perdas por Imparidade + 67 - Provisões*	**-24,9%**	**-9.330**	**28.094**	**37.423**	**41.162**	**38.715**	**32.240**

Tabela 32 - Contas Individuais - Evolução de Gastos 2010-2014

GASTOS OPERACIONAIS

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Custo das Matérias Consumidas (3.748 mil €)** – Relativamente ao período homólogo, regista-se uma redução de gastos com Gasóleo (-2 %, -74 mil €) e lubrificantes (-51%, -90 mil €). Destaca-se, no caso do combustível, a redução do preço médio por litro (-0,05 €/L), considerando que ocorreu um aumento das quantidades consumidas (+245 mil Litros relativamente a 2013).

	VAR 2014-2013	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Total	-73.604 €	3.332.096 €	3.405.701 €	3.868.970 €	4.431.078 €	3.510.118 €
Consumo	234.988 L	4.981.425 L	4.746.437 L	4.990.160 L	6.278.001 L	6.431.175 L
Custo médio por litro	-0,05 €\L	0,67 €\L	0,72 €\L	0,78 €\L	0,71 €\L	0,55 €\L

Tabela 33 – Contas Individuais - Indicador de Consumo de Gasóleo 2010-2014

Assinala-se ainda nesta rubrica uma redução no consumo de materiais de reparação e sobressalentes para navios, no montante de 118 mil €.

- **Fornecimentos e Serviços Externos (5.527 mil €)** – Apresenta uma ligeira redução (-6%, -345 mil €) relativamente a 2013.

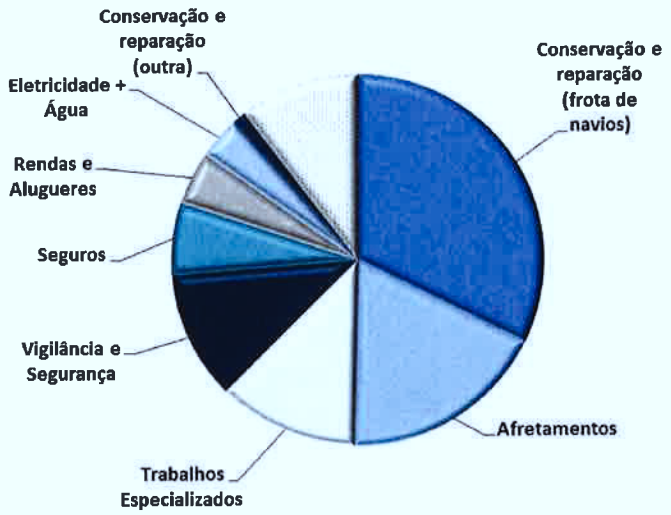


Gráfico 14- Contas Individuais - Estrutura de FSE – 2014

As rubricas referenciadas no gráfico anterior representam cerca de 90% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos, destacando-se os gastos de conservação e reparação da frota (32%). De referir que na rubrica de afretamentos estão contemplados os montantes referentes à transação intra-grupo no âmbito da utilização de frota Soflusa pela Transtejo, no montante de 986 mil €.

As principais variações registadas no período homólogo apresentam-se na tabela seguinte:

(milhares de €)

	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	**-5,9%**	**-345**	**5.527**	**5.872**	**6.625**	**6.564**	**8.078**
Conservação e reparação (frota de navios)	-0,1%	-1	1.791	1.792	2.515	1.972	2.375
Conservação e reparação (outra)	-40,7%	-42	62	104	67	86	112
Trabalhos Especializados	-3,8%	-27	679	706	577	923	1.238
Seguros	-39,8%	-231	349	580	682	747	704
Vigilância e Segurança	-0,1%	0	617	617	597	601	581
Combustíveis	-24,8%	-5	17	22	22	21	758
Limpeza, Higiene e Conforto	-21,1%	-52	193	245	277	298	350
Rendas e Alugueres	3,2%	8	255	247	275	267	264
Comunicação	-16,8%	-6	30	37	85	116	111
Publicidade	-79,7%	-54	14	68	30	28	45
Eletricidade	34,0%	47	185	138	140	149	124
Água	-8,5%	-2	22	24	20	22	27
Honorários	53,3%	23	65	43	55	107	82
Afretamentos	-1,9%	-19	992	1.011	1.022	1.010	1.026
(Outros)	7,3%	17	257	240	260	219	282

Tabela 34 - Contas Individuais - Detalhe de FSE - Evolução 2010-2014

- **Gastos com Pessoal (7.812 mil €)** – Registando uma redução relativamente ao período homólogo (-11%, -927 mil €), esta rubrica reflete os efeitos da redução do número de efetivos nos anos 2013 e 2014, e o impacto das medidas de política salarial, já abordadas no ponto 5.3.

O quadro seguinte apresenta um resumo das rubricas de gastos com pessoal que mais contribuíram para a variação assinalada face ao período homólogo:

(milhares de €)	Redução 2014/2013
Vencimento Base	-118
Diuturnidades e IHT	-34
Trabalho Extraordinário	-21
Subsidios refeição	-24
Prémio de Assiduidade	-35
Segurança Social	-72
Seguros	-82
Indemnizações	-303
Fardamentos	-133
(Outros)	-104
	-927

Tabela 35 - Contas Individuais - Reduções relevantes em Gastos com Pessoal 2013-2014

- **Gastos de Depreciação e Amortização (2.268 mil €)** – Regista-se uma redução face ao período homólogo (-35 %, -1.238 mil €), refletindo o efeito da anulação das amortizações do exercício referentes ao Terminal do Cais do Sodré.

- **Imparidades e Provisões (+ 500 mil €)** – Contempla uma perda por imparidade registada em inventários (295 mil €) e o reforço de provisões para processos judiciais em curso (283 mil €).

- **Outros Gastos e Perdas (3.171 mil €)** – A redução relevante relativamente ao período homólogo (-54%, -3.683 mil €) deve-se em grande parte, ao menor prejuízo do exercício referente à participada Soflusa, refletido nesta rubrica pelo método de equivalência patrimonial (Resultado Liquido da Soflusa, em 2014 = -3.059 mil €, 2013 = -6.742 mil €).

GASTOS DE FINANCIAMENTO

- **Gastos de Financiamento (4.975 mil €)** – Assinalando-se uma redução de 40,3 % (-3.364 mil € relativamente a 2013), merece referência a significativa redução de juros de financiamentos obtidos, refletindo os efeitos do modelo de financiamento já caraterizado no ponto 5.2.

							(milhares de €)
	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Juros de financiamentos bancários - Curto Prazo	-100,0%	-4.873	-	4.873	6.417	3.792	1.389
Juros de empréstimo M/L Prazo - DGTF	265,5%	2.126	2.927	801	-	-	-
Juros do empréstimoM/L Prazo - Obrigacionista	-4,5%	-67	1.436	1.503	2.113	2.139	2.141
Outros Juros	194,9%	329	498	169	285	283	212
Outros Gastos de financiamento	-88,4%	-879	115	993	1.103	640	412
	-40,3%	**-3.364**	**4.976**	**8.339**	**9.917**	**6.854**	**4.154**

Tabela 36 - Contas Individuais - Evolução dos Gastos de Financiamento 2010-2014

5.8.2 Contas Consolidadas

5.8.2.1 Evolução de Resultados

No exercício 2014 o Grupo Transtejo apresenta um resultado líquido negativo de 6.196.375,78 €, refletindo um desagravamento do prejuízo de 68,9% face ao período homólogo.

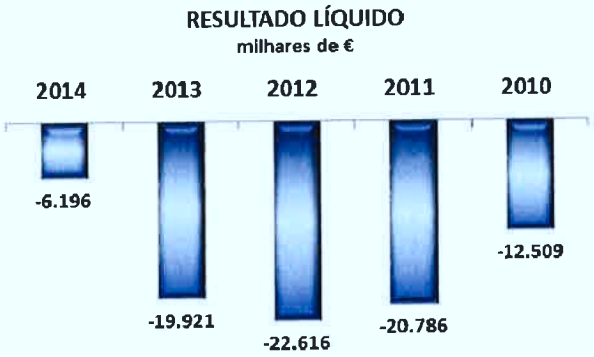


Tabela 37 - Contas Consolidadas - Evolução do Resultado Liquido 2010-2014

Tal como já referido na análise das contas individuais da Transtejo, a par das melhorias de desempenho operacional a registar no exercício de 2014, as contas deste exercício contemplam os efeitos de um conjunto de operações financeiras e patrimoniais, com impacto relevante nos resultados alcançados.

Assinala-se um desagravamento de 116,4% do EBITDA, invertendo a situação de EBITDA negativo registada anteriormente.

(Milhares de €)

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
EBITDA (Cash-flow Operacional)	-116,4%	8.788	1.239	-7.549	-8.293	-9.072	-4.347
EBIT (Resultado Operacional)	-88,3%	9.756	-1.287	-11.043	-11.840	-13.035	-7.890
RESULTADO LÍQUIDO	-68,9%	13.724	-6.196	-19.921	-22.616	-20.786	-12.509

Tabela 38 - Contas Consolidadas - Evolução de Resultados 2010-2014

Estes resultados decorrem de uma redução de 8,35% nos Gastos Operacionais (-3.163 mil €) e de um aumento de 24,6% nos Rendimentos da mesma natureza (+6.594 mil €).

Relativamente à função financeira, assinala-se o melhor resultado alcançado nos últimos 5 anos, refletindo os efeitos positivos do atual modelo de financiamento:



Gráfico 15 - Contas Consolidadas - Resultado Financeiro 2010-2014

5.8.2.2 Rendimentos

(Milhares de €)

RENDIMENTOS	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Serviços Prestados	0,3%	48	14.821	14.773	15.084	14.744	13.970
Subsídios à Exploração	1,8%	141	7.818	7.677	8.034	11.211	11.566
Reversões*	>1000%	990	1.048	58	916	167	376
Outros Rendimentos e Ganhos**	125,0%	5.414	9.746	4.332	4.210	4.887	7.460
Rendimentos Financeiros	144,1%	57	97	40	71	50	91
** Conta 76 - Reversões* *** Conta 78 - Outros Rendimentos e Ganhos*	**24,7%**	**6.651**	**33.530**	**26.880**	**28.315**	**31.059**	**33.463**

Tabela 39 - Contas Consolidadas - Evolução de Rendimentos 2010-2014

Na análise dos Rendimentos Operacionais registados em 2014, nas contas consolidadas, merecem referência as seguintes rubricas:

- **Rendimentos da Prestação de Serviços (14.821 mil €)** – Variação global pouco expressiva relativamente ao período homólogo (+0,3%), destacando-se essencialmente a redução de rendimentos do tráfego de passageiros com títulos multimodais (-390 mil €) e do serviço de aluguer de barcos (-97 mil €). Porém, assinala-se um acréscimo de rendimentos da atividade provenientes dos outros modos tarifários (+437 mil €) e do serviço de Turismo (+98 mil €).
- **Subsídios à Exploração (7.818 mil €)** – Registando uma ligeira redução relativamente a 2013, esta rubrica contempla os rendimentos referentes a Indemnizações Compensatórias reconhecidos no período (7.129 mil €), por aplicação dos contratos de prestação do serviço público de transporte celebrados entre cada uma das empresas do Grupo (Transtejo e Soflusa) e o Estado. Contempla ainda compensações tarifárias referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (4_18, sub-23, Social+ e Programa de Apoio Integrado a Idosos), no montante de 389 mil €). Em 2014, a título excecional, foi ainda recebido um subsídio do Ministério da Economia, no montante de 300 mil €, para compensação do aumento de despesas com pessoal decorrente do impacto do acórdão do Tribunal Constitucional.

(Milhares de €)

	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Indemnizações Compensatórias	-1,0%	-75	7.129	7.204	7.547	10.626	11.117
Compensações tarifárias	14,0%	48	389	341	448	585	449
Outros subsídios à exploração	127,7%	168	300	132	39	0	0
	1,8%	**141**	**7.818**	**7.677**	**8.034**	**11.211**	**11.566**

Tabela 40 - Contas Consolidadas - Detalhe de Subsídios à Exploração 2010-2014

- **Reversões (1.048 mil €)** – Este valor contempla ajustamentos de inventários no montante de 14 mil € e o montante de 35 mil € de reversões de provisões para processos judiciais em curso (na Soflusa). O valor mais relevante, 999 mil €, corresponde à reversão de imparidade de dívidas a receber do Metropolitano de Lisboa, decorrente do protocolo celebrado entre as duas entidades que permitiu a regularização de saldos devedores (ver ponto 5.6.1) e

- **Outros Rendimentos e Ganhos (9.746 mil €)** – Apresenta um aumento relevante face ao período homólogo, conforme detalhe na tabela seguinte:

(Milhares de €)

	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Aluguer espaços comerciais e licenças de ocupação	12,6%	41	366	325	352	310	696
Aluguer Parques Estacionamento (Barreiro+Montijo+Seixal)	0,2%	0	127	127	129	137	137
Aluguer de espaços para Publicidade	29,6%	14	61	47	42	184	208
Venda de cartões passe	0,1%	0	347	347	334	388	5
Vendas na atividade Turismo	-11,1%	-1	11	12	10	5	5
Ganhos em investimentos não financeiros	>1000%	689	711	21	17	37	29
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	-14,3%	-470	2.819	3.289	3.287	3.776	3.414
Outros Rendimentos e Ganhos*	>1000%	5.140	5.304	164	41	49	2.966
	125,0%	**5.414**	**9.746**	**4.332**	**4.210**	**4.887**	**7.460**

** O valor elevado em 2010 contempla penalizações contratuais no montante de 2,788 M€ (2*1,394 M€) ao estaleiro contrutor dos novos Ferries*

Tabela 41 - Contas Consolidadas - Detalhe de Outros Rendimentos e Ganhos 2010-2014

A rubrica Ganhos em investimentos não financeiros contempla o valor referente aos rendimentos decorrentes da alienação dos navios Bica, Marvila e Trafaria Praia e diversos equipamentos e acessórios para navegação (270 mil €).

O montante registado na rubrica residual "outros rendimentos e ganhos", 5.140 mil € está relacionado com a operação contabilística referente ao acordo de transmissão da propriedade do Terminal do Cais do Sodré, contemplando o reconhecimento total no exercício dos subsídios ao investimento associados àquele ativo, no montante de 5.123 mil €.

RENDIMENTOS FINANCEIROS

Rendimentos Financeiros (97 mil €) – O valor apresentado nesta rubrica contempla exclusivamente os dividendos do exercício 2013, referentes à participação financeira na OTLIS, ACE.

5.8.2.3 Gastos

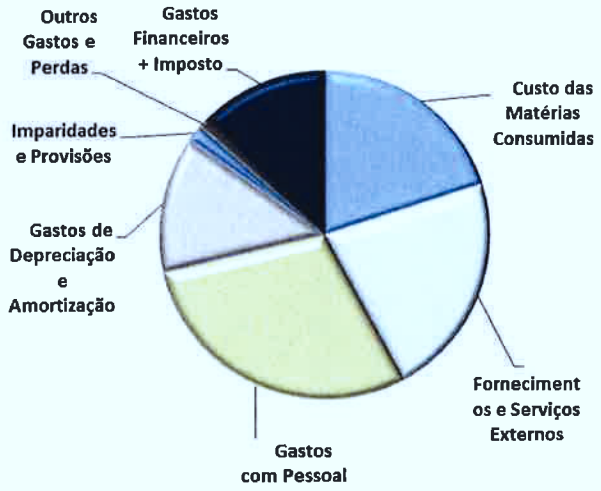


Gráfico 16 - Contas Consolidadas - Estrutura de Gastos 2014

Na estrutura de Gastos apresentada no gráfico anterior destacam-se as rubricas de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, que no seu conjunto representam cerca de 52% do total.

(Milhares de €)

GASTOS	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Custo das Matérias Consumidas	-9,9%	-870	7.956	8.826	9.889	11.037	8.338
Fornecimentos e Serviços Externos	-2,2%	-200	8.743	8.944	9.999	9.918	10.758
Gastos com Pessoal	-9,9%	-1.277	11.650	12.927	12.327	12.718	14.091
Gastos de Depreciação e Amortização*	-21,2%	-1.439	5.344	6.783	6.834	7.739	6.957
Imparidades e Provisões**	434,2%	558	686	128	426	900	753
Outros Gastos e Perdas	24,0%	66	340	274	610	1.732	365
Gastos Financeiros	-43,9%	-3.910	4.989	8.899	10.829	7.789	4.700
(Imposto)	-1,8%	0	18	18	18	12	10
** Conta 64 - Gastos de Depreciação e Amortização* *** Contas: 65 - Perdas por Imparidade + 67 - Provisões*	-15,1%	-7.074	39.727	46.800	50.931	51.845	45.972

Tabela 42 - Contas Consolidadas - Evolução de Gastos 2010-2014

GASTOS OPERACIONAIS

- **Custo das Matérias Consumidas (7.956mil €)** – Relativamente ao período homólogo, regista-se uma redução de gastos com gasóleo (-7 %, -555 mil €) e lubrificantes (-59%, -230 mil €). Destaca-se, no caso do combustível, a redução do preço médio por litro (-0,06 €/L), considerando que ocorreu um aumento das quantidades consumidas (+141 mil Litros relativamente a 2013).

	VAR 2014-2013	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Total	-555.372 €	7.424.682 €	7.980.054 €	8.783.317 €	9.515.715 €	7.482.819 €
Consumo	140.540 L	11.075.551 L	10.935.011 L	11.354.229 L	13.398.019 L	13.718.354 L
Custo médio por litro	-0,06 €\L	0,67 €\L	0,73 €\L	0,77 €\L	0,71 €\L	0,55 €\L

Tabela 43 - Contas Consolidadas - Indicador de Consumo de Gasóleo 2010-2014

Assinala-se ainda nesta rubrica uma redução no consumo de materiais de reparação e sobressalentes para navios, no montante de 96 mil €.

- **Fornecimentos e Serviços Externos (8.743 mil €)** - Apresenta uma ligeira redução (-2%, -200 mil €) relativamente a 2013.

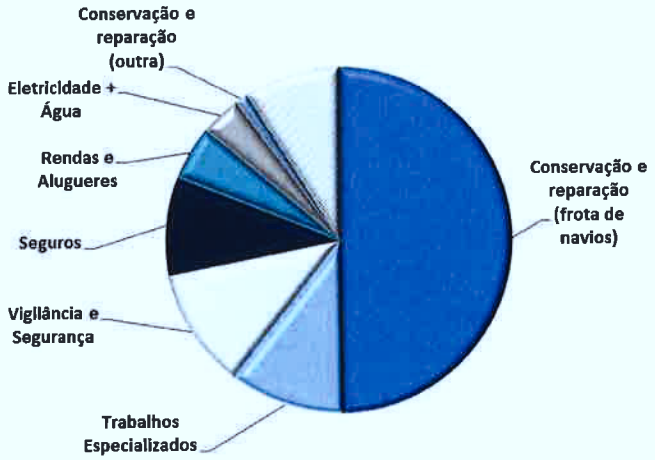


Gráfico 17 - Contas Consolidadas - Estrutura de FSE - 2014

Conforme se demonstra no gráfico anterior, os gastos com a conservação e reparação da frota de navios e pontões representaram em 2014, cerca de 50% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) no Grupo Transtejo.

Destacaram-se ainda com peso relevante, as rubricas de seguros, vigilância e segurança e trabalhos especializados, que no seu conjunto representam 31% do total dos FSE.

(milhares de €)

	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	**-2,2%**	**-200**	**8.743**	**8.944**	**9.999**	**9.918**	**10.758**
Conservação e reparação (frota de navios)	10,5%	414	4.354	3.940	5.006	4.456	4.095
Seguros	-32,8%	-389	798	1.187	1.380	1.477	1.500
Vigilância e Segurança	-2,1%	-21	989	1.010	956	914	900
Trabalhos Especializados	-3,5%	-35	943	978	824	1.154	1.447
Limpeza, Higiene e Conforto	-17,9%	-73	335	408	461	487	542
Rendas e Alugueres	2,2%	9	446	437	446	439	423
Eletricidade + Água	-1,3%	-4	326	331	248	262	242
Conservação e reparação (outra)	-34,6%	-53	100	153	108	162	176
Publicidade	-73,4%	-54	20	74	33	36	55
Comunicações	-19,8%	-8	34	42	101	135	131
(Outros)	3,5%	14	399	385	437	396	1.248

Tabela 44 - Contas Consolidadas - Detalhe de FSE - Evolução 2010-2014

As principais variações face ao ano de 2013 são as seguintes:

- Conservação e reparação da frota de navios – aumento de 10,5%. Esta natureza de gastos está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção

preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).

(milhares de €)

	14/13		2014	2013
Estaleiros	-18,2%	-219	982	1.200
Oficinas e Diversos	35,5%	452	1.723	1.271
Sobressalentes e Materiais	106,4%	133	259	125
Outsourcing (Serviço Gestão Técnica)	3,5%	48	1.391	1.343
	10,5%	**414**	**4.354**	**3.940**

Tabela 45 - Contas Consolidadas - Gastos de Conservação da Frota - Detalhe 2014-2013

Em 2014, por questões de gestão orçamental, foi necessário efetuar alguns ajustamentos aos planos de manutenção da frota do Grupo, situação que levou ao adiamento de algumas intervenções para o plano de 2015. No âmbito do ciclo de manutenção programada, o ano de 2014 contemplava intervenções relevantes. Ainda assim, os gastos registados no período superaram o montante referente a 2013.

Os gráficos seguintes procuram ilustrar a distribuição dos gastos de manutenção, com evidência da afetação à frota de cada empresa, destacando os navios que tiveram intervenções em 2014 de montante mais elevado.

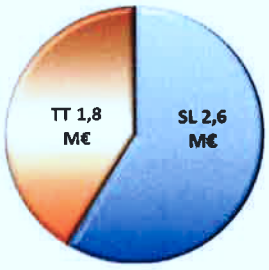


Gráfico 18 - Distribuição dos Gastos de Manutenção da Frota no Grupo – 2014

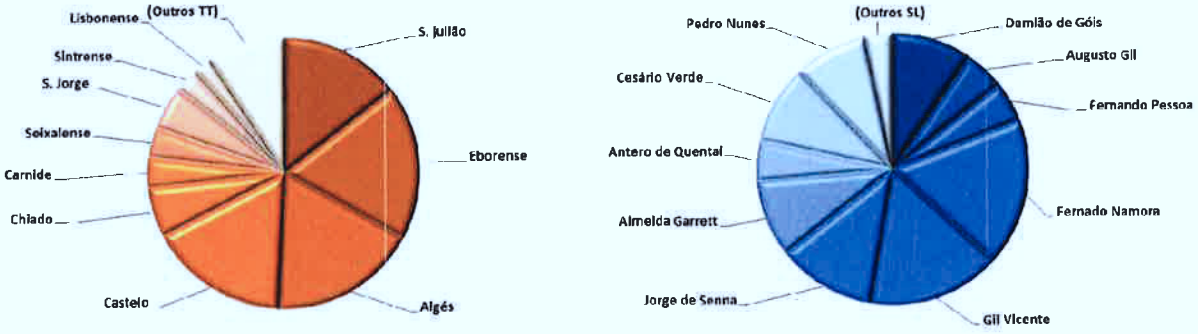


Gráfico 19 - Gastos de Manutenção da Frota Transtejo / Soflusa – 2014

- Relativamente às outras contas de FSE, destaca-se uma redução de gastos em quase todas as rubricas, refletindo o impacto da renegociação de um conjunto de contratos de prestação de serviços ocorrido nos últimos anos, destacando-se as reduções alcançadas em Seguros (-389 mil €), Serviços de Limpeza e Higiene (-73 mil €), Publicidade (- 54 mil €), Vigilância e Segurança (- 21 mil €) e Trabalhos especializados (-35 mil €).

❖ **Gastos com Pessoal (11.650 mil €)** - Registando uma redução relativamente ao período homólogo (-10%, -1.277 mil €), esta rubrica reflete os efeitos da redução do número de efetivos nos anos 2013 e 2014, e o impacto das medidas de política salarial, já abordadas no ponto 5.3.
O quadro seguinte apresenta um resumo das rubricas de gastos com pessoal que no conjunto das duas empresas do grupo, mais contribuíram para a variação assinalada face ao período homólogo:

(milhares de €)	
Redução 2014/2013	
Vencimento Base	-233
Subsídio Férias + Natal	-132
Diuturnidades e IHT	-38
Trabalho Extraordinário	-25
Subsidios refeição	-31
Prémio de Assiduidade	-31
Segurança Social	-124
Seguros	-122
Indemnizações	-292
Fardamentos	-153
(Outros)	-97
	-1.277

Tabela 46 - Contas Consolidadas - Reduções relevantes em Gastos com Pessoal 2013-2014

(milhares de €)

	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
GASTOS COM PESSOAL	**-9,9%**	**-1.277**	**11.650**	**12.927**	**12.327**	**12.718**	**14.091**
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,8%	1	167	166	154	158	242
Remunerações do Pessoal	-5,9%	-513	8.128	8.641	8.344	8.713	9.638
Indemnizações	-82,3%	-292	63	355	147	10	44
Encargos sobre Remunerações	-5,6%	-124	2.076	2.200	2.093	2.206	2.338
Outros Gastos com Pessoal - Processamento	-3,5%	-34	931	965	979	1.013	1.137
Gastos extra processamento*	-52,6%	-316	285	600	609	618	691

** Inclui: Seguros, Fardamentos, Formação, Assistência médica e outros*

Tabela 47 - Contas Consolidadas - Detalhe Gastos com Pessoal 2010-2014

- **Gastos de Depreciação e Amortização (5.344 mil €)** – Regista-se uma redução face ao período homólogo (-21 %, -1.438 mil €), refletindo, no caso da Transtejo, o efeito da anulação das amortizações do exercício referentes ao Terminal do Cais do Sodré. No caso da Soflusa, assinala-se a redução de 200 mil € de amortizações do exercício, em consequência de um conjunto de ativos (beneficiações de navios) que ficaram totalmente amortizados no final de 2013.

- **Imparidades e Provisões (+ 500 mil €)** – Contempla uma perda por imparidade registada em inventários (295 mil €) e o reforço de provisões para processos judiciais em curso (391 mil €).

GASTOS DE FINANCIAMENTO

- **Gastos de Financiamento (4.989 mil €)** – Assinalando-se uma redução de 43,9 % (-3.910 mil € relativamente a 2013), merece referência a significativa redução de juros de financiamentos obtidos, refletindo os efeitos do modelo de financiamento já caraterizado no ponto 5.2.

  De referir que em 2014, os gastos de financiamento consolidados correspondem, quase na totalidade, aos juros de financiamentos de médio e longo prazo contabilizados nas contas individuais da Transtejo, considerando que o modelo de financiamento atual contempla apoio financeiro intra-grupo, não dispondo a Soflusa de qualquer outra linha de financiamento contratada na banca comercial.

(milhares de €)

	14/13		2014	2013	2012	2011	2010
Juros de financiamentos bancários - Curto Prazo	-100,0%	-5.303	-	5.303	7.313	4.712	1.925
Juros de empréstimo M/L Prazo - DGTF	265,5%	2.126	2.927	801	-	-	-
Juros do empréstimoM/L Prazo - Obrigacionista	-4,5%	-67	1.436	1.503	2.113	2.139	2.141
Outros Juros	194,9%	329	498	169	285	283	212
Outros Gastos de financiamento	-88,6%	-995	128	1.124	1.118	655	422
	-43,9%	**-3.910**	**4.989**	**8.899**	**10.829**	**7.789**	**4.700**

Tabela 48 - Contas Consolidadas – Detalhe Gastos de Financiamento 2010-2014

6 Perspetivas Futuras

Não tendo ocorrido em 2014 desenvolvimentos relevantes no processo de fusão por incorporação da Soflusa na Transtejo, nos termos previstos na RCM nº101-A/2010 de 15 de dezembro, e considerando que esta situação continua a condicionar a atividade da empresa, pela impossibilidade de implementar um conjunto de processos de reestruturação organizacional que seriam potenciados por essa operação, o Conselho de Administração prevê para breve a ocorrência de desenvolvimentos relevantes, perspetivando-se a concretização desta fusão no decurso do exercício de 2015.

Considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro e na sequência da nomeação de uma administração comum a todas as empresas de transporte público de Lisboa, tendo como principal objetivo promover a interoperabilidade entre as diferentes empresas do setor, o processo de fusão entre a Transtejo e a Soflusa revela-se da maior oportunidade, sendo fator determinante para o sucesso da gestão conjunta das operadoras de transportes, que constituirão a nova organização da Transportes de Lisboa.

7 Notas Finais

O Conselho de Administração considera seu dever referir que os Relatórios de Gestão e as Contas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 ainda não se encontram aprovadas pelo Acionista.

Considerando que existiam reservas, por parte do Acionista, quanto aos termos do protocolo celebrado em 2009, entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa, referente à transferência de responsabilidades do terminal do Cais do Sodré, e que em complemento das diligências desenvolvidas no período decorrido desde então, ocorreu no final do exercício de 2014 a celebração de novo acordo referente ao referido terminal, no âmbito do qual, o ativo foi transmitido para o Património do Estado, representado pela DGTF, o Conselho de Administração considera que se encontram resolvidas as questões que condicionavam a aprovação das contas dos exercícios anteriores.

Por outro lado, considerando que são observados neste documento de prestação de contas do exercício de 2014, as recomendações da IGF, no que respeita à alteração da metodologia de apuramento dos indicadores da procura[1], apresentando adequada reexpressão dos dados históricos, dando cumprimento ao Despacho da Senhora Secretária de Estado Tesouro de 20/11/2014, o Conselho de Administração considera que se encontram reunidas condições para propor a aprovação conjunta das contas dos exercícios de 2010 a 2014.

[1] Conforme apresentado no ponto 2.1.1 deste relatório.

Tendo em conta o facto de se encontrar perdido mais de metade do capital social e considerando o que dispõe o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração proporá a inclusão na Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de aprovação de contas, um ponto relativo a esta matéria.

Nos termos do n.º 3 do artigo 35º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), nos casos em que as empresas públicas apresentem capital próprio negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos, como é o caso da Transtejo, o órgão de administração deve propor obrigatoriamente ao titular da função acionista, em alternativa à extinção respetiva, as medidas concretas destinadas a superar a situação deficitária da Empresa, num período que não ultrapasse 90 dias após a aprovação das contas.

Salienta-se que se encontra em curso um processo de implementação de um novo Modelo Organizacional, integrando as empresas Carris, Metropolitano de Lisboa e Grupo Transtejo. Este Modelo, caracteriza-se pela integração, numa estrutura corporativa única, a Transportes de Lisboa, tendo como principal consequência de curto prazo, a redução de cargos dirigentes e a otimização de efetivos, fruto de medidas de reorganização interna das referidas empresas.

7.1.1 Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente à Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa pelo sentido de colaboração sempre revelado bem como à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa.

Dirige também uma palavra de especial agradecimento aos órgãos de fiscalização, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, bem como a todos os que no interior da organização que com o seu empenho tornaram possível o cumprimento do serviço público prestado pelo Grupo Transtejo sem perda do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

8 Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de 6.196.375,78 € (Seis milhões, cento e noventa e seis mil, trezentos e setenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

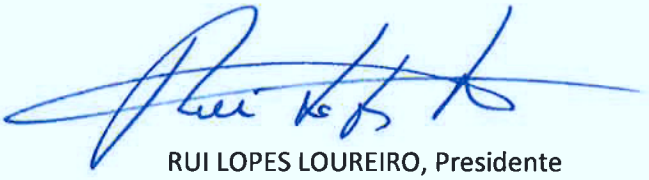
9 Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2014 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte"

Lisboa, 23 de julho de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



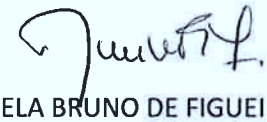
RUI LOPES LOUREIRO, Presidente



PEDRO GONÇALO DE BRITO ALEIXO BOGAS, Vogal



TIAGO ALEXANDRE CARVALHO DOS SANTOS, Vogal



MARIA MANUELA BRUNO DE FIGUEIREDO, Vogal



JOSÉ RUI ROQUE, Vogal

TRANSTEJO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXO

2014

GRUPO TRANSTEJO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO

2014

Índice das demonstrações financeiras individuais

Demonstrações da posição financeira em 31 De Dezembro de 2014 e 2013 3

Demonstrações do rendimento integral dos exercícios findos em De Dezembro de 2014 e 2013 4

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em De Dezembro de 2014 e 2013 5

Demonstrações de fluxos de caixa findos em 31 De Dezembro de 2014 e 2013 6

Anexo às demonstrações financeiras individuais 7

1 Informação geral 7
2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público 8
3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 8
4 Principais políticas contabilísticas 12
5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros 23
6 Principais estimativas e julgamentos apresentados 26
7 Segmentos operacionais 27
8 Ativos fixos tangíveis 28
9 Ativos intangíveis 31
10 Investimentos em subsidiárias 32
11 Interesses em empreendimentos conjuntos 33
12 Ativos e passivos financeiros por categoria 34
13 Outros ativos financeiros 36
14 Inventários 36
15 Clientes 37
16 Imposto sobre o rendimento corrente 38
17 Empréstimos concedidos 41
18 Outras contas a receber e Estado e outros entes públicos 41
19 Outros ativos correntes 44
20 Caixa e equivalentes de caixa 45
21 Capital 47
22 Outras reservas e resultados transitados 48
23 Provisões 49
24 Financiamentos Obtidos 51
25 Instrumentos financeiros derivados 52
26 Outras contas a pagar não correntes 54
27 Outros passivos não correntes 54

28	Fornecedores	56
29	Estado e Outros entes públicos e Outras contas a pagar corrente	57
30	Outros passivos correntes	58
31	Vendas e serviços prestados	59
32	Subsídios à exploração	60
33	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	61
34	Fornecimentos e serviços externos	62
35	Gastos com pessoal	63
36	Outros rendimentos e ganhos	64
37	Gastos/reversões de depreciação e amortização	64
38	Gastos e rendimentos financeiros	65
39	Dividendos por ação	65
40	Passivos contingentes	66
41	Partes relacionadas	66
42	Eventos subsequentes	70

Demonstrações da posição financeira em 31 De Dezembro de 2014 e 2013

ATIVO	Notas	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	20.988.300,56	32.815.526,92
Ativos intangíveis	9	23.792,00	55.573,58
Investimentos em subsidiárias	10	-	-
Empréstimos concedidos	17	11.187.984,93	7.750.000,00
Interesses em empreendimentos conjuntos	11	111.404,57	82.833,15
Outros ativos financeiros	13	531,96	531,96
Total do Activo não corrente		**32.312.014,02**	**40.704.465,61**
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	692.171,96	1.020.683,47
Clientes	15	88.013,90	300.557,25
Imposto sobre o rendimento corrente	16	55.238,71	31.333,70
Empréstimos concedidos	17	-	34.299.014,69
Estado e outros entes públicos	18	202.487,23	421.642,49
Outras contas a receber	18	967.923,64	1.284.802,62
Outros ativos correntes	19	431.072,42	956.009,86
Caixa e depósitos bancários	20	746.743,88	595.650,49
Total do Ativo corrente		**3.183.651,74**	**38.909.694,57**
Total do ativo		**35.495.665,76**	**79.614.160,18**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	21	56.838.875,00	53.000.000,00
Reservas de cobertura	22 e 25	(2.664.321,68)	(3.432.690,63)
Resultados transitados	22	(221.390.250,46)	(201.469.526,10)
Resultado liquido do exercício		(6.196.375,78)	(19.920.724,36)
Total do capital próprio		**(173.412.072,92)**	**(171.822.941,09)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	23	4.071.858,93	34.736.615,88
Financiamentos obtidos	24	161.837.344,67	173.625.000,00
Instrumentos financeiros derivados	25	2.664.321,68	3.432.690,63
Outras contas a pagar	26 e 29	-	11.002.601,63
Outros passivos não correntes	27	12.083.886,24	18.664.284,34
Total do Passivo não corrente		**180.657.411,52**	**241.461.192,48**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	24	20.220.047,02	886.422,33
Fornecedores	28	854.606,53	2.253.543,28
Imposto sobre o rendimento corrente	16	14.039,22	12.160,80
Estado e outros entes públicos	29	255.222,03	261.170,59
Outras contas a pagar	29	2.702.701,07	1.846.361,16
Outros passivos correntes	30	4.203.711,29	4.716.250,63
Total do passivo corrente		**28.250.327,16**	**9.975.908,79**
Total do passivo		**208.907.738,68**	**251.437.101,27**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**35.495.665,76**	**79.614.160,18**

O Anexo das páginas 7 a 70 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Demonstrações do rendimento integral dos exercícios findos em Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	31	6.658.871,03	7.431.037,62
Subsídios à exploração	32	6.016.158,49	6.035.617,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14 e 33	(3.747.569,12)	(4.022.303,12)
Fornecimentos e serviços externos	34	(5.527.256,24)	(5.871.836,84)
Gastos com o pessoal	35	(7.811.760,05)	(8.738.401,95)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	14	(281.181,29)	76.394,49
Provisões (aumentos / reduções)	23	(3.335.243,05)	(6.618.062,70)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	998.945,95	(54.499,76)
Outros rendimentos e ganhos	36	6.577.035,23	712.907,92
Outros gastos e perdas		(118.251,84)	(335.512,08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(570.250,89)	(11.384.659,29)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	37	(1.208.580,33)	(1.976.826,02)
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.778.831,22)	(13.361.485,31)
Juros e gastos similares suportados	38	(4.975.728,93)	(8.339.437,03)
Juros e rendimentos similares obtidos	38	572.223,59	1.792.358,78
Resultado antes de impostos		(6.182.336,56)	(19.908.563,56)
Imposto sobre o rendimento do exercício	16	(14.039,22)	(12.160,80)
Resultado líquido do exercício		**(6.196.375,78)**	**(19.920.724,36)**
Outros rendimentos do exercício			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	22	768.368,95	1.289.061,88
Total do rendimento integral do exercício		**(5.428.006,83)**	**(18.631.662,48)**
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(6.196.375,78)	(19.920.724,36)
Resultado por acção básico		(,55)	(1,88)
Rendimento integral do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(5.428.006,83)	(18.631.662,48)
Resultado por acção básico		(,48)	(1,76)

O Anexo das páginas 7 a 70 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2013		**53.000.000,00**	**(4.721.752,51)**	**(178.853.442,42)**	**(22.616.083,68)**	**(153.191.278,61)**
Aplicação do resultado de 2012:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(22.616.083,68)	22.616.083,68	-
Total do rendimento integral do exercício		-	1.289.061,88	-	(19.920.724,36)	(18.631.662,48)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		**53.000.000,00**	**(3.432.690,63)**	**(201.469.526,10)**	**(19.920.724,36)**	**(171.822.941,09)**
Aplicação do resultado de 2013:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(19.920.724,36)	19.920.724,36	-
Realização de Capital em 2014	21	3.838.875,00	-	-	-	3.838.875,00
Total do rendimento integral do exercício	22	-	768.368,95	-	(6.196.375,78)	(5.428.006,83)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**56.838.875,00**	**(2.664.321,68)**	**(221.390.250,46)**	**(6.196.375,78)**	**(173.412.072,92)**

O Anexo das páginas 7 a 70 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Demonstrações de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 De Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		7.078.692,89	10.834.657,77
Pagamentos a Fornecedores		(10.850.572,23)	(18.375.352,80)
Pagamentos ao Pessoal		(4.695.896,99)	(5.092.644,49)
Fluxos gerados pelas operações		**(8.467.776,33)**	**(12.633.339,52)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		7.109,62	1.050,72
Outros Recebimentos / Pagamentos da actividade operacional		4.521.181,05	3.901.440,01
		4.528.290,67	**3.902.490,73**
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		**(3.939.485,66)**	**(8.730.848,79)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(784.084,04)	(1.694.135,97)
Ativos Intangíveis		-	(56.267,58)
		(784.084,04)	**(1.750.403,55)**
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		333.732,20	-
Subsídios ao Investimento		437.500,00	437.001,00
Juros e rendimentos similares		-	7,29
		771.232,20	**437.008,29**
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		**(12.851,84)**	**(1.313.395,26)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		9.857.143,00	251.228.931,42
Outras operações de financiamento		96.925,71	509.999,78
		9.954.068,71	**251.738.931,20**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-	(227.117.726,50)
Juros e gastos Similares		(1.659.225,87)	(8.950.193,85)
Outras operações de financiamento		(3.816.501,00)	(11.860.000,00)
		(5.475.726,87)	**(247.927.920,35)**
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		**4.478.341,84**	**3.811.010,85**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**526.004,34**	**(6.233.233,20)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	20	595.650,49	6.828.883,69
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	20	1.121.654,83	595.650,49

O Anexo das páginas 7 a 70 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras individuais

1 Informação geral

A Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Concelho de Lisboa, Freguesia de São Paulo, foi constituída em 17 de Dezembro de 1975 como empresa pública, acabando por ter sido transformada em sociedade anónima em 21 de Julho de 1992. A principal atividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar quaisquer outras atividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou atividades que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, designadamente atividades marítimo – turísticas.

Consequentemente, apesar de não dispor da concessão oficialmente atribuída, a Transtejo explora cinco das seis carreiras fluviais existentes entre as margens norte e sul do Rio Tejo, sendo a sexta ligação (Terreiro do Paço – Barreiro) assegurada pela sua subsidiária Soflusa.

A Empresa detém, presentemente, 2 áreas de negócio principais: i) prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros, nos quais se incluem quatro ligações fluviais no Rio Tejo (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal – Cais do Sodré, Montijo – Cais do Sodré e Belém – Porto Brandão - Trafaria); ii) carreiras turísticas de cruzeiro com partida no Cais do Sodré (Circuito dos Descobrimentos), e Terreiro do Paço (Circuito Lisboa Vista do Tejo). A Transtejo exerce ainda uma atividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de julho de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Transtejo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com o normativo descrito na nota 3.1..

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa (subsidiária)

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em Dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de Novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente transportes marítimo – turísticas.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em Dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

2.1. Contrato de serviço público

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel da Transtejo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, a Transtejo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no diploma acima.

Apesar da relevância social destes serviços, os mesmos não se encontravam em 31 de Dezembro de 2011 contratualizados. Em Setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos, através do qual são definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do rio Tejo na Área Metropolitana de Lisboa.

Neste contrato encontram-se definidas as obrigações de prestação de serviços da Empresa bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se nas obrigações do serviço público a prestar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Encontram-se, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações, bem como o mecanismo de correção caso o número de passageiros transportados se revele superior ou inferior ao número de passageiros previsionais, determinado pelo contrato (Nota 32).

Os apoios financeiros do Estado Português concedem uma cobertura financeira vital à política de investimentos em ativos fixos tangíveis da Empresa (sob a forma de subsídios ao investimento com origem em fundos comunitários FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e fundos estatais PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento), sendo a parte remanescente assegurada pelo endividamento bancário. Para as operações de consolidação desse endividamento é solicitado o aval do Estado.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2014. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras individuais a Transtejo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Transtejo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 5.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos Conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: • IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; • IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	1-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	1-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para venda.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	1-Jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Activos Intangíveis	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	Estas emendas vêm estabelecer que os activos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como activos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adoptadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

4.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma atividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa atividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinado com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registado adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

4.3. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da empresa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras da Transtejo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como outros ganhos ou perdas operacionais.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2014	2013
USD	1,2141	1,3791
GBP	0,7789	0,8337

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

4.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), a Transtejo efetuar a depreciação do ativo por componentes (navios e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações elegíveis são reconhecidas no custo do ativo, se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 22 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.6).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Um ativo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um ativo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas', embora passe a ser registado ao menor do valor de mercado (deduzido de custos para vender) ou valor líquido contabilístico.

4.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Transtejo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – 'Ativos Intangíveis', que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

4.6. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do ativo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos diretamente associados à transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.7. Ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda

Os ativos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como ativos detidos para venda quando o seu valor contabilístico destina-se a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda em vez do uso continuado e a venda é considerada altamente provável.

Estes ativos são mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, na data da classificação como detido para venda. Os ativos com vida útil definida deixam de ser depreciados/amortizados desde a data da classificação como detido para venda, até à data da venda.

4.8. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Transtejo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, a Transtejo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço como "Clientes" (Nota 15) e "Outras contas a receber" (Nota 18), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Transtejo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

A Transtejo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados consolidados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.9. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações'.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

4.10. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

A Transtejo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Transtejo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

A Transtejo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento deixa de qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada diretamente na rubrica da demonstração do rendimento integral.

4.11. Inventários

A Transtejo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobresselentes a consumir pela Transtejo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

4.12. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" são reconhecidas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Transtejo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração do rendimento integral, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

4.13. Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo. A caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

4.14. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.15. Passivos financeiros

A IAS 39 – 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 24) e "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

4.16. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.17. Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários e juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos:
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

4.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece ativos por impostos diferidos devido da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

4.19. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 40).

4.20. Subsídios e apoios do Governo

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de passivo "Outros passivos", sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração do rendimento integral separada, no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente foram reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis à taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

4.21. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

4.22. Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

4.23. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.24. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial a passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) Venda de bilhetes nas estações;

ii) Venda de passes exclusivos Transtejo, ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respetivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;

ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efetuada pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, sendo responsável pela definição das tarifas, ou seja, definições dos serviços de transporte praticados pela Transtejo.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pro-rata no caso dos passes mensais).

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

4.25. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, os subsídios à exploração e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

4.26. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. No caso de se verificarem eventos após a data de fecho, que correspondam a transações do exercício seguinte mas que sejam significativos, estes devem ser divulgados nas demonstrações financeiras individuais.

4.27. Segmentos operacionais

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex.: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa, sendo a análise da evolução dos mercados efetuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Transtejo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

5.1.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

b) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Transtejo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Empréstimo obrigacionista emitido com taxa variável expõe a Transtejo ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, a Transtejo contratou duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assume a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda corresponde a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank, que terminou em 2013. Estas operações permitem à Transtejo reduzir os impactos financeiros de eventuais oscilações da taxa de juro dos financiamentos negociados.

A Transtejo efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Transtejo calcula o impacto em custos e proveitos derivado de flutuações da taxa de juro. A Transtejo possui a 31 de Dezembro de 2014 empréstimos obrigacionistas emitidos e instrumentos financeiros derivados (*swaps* e *collar* de taxa de juro), contraídos junto da Banca Nacional e Internacional, os quais são remunerados a uma taxa variável Euribor de 1 a 3 meses, acrescida de *spreads*.

Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total da Transtejo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

31 De Dezembro de 2014:

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de Dezembro de 2014, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 1.509.980,89 euros.

31 De Dezembro de 2013:

Tendo por referência a dívida líquida da Transtejo em 31 de Dezembro de 2013, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 1.264.545,56 euros.

5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito da Transtejo existe para os saldos a receber de Outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

5.1.3. Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira, que tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A Transtejo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre a Transtejo e as suas entidades bancárias financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais:

31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimos Obtidos	-	19.770.833,33	106.837.344,67
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00
Derivados de Cobertura Passivos	-	2.664.321,68	-
Outros passivos não correntes	-	-	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Fornecedores	854.606,53	-	-
Outras contas a pagar	2.702.701,07	-	-
Outros passivos correntes	4.203.711,29	-	-
	7.761.018,89	22.435.155,01	161.837.344,67

31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimos Obtidos	-	-	118.625.000,00
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00
Derivados de Cobertura Passivos	-	3.432.690,63	-
Outros passivos não correntes	-	11.002.601,63	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Fornecedores	2.253.543,28	-	-
Outras contas a pagar	1.846.361,16	-	-
Outros passivos correntes	2.409.073,39	-	-
	6.508.977,83	14.435.292,26	173.625.000,00

5.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital equilibrada, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes:

6.1 Provisões

A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 23).

6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

6.3 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

6.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo Transtejo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

6.5 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, sendo essa a realidade de alguns ativos e passivos financeiros da Transtejo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, a Transtejo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias, suportando-se em pressupostos de acordo com as características das naturezas dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de Dezembro de 2014.

7 Segmentos operacionais

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

8 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

		Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2014										
Custo de aquisição		44.996,79	26.764.850,40	73.256.842,15	170.377,40	183.672,49	996.769,61	976.501,95	90.795,00	102.484.805,79
Depreciações acumuladas		-	(7.223.464,32)	(60.247.242,66)	(140.189,90)	(180.520,97)	(964.141,40)	(913.719,62)	-	(69.669.278,87)
Valor líquido		**44.996,79**	**19.541.386,08**	**13.009.599,49**	**30.187,50**	**3.151,52**	**32.628,21**	**62.782,33**	**90.795,00**	**32.815.526,92**
31 de dezembro de 2014										
Adições		-	860.668,51	39.148,00	-	-	8.711,53	9.465,12	171.678,00	1.089.671,16
Alienações		-	(11.734.514,80)	(4.955.069,18)	-	(598,56)	-	(41.489,35)	-	(16.731.671,89)
Transferências		-	-	241.060,00	-	-	-	-	(241.060,00)	-
Abates		-	-	-	-	-	(6.531,17)	-	(21.413,00)	(27.944,17)
Depreciação - período	37	-	(401.621,13)	(1.790.576,62)	(10.062,50)	(1.092,10)	(17.916,61)	(12.476,11)	-	(2.233.745,07)
Depreciação - alienações		-	1.075.586,45	4.955.069,18	-	598,56	6.531,17	38.678,25	-	6.076.463,61
Depreciação-transf. e abates		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido		-	(10.199.880,97)	(1.510.368,62)	(10.062,50)	(1.092,10)	(9.205,08)	(5.822,09)	(90.795,00)	(11.827.226,36)
31 de dezembro de 2014										
Custo de aquisição		44.996,79	15.891.004,11	68.581.980,97	170.377,40	183.073,93	998.949,97	944.477,72	-	86.814.860,89
Depreciações acumuladas		-	(6.549.499,00)	(57.082.750,10)	(150.252,40)	(181.014,51)	(975.526,84)	(887.517,48)	-	(65.826.560,33)
Valor líquido		**44.996,79**	**9.341.505,11**	**11.499.230,87**	**20.125,00**	**2.059,42**	**23.423,13**	**56.960,24**	**-**	**20.988.300,56**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

		Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2013										
Custo de aquisição		44.996,79	26.764.850,40	73.199.244,80	210.638,34	183.490,49	979.218,30	931.525,16	21.413,00	102.335.377,28
Depreciações acumuladas		-	(6.575.154,51)	(57.664.720,59)	(206.652,12)	(179.415,23)	(945.774,53)	(855.586,44)	-	(66.427.303,42)
Valor líquido		**44.996,79**	**20.189.695,89**	**15.534.524,21**	**3.986,22**	**4.075,26**	**33.443,77**	**75.938,72**	**21.413,00**	**35.908.073,86**
31 de dezembro de 2013										
Adições		-	-	-	40.250,00	182,00	18.254,85	44.976,79	136.815,00	240.478,64
Alienações		-	-	(9.835,65)	(80.510,94)	-	-	-	-	(90.346,59)
Transferências		-	-	67.433,00	-	-	-	-	(67.433,00)	-
Abates		-	-	-	-	-	(703,54)	-	-	(703,54)
Depreciação - período	37	-	(648.309,81)	(2.592.357,72)	(14.048,72)	(1.105,74)	(19.070,41)	(58.133,18)	-	(3.333.025,58)
Depreciação - alienações		-	-	9.835,65	80.510,94	-	-	-	-	90.346,59
Depreciação-transf. e abates		-	-	-	-	-	703,54	-	-	703,54
Valor líquido		-	(648.309,81)	(2.524.924,72)	26.201,28	(923,74)	(815,56)	(13.156,39)	69.382,00	(3.092.546,94)
31 de dezembro de 2013										
Custo de aquisição		44.996,79	26.764.850,40	73.256.842,15	170.377,40	183.672,49	996.769,61	976.501,95	90.795,00	102.484.805,79
Depreciações acumuladas		-	(7.223.464,32)	(60.247.242,66)	(140.189,90)	(180.520,97)	(964.141,40)	(913.719,62)	-	(69.669.278,87)
Valor líquido		**44.996,79**	**19.541.386,08**	**13.009.599,49**	**30.187,50**	**3.151,52**	**32.628,21**	**62.782,33**	**90.795,00**	**32.815.526,92**

A rubrica de Equipamento básico a 31 de Dezembro de 2014 compreende, essencialmente, embarcações de transporte fluvial de passageiros no montante líquido de 10.476.338,83€ (11.552.839,51€ a 31 de Dezembro de 2013).

Adições

Durante o exercício de 2014 registaram-se aumentos, no valor de 1.089.671,16€, inclui essencialmente nas rubricas de Edifícios (860.668,51€), e outras construções, Equipamento básico, Equipamento administrativo e Outras imobilizações corpóreas e ativos em curso, designadamente, equipamento informático (computadores) e de material eletrónico.

Alienações

As alienações na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidas durante o exercício de 2014, ascendem a 16.731.671,89€, e respeitam essencialmente, à alienação de armazém (6.503,37€), e Edifício Interface do Cais do Sodré (11.728.011,43€), navio Bica, navio Marvila e navio Trafaria-Praia (4.832.029,86€),acessórios e utensílios de navegação (122.786,85€), máquinas e acessórios (252,47€), ferramentas e utensílios (598,56€) e outros ativos tangíveis (41.489,35€).

Ativos em curso

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

Descrição	2014	2013
Projecto adaptação de passadiços e pontões a ferryboats	-	69.382,00
Projecto construção novos cacilheiros	-	21.413,00
	-	90.795,00

9 Ativos intangíveis

O valor dos Ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades da Transtejo (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Notas	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2014				
Custo de aquisição		796.476,72	20.992,00	817.468,72
Amortizações acumuladas		(761.895,14)	-	(761.895,14)
Valor líquido		**34.581,58**	**20.992,00**	**55.573,58**
Adições		-	2.800,00	2.800,00
Alienações		-	-	-
Transferências e abates		-	-	-
Amortização - exercício	37	(34.581,58)	-	(34.581,58)
Amortização - alienações		-	-	-
Valor líquido		**(34.581,58)**	**2.800,00**	**(31.781,58)**
31 de Dezembro de 2014				
Custo de aquisição		796.476,72	23.792,00	820.268,72
Amortizações acumuladas		(796.476,72)	-	(796.476,72)
Valor líquido		**-**	**23.792,00**	**23.792,00**

	Notas	Software	Intangíveis em curso	Total
A 1 de Janeiro de 2013				
Custo de aquisição		796.476,72	-	796.476,72
Amortizações acumuladas		(588.099,11)	-	(588.099,11)
Valor líquido		**208.377,61**	**-**	**208.377,61**
Adições		-	20.992,00	20.992,00
Alienações		-	-	-
Transferências e abates		-	-	-
Amortização - exercício	37	(173.796,03)	-	(173.796,03)
Amortização - alienações		-	-	-
Valor líquido		**(173.796,03)**	**20.992,00**	**(152.804,03)**
31 de Dezembro de 2013				
Custo de aquisição		796.476,72	20.992,00	817.468,72
Amortizações acumuladas		(761.895,14)	-	(761.895,14)
Valor líquido		**34.581,58**	**20.992,00**	**55.573,58**

O aumento registado em 2014 e 2013 na rubrica de Intangíveis em curso diz respeito à implementação de um novo *software* de logística pela "Glose – Global System Engennering, Lda.", este investimento ascendeu a 2.800,00 € e 20.992,00 €, respectivamente.

10 Investimentos em subsidiárias

Esta rubrica respeita à participação detida na empresa Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., sendo apresentado abaixo detalhes das demonstrações financeiras desta entidade:

						2014	
Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Prestação de Servicos	Resultado Líquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	26.351.176,55	29.306.744,79	(2.955.568,24)	8.162.370,95	(3.059.075,48)	100%	-

						2013	
Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Prestação de Serviços	Resultado Líquido	%	Montante
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, SA	29.854.583,48	63.751.076,24	(33.896.492,76)	7.342.047,06	(6.741.676,15)	100%	-

Dado que a Transtejo, detém 100% do capital da Soflusa e esta apresenta uma situação líquida negativa, a demonstração da posição financeira inclui, em 31 de Dezembro de 2014, uma provisão no valor de 3.283.417,94€ (34.230.865,90€ em 31 de Dezembro de 2013) (Nota 23).

Foram reconhecidos na demonstração do rendimento integral 3.339.243,05€ (6.618.062,70€ em 31 de dezembro de 2013) de dotações de provisões. O valor reconhecido em 2014 inclui 3.052.552,04€ referente ao prejuízo da participada Soflusa (nota 23).

11 Interesses em empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os movimentos da rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" foram os seguintes:

	2014	2013
1 de janeiro	**82.833,15**	**68.547,44**
Movimentos do exercício	28.571,42	14.285,71
31 de dezembro	**111.404,57**	**82.833,15**

A rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" detalha-se como se segue:

Entidade	**% detida**	**2014**	**2013**
Otlis, ACE	14,29%	111.404,57	82.833,15
Total		**111.404,57**	**82.833,15**

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projetos de bilhética sem-contacto dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa. A variação registada nesta rubrica diz respeito à aplicação de resultados de 2013 – Constituição de Reservas Livres.

12 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros em 2014:

2014	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	746.743,88	-	-	-	-	746.743,88
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	88.013,90	-	-	-	-	88.013,90
Outras contas a receber	967.923,64	-	-	-	202.487,23	1.170.410,87
Empréstimos concedidos	11.187.984,93	-	-	-	-	11.187.984,93
Outros ativos correntes	-	-	-	-	431.072,42	431.072,42
Total ativos	**12.990.666,35**	**531,96**	**-**	**-**	**633.559,65**	**13.624.757,96**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(182.057.391,69)	-	(182.057.391,69)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(2.664.321,68)	-	-	(2.664.321,68)
Fornecedores	-	-	-	(854.606,53)	-	(854.606,53)
Outras contas a pagar	-	-	-	(2.702.701,07)	(255.222,03)	(2.957.923,10)
Outros passivos correntes	-	-	-	(823.436,60)	(15.464.160,93)	(16.287.597,53)
Total passivos	**-**	**-**	**(2.664.321,68)**	**(186.438.135,89)**	**(15.719.382,96)**	**(204.821.840,53)**

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros em 2013:

2013	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos financeiros ao justo valor	Outros Ativos/ Passivos financeiros	Ativos/ Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	595.650,49	-	-	-	-	595.650,49
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	300.557,25	-	-	-	-	300.557,25
Outras contas a receber	1.284.802,62	-	-	-	421.642,49	1.706.445,11
Empréstimos concedidos	42.049.014,69	-	-	-	-	42.049.014,69
Outros ativos correntes	-	-	-	-	956.009,86	956.009,86
Total ativos	**44.230.025,05**	**531,96**	**-**	**-**	**1.377.652,35**	**45.608.209,36**
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(174.511.422,33)	-	(174.511.422,33)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(3.432.690,63)	-	-	(3.432.690,63)
Fornecedores	-	-	-	(2.253.543,28)	-	(2.253.543,28)
Outras contas a pagar	-	-	-	(12.848.962,79)	(261.170,59)	(13.110.133,38)
Outros passivos correntes	-	-	-	(363.836,23)	(23.016.698,74)	(23.380.534,97)
Total passivos	**-**	**-**	**(3.432.690,63)**	**(189.977.764,63)**	**(23.277.869,33)**	**(216.688.324,59)**

13 Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os movimentos da rubrica de "Outros ativos financeiros" foram os seguintes:

Entidade	2014	2013
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro	496,05	496,05
Total	**531,96**	**531,96**

Quer a participação na Comundo quer as Obrigações do Tesouro tratam-se de ativos financeiros sem relevância, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Nota	2014	2013
Combustíveis		135.486,93	165.195,70
Lubrificantes		21.340,63	34.438,44
Materiais de consumo		25.920,95	27.969,85
Bilhetes		16.760,86	24.183,17
Sobresselentes		1.038.984,75	926.801,74
Materiais para reparações		123.520,80	122.923,14
Materiais em trânsito		-	107.833,10
Subtotal	33	1.362.014,92	1.409.345,14
Imparidades de inventários		(669.842,96)	(388.661,67)
Total inventários		**692.171,96**	**1.020.683,47**

O saldo de inventários compreende combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobresselentes e artigos de reparação para eventuais intervenções periódicas e/ou pontuais que os navios possam vir a sofrer.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2014, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.747.569,12€ (4.022.303,12€ em 31 de Dezembro de 2013) (Nota 33).

Imparidade de inventários

	2014	2013
A 1 de janeiro	**388.661,67**	**465.056,16**
Aumentos	295.371,00	-
Utilizações	-	-
Reduções	(14.189,71)	(76.394,49)
A 31 de dezembro	**669.842,96**	**388.661,67**

15 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de "Clientes", é como se segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo	-	-	-	-	-	-
Clientes - terceiros i)	142.513,66	-	142.513,66	355.057,01	-	355.057,01
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
	142.513,66	-	142.513,66	355.057,01	-	355.057,01
Ajustamento clientes	(54.499,76)	-	(54.499,76)	(54.499,76)	-	(54.499,76)
Total Clientes	**88.013,90**	**-**	**88.013,90**	**300.557,25**	**-**	**300.557,25**

i) Clientes – terceiros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiro relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

Imparidade de clientes

	2014	2013
A 1 de Janeiro	54.499,76	-
Aumentos	-	54.499,76
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**54.499,76**	**54.499,76**

A antiguidade dos saldos vencidos, é como segue para os exercícios apresentados:

	2014	2013
0 a 180 dias	105.168,21	302.005,45
+180 dias	37.345,45	53.051,56
Total	142.513,66	355.057,01

16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

	2014	2013
Imposto a recuperar	55.238,71	31.333,70
Imposto a pagar	(14.039,22)	(12.160,80)
Total	**41.199,49**	**19.172,90**
Estimativa de imposto a pagar	(14.039,22)	(12.160,80)
Retenções na fonte de terceiros	55.238,71	31.333,70
	41.199,49	**19.172,90**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2014	2013
Imposto corrente	(14.039,22)	(12.160,80)
	(14.039,22)	**(12.160,80)**

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2014	2013	Ano Limite de
Gerados no exercício de 2014	-	-	2026
Gerados no exercício de 2013	12.978.056,47	12.978.056,47	2025
Gerados no exercício de 2012	15.476.243,81	15.476.243,81	2024
Gerados no exercício de 2011	15.611.759,62	15.611.759,62	2023
Gerados no exercício de 2010	9.725.402,23	9.725.402,23	2022
Gerados no exercício de 2009	12.938.045,03	12.938.045,03	2020
Gerados no exercício de 2008		9.987.037,21	2021
	66.729.507,16	76.716.544,37	

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 23% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 24,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um tributável entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 euros. Em Resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 – B/2014 de 31 de Dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC, fixando a partir de 2015 inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, o art.º 52 do Código do IRC que vem limitar a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável e a extensão para 12 anos do período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2014 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 66.729.507,16 € (2013: 76,7 Milhões €). A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

		2014	2013
Resultado antes de impostos		(6.196.375,78)	(19.908.563,56)
Equivalência patrimonial		3.052.552,04	6.594.062,70
Outras Diferenças permanentes / temporárias		3.143.823,74	336.444,39
Diferenças temporárias		-	-
Resultado tributável / (Prejuízo fiscal)		-	(12.978.056,47)
Prejuízos fiscais não reconhecidos		-	(12.978.056,47)
Taxa de imposto		24,5%	26,5%
Colecta	(I)	-	-
Imposto corrente:			
Tributações autónomas		14.039,22	12.160,80
Excesso/(insuficiência) na estimativa do exercício anterior		-	-
	(II)	14.039,22	12.160,80
Imposto sobre o rendimento do exercício	(I+II)	14.039,22	12.160,80

17 Empréstimos concedidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de "Empréstimos concedidos", compõem-se da seguinte forma:

	Nota	2014			2013		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimo concedido	41.2	-	11.187.984,93	11.187.984,93	34.299.014,69	7.750.000,00	42.049.014,69
		-	**11.187.984,93**	**11.187.984,93**	**34.299.014,69**	**7.750.000,00**	**42.049.014,69**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa para apoio de tesouraria. Trata-se de uma operação financeira de médio - longo prazo, vencendo juros à taxa nominal média de 2,63% tendo por base o custo do financiamento da Transtejo junto do accionista Estado.

A diminuição desta rubrica deve-se a dedução da participação de capital de 34.000.000,00€ detido pela Transtejo.

18 Outras contas a receber e Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

		2014			2013		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i)	1.226.501,00	-	1.226.501,00	2.547.252,28	-	2.547.252,28
Pessoal	ii)	40.427,95	-	40.427,95	35.501,60	-	35.501,60
Perdas de imparidade		(299.005,31)	-	(299.005,31)	(1.297.951,26)	-	(1.297.951,26)
Outras contas a receber		**967.923,64**	**-**	**967.923,64**	**1.284.802,62**	**-**	**1.284.802,62**

i) Outros devedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2014			2013		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Subsídio/ Metro - FEDER	a)	-	-	-	1.082.306,54	-	1.082.306,54
Metropolitano de Lisboa, EPE	b)	-	-	-	1.008.968,56	(998.945,95)	10.022,61
Actual	c)	216.275,83	(216.275,83)	-	216.275,83	(216.275,83)	-
Caistejo	d)	61.904,48	(61.904,48)	-	61.904,48	(61.904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro	e)	20.825,00	(20.825,00)	-	20.825,00	(20.825,00)	-
Gisparques	f)	40.540,07	-	40.540,07	35.467,51	-	35.467,51
Outros	g)	886.955,62	-	886.955,62	121.504,36	-	121.504,36
Total		**1.226.501,00**	**(299.005,31)**	**927.495,69**	**2.547.252,28**	**(1.297.951,26)**	**1.249.301,02**

a) Subsídio reconhecido em 2014, sendo recebido pelo Metropolitano o montante de 174.970,69€, referente ao investimento realizado pela Transtejo na construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, através do protocolo assinado entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E e Transtejo.

b) A redução nesta rubrica deve-se essencialmente a regularização da divida por parte da empresa Metropolitano de Lisboa E.P.E, devido ao protocolo para regularização de saldos devedores assinado entre as duas empresas em 31 de dezembro de 2014. Tendo essa regularização implicação na diminuição das perdas de imparidade, existente do Metropolitano.

c) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que a Transtejo registou uma perda de imparidade para a totalidade do saldo, pela fraca expetativa de realização, atendendo ao provável desfecho do processo judicial em curso relativo a este processo (Nota 23);

d) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, sendo que a Transtejo registou uma perda por imparidade pela totalidade do saldo. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com a concessionária.

e) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA.

f) O valor em 31 de Dezembro de 2014 refere-se a rendas dos parques de estacionamento nos terminais da Empresa, concessionados à Gisparques.

g) Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da MOP – Multimédia Outdoors Portugal – Publicidade, SA (14.629,73 Euros), Navalria (22.897,26 Euros), protocolo assinado em 2014 com a Navalria (400.000,00€) e penhoras de várias instituições bancárias (374.910,95 €) no âmbito de processo judicial da Actual (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a antiguidade da totalidade dos saldos a receber de outros devedores detalha-se como segue:

	2014	2013
0 a 180 dias	603.089,17	128.450,60
+180 dias	324.406,52	2.418.801,68
Total	927.495,69	2.547.252,28

ii) Pessoal

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Devedor	Credor (Nota 29)	Devedor	Credor (Nota 29)
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	200.864,37	-	417.677,17	-
IRS - Imposto s/ rendimento	-	91.695,84	-	96.350,70
Contribuições p/ segurança social	-	163.017,15	-	164.589,49
Outros	1.622,86	509,04	3.965,32	230,40
	202.487,23	**255.222,03**	**421.642,49**	**261.170,59**

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor de IVA a receber inclui o montante de 200.000,00€, que compreende o pedido de reembolso do mês de Outubro de 2013, valor que foi recebido em 28 de Março de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2014 a Empresa havia solicitado um reembolso de IVA de 100.000,00€, o qual foi liquidado pelas autoridades fiscais a 3 de Março de 2015.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais colaboradores), e ainda retenções de impostos sobre o rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

19 Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a Transtejo tem registado na rubrica de "Outros ativos correntes" os seguintes saldos:

		2014	2013
Indemnizações a receber de seguradoras	i)	100.560,61	126.132,32
Direcção Geral do Tesouro	ii)	65.233,99	76.163,48
Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A.	iii)	157.268,96	526.814,64
Operadores Repartição		239,13	17.111,79
Rendimentos a reconhecer no período		16.773,06	92.669,75
Orçamento p/sinistros		19.009,75	-
Indemnizações Compensatórias - Estado	iv)	-	31.390,24
Acréscimos de rendimentos		**359.085,50**	**870.282,22**
Turismo - Artigos para venda	v)	28.587,79	28.580,91
Outros		43.399,13	57.146,73
Gastos diferidos		**71.986,92**	**85.727,64**
		431.072,42	**956.009,86**

Em acréscimos de rendimentos encontram-se essencialmente:

i) Especializações de regularizações e indemnizações de sinistros a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridos com a frota dos navios da Empresa (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Império – Bonança);
ii) Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a Transtejo possuía um valor a receber do Estado referente a indemnizações da compensação dos passes 4_18, sub23 e Social +.
iii) Especialização dos gastos suportados pela Transtejo e que são da responsabilidade da Soflusa, a diminuição resulta, por em 2014 só estar reflectido um trimestre, enquanto em 2013 estão reflectidos os gastos totais ocorridos no período (Nota 41).
iv) Ajustamento do valor referente às indeminizações compensatórias excedentes, nos termos previstos no nº8 da cláusula nº4 do Contrato de prestação de serviços público de transporte de passageiros, celebrado a 21 de Setembro de 2012, face ao número de passageiros transportados (Nota 32).
v) O saldo em questão refere-se essencialmente a bens para posterior venda no circuito de turismo.

Os gastos diferidos referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

20 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2014	2013
Caixa	79.395,96	68.963,59
Depósitos bancários	667.347,92	526.686,90
Caixa e equivalentes de caixa	**746.743,88**	**595.650,49**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa individual para o exercício findo em Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Numerário		
- Caixa	79.395,96	68.963,59
	79.395,96	**68.963,59**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	667.347,92	526.686,90
	667.347,92	**526.686,90**
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**746.743,88**	**595.650,49**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	**746.743,88**	**595.650,49**
Outros depósitos	374.910,95	-
Total	**1.121.654,83**	**595.650,49**

Os valores apresentados em Caixa e seus equivalentes no final do período refletem o esforço de liquidação de compromissos efectuados no final de 2014, como medida necessária a salvaguardar a gestão de dotações orçamentais para o exercício de 2015. Da conta Depósitos à ordem foram cativos através de penhora 374.910,95€ no âmbito do processo da Actual, Lda., por ordem do agente de execução.

21 Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 11.367.775 ações e 10.600.000 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
2014	11.367.775	56.838.875,00
Capital Social	**11.367.775**	**56.838.875,00**

	Número de acções	Capital Social
2013	10.600.000	53.000.000,00
Capital Social	**10.600.000**	**53.000.000,00**

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

No decurso de 2014 o acionista efetuou aumentos de capital, suportados por relatório de revisor independente, no montante de 2.448.348,74 € e um aumento de capital por conversão de créditos de juros vencidos relativos ao serviço da dívida contraída junto da DGTF, ao abrigo do Acordo do Terminal do Cais do Sodré, no montante de 1.390.526,26 €.

22 Outras reservas e resultados transitados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados transitados" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respetivamente:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Total
01 de janeiro de 2013	**(4.721.752,51)**	**(178.853.442,42)**	**(183.575.194,93)**
Adições	1.289.061,88	(22.616.083,68)	(21.327.021,80)
31 de dezembro de 2013	**(3.432.690,63)**	**(201.469.526,10)**	**(204.902.216,73)**
Adições	768.368,95	(19.920.724,36)	(19.152.355,41)
31 de dezembro de 2014	**(2.664.321,68)**	**(221.390.250,46)**	**(224.054.572,14)**

Reserva de Cobertura

O saldo da rubrica "Reserva de cobertura" resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 25 – Instrumentos financeiros derivados.

Resultados Transitados

As contas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013 ainda não se encontram aprovadas em Assembleia Geral, devido ao facto de existirem reservas por parte do acionista quanto aos termos do protocolo celebrado no exercício de 2009, entre a Empresa e o Metro, referente ao terminal do Cais do Sodré. O Conselho de Administração da Empresa transferiu os prejuízos destes três exercícios para resultados transitados, conforme a proposta expressa no relatório de gestão desse exercício por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

Em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa encontram-se negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de Março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

23 Provisões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a evolução registada na rubrica de "Provisões" é como segue:

	Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total
A 1 de Janeiro de 2014	**505.749,98**	**34.230.865,90**	**34.736.615,88**
Dotação	282.691,01	3.052.552,04	3.335.243,05
Utilização	-	-	-
Outros	-	(34.000.000,00)	(34.000.000,00)
Reversão	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2014	**788.440,99**	**3.283.417,94**	**4.071.858,93**
Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	788.440,99	3.283.417,94	4.071.858,93
	788.440,99	**3.283.417,94**	**4.071.858,93**

	Processos judiciais	Outros riscos e encargos	Total
A 1 de Janeiro de 2013	**557.749,98**	**27.636.803,20**	**28.194.553,18**
	-	-	-
Dotação	24.000,00	6.735.152,71	6.759.152,71
Utilização	(76.000,00)	-	(76.000,00)
Outros	-	-	-
Reversão	-	(141.090,01)	(141.090,01)
A 31 de Dezembro de 2013	**505.749,98**	**34.230.865,90**	**34.736.615,88**
Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	505.749,98	34.230.865,90	34.736.615,88
	505.749,98	**34.230.865,90**	**34.736.615,88**

Foram reconhecidos na demonstração do rendimento integral de 2014 o valor de 3.335.243,05€ (6.618.062,70€ em 31 de Dezembro de 2013) em dotações de provisões. O valor reconhecido em 2014 inclui 3.052.552,04€ referente ao prejuízo da subsidiária Soflusa (Nota 10) e a rubrica de outros no montante de 34.000.000,00€ refere-se a um aumento do capital próprio na subsidiária Soflusa.

O total das provisões para processos judiciais decompõe-se em 2014 e 2013 como segue:

Provisões para processos judiciais em curso	2014	2013
Actual - Activ. Hotel, Lda (Nota 18)	700.440,99	435.249,98
Processos - Passageiros	49.000,00	46.500,00
Processos - Outros	39.000,00	24.000,00
Total	**788.440,99**	**505.749,98**

O detalhe da Provisão para outros riscos e encargos em 31 Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Outros riscos e encargos		01.01.14	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.14
Soflusa, SA	a)	34.230.865,90	3.052.552,04	-	(34.000.000,00)	3.283.417,94
		34.230.865,90	3.052.552,04	-	(34.000.000,00)	3.283.417,94

Outros riscos e encargos		01.01.13	Aumentos	Reversões	Reclassif.	31.12.13
Soflusa, SA	a)	27.636.803,20	6.735.152,71	(141.090,01)	-	34.230.865,90
		27.636.803,20	6.735.152,71	(141.090,01)	-	34.230.865,90

a) Provisão que reflete a responsabilidade assumida por conta do investimento financeiro na subsidiária Soflusa.

24 Financiamentos Obtidos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica "Financiamentos obtidos", detalha-se como se segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	-	55.000.000,00	55.000.000,00	-	55.000.000,00	55.000.000,00
Empréstimos bancários	19.770.833,33	106.837.344,67	126.608.178,00	-	118.625.000,00	118.625.000,00
	19.770.833,33	**161.837.344,67**	**181.608.178,00**	**-**	**173.625.000,00**	**173.625.000,00**
Juros a pagar - especialização	449.213,69	-	449.213,69	886.422,33	-	886.422,33
	20.220.047,02	**161.837.344,67**	**182.057.391,69**	**886.422,33**	**173.625.000,00**	**174.511.422,33**

A Transtejo contraiu um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000,00 €, contratado junto do Depfa Bank a 26 de Janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos que se vence em 1 de Fevereiro de 2017. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02% e tem o aval do Estado Português.

Na sequência da inclusão na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas foi contraído empréstimo de médio e longo prazo, junto da DGTF, no montante de 126.608.178,00 €, que permitiu fazer face às necessidades de financiamento do exercício e reestruturа a dívida de curto prazo acumulada junto da Banca Comercial. Este financiamento irá ser reembolsado em 12 prestações semestrais de igual montante com inicio em 31 de Maio de 2015 e termo em 30 de Novembro de 2020.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

A exposição dos empréstimos da Empresa às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como segue:

	2014	2013
Até 6 meses	55.000.000,00	55.000.000,00
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	126.608.178,00	118.625.000,00
Superior a 5 anos	-	-
	181.608.178,00	**173.625.000,00**

O valor contabilístico dos empréstimos são como segue:

O valor apresentado na Demonstração da posição financeira no montante de 182.057.391,69€ inclui 449.213,69€ relativo a juros especializados (886.422,33€ em 31 de Dezembro de 2013).

	2014	2013
Até 6 meses	55.000.000,00	55.000.000,00
Entre 1 e 5 anos	126.608.178,00	118.625.000,00
	181.608.178,00	**173.625.000,00**

25 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31.12.2014		31.12.2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Swap taxa de juro – não corrente	-	2.664.321,68	-	3.432.690,63
	-	2.664.321,68	-	3.432.690,63

Em 31 de Dezembro de 2012, a Transtejo tinha os seguintes dois contratos de cobertura de risco de taxa de juro com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de euros. Em Fevereiro de 2013 terminou a vigência de um desses contratos, no montante de 27,5 milhões de euros.

Até 31 de Dezembro de 2009, a Transtejo tinha contratado 2 contratos "swap" de taxa de juro, ambos com o objetivo de reduzir o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de Euros, tendo no decurso do exercício de 2010 contratado um "collar", o qual foi integrado na cobertura existente até então. É entendimento da Administração que todos os instrumentos financeiros derivados contratados desde 2009 são de cobertura, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

O empréstimo obrigacionista foi celebrado a 26 de Janeiro de 2007, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de Fevereiro de 2007. As obrigações foram tomadas firme pelo Depfa ACS e encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de Dezembro de 2006 publicado no Diário da República – 2ª Série – Nº 22 de 31 de Janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português. As condições do empréstimo constam da ficha técnica anexa ao referido documento.

Informação detalhada das características e valor do *"swap"* e do *"collar"* contratados:

Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 31.12.2014	Justo valor em 31.12.2013
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,768%	(2.664.321,68)	(3.432.690,63)
		Saldo credor	(2.664.321,68)	(3.432.690,63)

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo não corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de "Capital Próprio".

O justo valor deste instrumento foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de Dezembro de 2014.

No que se refere à classificação dos derivados negociados como cobertura a Transtejo efetuou os testes de eficácia (prospetivos e retrospetivos) para os *swaps* e *colar* de taxa de juro, não tendo sido apurada qualquer ineficácia. Relativamente aos testes retrospetivos efetuados com referência a 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014, com base no *Dollar Offset Method*, foi observada uma eficácia de 100% em ambas as datas.

26 Outras contas a pagar não correntes

Em 2013 o saldo registado como Outras contas a pagar não correntes, no valor de 11.002.601,63€, referia-se ao montante não corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. por conta da transferência do Terminal Fluvial do Cais do Sodré para a Transtejo. Em 2014 este valor foi regularizado no âmbito da celebração do protocolo entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa E.P.E e Transtejo, em que o mesmo transfere para o Estado a responsabilidade pela realização do investimento da construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré no montante de 13.575.239,56€ e pela amortização dos créditos que o estado detém sobre o Metropolitano e este transfere para o Estado os créditos que detém sobre a Transtejo no montante de 12.184.713.30€, correspondentes a 11.002.601.63 do valor inicial do terminal mais 860.668.51 da beneficiação adicional do mesmo e de 321.443.16€ de juros.

27 Outros passivos não correntes

O detalhe de Outros passivos não correntes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Subsídio ao investimento	12.083.886,24	18.664.284,34
Outros passivos não correntes	**12.083.886,24**	**18.664.284,34**

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram entregues pelo FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido ascendeu a 1.282.699,21€ e encontra-se registado na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 30). A diminuição dos subsídios ao investimento resulta essencialmente da amortização dos subsídios associados ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré na sua quase totalidade por força do protocolo realizado ente o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E e Transtejo que assume o Investimento na construção do Terminal Fluvial do cais do Sodré, assim como as dívidas da Transtejo para com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., acréscimos de gastos para rendas da Transtejo (3.623.123,44€ valor inicial), Soflusa (1.044.680,00€ valor inicial) que tinham sido reconhecidos até 2009 e que foram anuladas por contrapartida de subsídios ao investimento (Nota 36) que estavam a ser depreciados em função da vida útil do Interface no Cais do Sodré e Pontões e o subsídio PIDDAC (3.237.001,00€:2014) como compensação ao Investimento no Interface do Cais do Sodré.

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2014 no valor total dos subsídios encontram-se detalhados como se segue:

	Nota	2014	2013
Saldo inicial		**20.194.279,93**	**21.287.274,52**
Adições do período		437.500,00	437.001,00
Proveitos reconhecidos no período	37	(1.059.746,32)	(1.529.995,59)
Saldo final de subsídios a reconhecer		**19.572.033,61**	**20.194.279,93**

As adições do exercício correspondem a subsídios recebidos e a receber, de acordo com a seguinte composição:

	2014	2013
PIDDAC:		
Novo Terminal Cais do Sodré	437.500,00	437.001,00
	437.500,00	**437.001,00**

O montante de 437.500,00 euros recebido em 2014 refere-se a subsídios ao investimento recebidos do PIDDAC (Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central), destinados à cobertura financeira parcial dos investimentos referidos.

A diminuição dos proveitos dos subsídios no período está associado à amortização dos subsídios associados ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré na sua quase totalidade por força do protocolo realizado ente o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E e Transtejo que assume o Investimento na construção do Terminal Fluvial do cais do Sodré, assim como as dívidas da Transtejo para com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e deve-se ao fato de o subsídio do PIDDAC (511.105,45€) ter sido considerado em outros rendimentos e ganhos (Nota 36).

28 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Fornecedores" detalha-se como segue:

Descrição		2014	2013
Fornecedores - Grupo		-	-
Fornecedores - Terceiros	i)	854.606,53	2.253.543,28
Total saldo fornecedores - correntes		**854.606,53**	**2.253.543,28**

i) **Fornecedores – Terceiros:** os saldos mais significativos à data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013 por entidade são como segue:

Descrição entidade	2014	2013
Petrogal	282.396,47	354.959,48
Companhia Carris Ferro Lisboa	177.042,89	261.412,17
Metropolitano de Lisboa	98.419,86	930.366,92
Otar	65.940,30	-
Gisparques	48.960,30	16.569,15
Mares Lusos, S.A.	22.842,05	35.913,00
Administração Porto Lisboa	11.301,22	11.301,22
OTLIS	10.078,86	13.672,33
Securitas	2.386,00	2.273,04
Arsenal do Alfeite	-	137.546,69
Império Bonança	-	101.419,67
HR Protecção	-	81.974,73
Cecílio e Carlos Sanfins	-	2.337,00
Outras entidades	135.238,58	303.797,88
Total fornecedores terceiros	**854.606,53**	**2.253.543,28**

Os valores em aberto resultam, essencialmente, de repartição de receita de passes combinados, aquisições de combustíveis e lubrificantes para a frota, serviços de limpeza e segurança privada das instalações e embarcações, conservação e reparação da frota em estaleiros, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

De acordo com a Demonstração da posição financeira consolidada, as dívidas a pagar a fornecedores apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2014	2013
0 a 180 dias	843.305,31	1.734.941,59
+180 dias	11.301,22	518.601,69
Total	854.606,53	2.253.543,28

29 Estado e Outros entes públicos e Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica "Estado e Outros entes públicos" e "Outras contas a pagar" é como segue:

	Nota	2014			2013		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos							
Imposto s/ rendimento - IRS	i)	91.695,84	-	91.695,84	96.350,70	-	96.350,70
Contribuições p/ segurança social	i)	163.046,19	-	163.046,19	164.589,49	-	164.589,49
Outros	i)	480,00	-	480,00	230,40	-	230,40
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	ii)	-	-	-	553.127,61	11.002.601,63	11.555.729,24
Outros credores							
Credores diversos	iii)	2.702.701,07	-	2.702.701,07	1.293.233,55	-	1.293.233,55
Outras contas a pagar		**2.957.923,10**	**-**	**2.957.923,10**	**2.107.531,75**	**11.002.601,63**	**13.110.133,38**

i) **Estado e outros entes públicos** – ver descritivo Nota 18, "Outras Contas a Receber";

ii) **Fornecedores de investimentos** – o saldo corrente em 2013 corresponde a essencialmente, ao valor corrente e não corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, EPE, relacionado com a transferência referente do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima, 500.000€ e 11.002.601,63€, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014 estes valores encontram-se regularizados, devido ao protocolo, para regularização de saldos devedores, assinado entre as duas empresas.

iii) Outros credores – dos saldos acima classificados como Outros credores, os mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€) pela diferença entre o valor do Investimento no Interface do Cais do Sodré (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo no valor de (10.925.000,00€), no âmbito do Protocolo realizado entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e Transtejo.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

30 Outros passivos correntes

O detalhe de "Outros passivos correntes" à data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

		2014	2013
Prémios seguro a pagar	i)	8.049,59	12.761,85
Juros a pagar	ii)	525.590,55	1.522.651,06
Remunerações a pagar	iii)	947.767,96	920.685,46
Outros	iv)	815.387,01	351.074,38
Acréscimos de gastos		**2.296.795,11**	**2.807.172,75**
Subsídio ao investimento (Nota 27)	v)	1.282.699,21	1.529.995,59
Antecipação de receita		184.315,38	178.992,63
Licença de ocupação		10.873,39	26.856,54
Outros	vi)	429.028,20	173.233,12
Proveitos diferidos		**1.906.916,18**	**1.909.077,88**
Total		**4.203.711,29**	**4.716.250,63**

i) Prémios de seguro a pagar – respeita à especialização dos prémios de seguros de responsabilidade civil (definido em função do total de passageiros transportados nas carreiras de serviço público da Transtejo);

ii) Juros a pagar – especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de instrumentos de gestão de risco de taxa de juro (meses de agosto a Dezembro de 2014), cujo pagamento ocorrerá em 1 de Fevereiro de 2015. Em 2013 faziam ainda parte desta especialização juros a pagar à Metropolitano de Lisboa, EPE (encargos financeiros decorrentes da transferência do Terminal do Cais do Sodré, do período de 1 de Março de 2009 a 31 de Dezembro de 2013);

iii) Remunerações a pagar – especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros).

iv) Outros – especialização operadores de repartição (165.919,07€) e indeminizações compensatórias do Estado (143.461,00€).

v) **Subsidio ao investimento –** a diminuição desta rubrica de subsídios ao investimento no período está associado à amortização dos subsídios relacionados com o Terminal Fluvial do Cais do Sodré na sua quase totalidade por força do protocolo realizado ente o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E e Transtejo que assume o Investimento na construção do Terminal Fluvial do cais do Sodré, assim como as dívidas da Transtejo para com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

vi) **Outros –** especialização do protocolo da Navalria (400.000,00€).

31 Vendas e serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

Descrição		2014	2013
Tráfego de passageiros			
Bilhetes	i)	2.051.276,55	1.978.817,11
Multimodais	ii)	1.269.786,64	2.230.814,28
Passes próprios	iii)	618.409,24	599.659,37
Combinados	iv)	1.292.518,62	1.267.818,64
Zapping	v)	838.612,98	769.282,54
Tráfego de veículos	vi)	50.928,11	48.843,42
Aluguer de embarcações	vii)	50.074,30	147.164,08
Serviço de turismo	viii)	486.771,35	388.385,38
Outros		493,24	252,80
Total prestações de serviços		**6.658.871,03**	**7.431.037,62**

O montante das prestações de serviços em 2014 é essencialmente explicado por:

i) **Bilhetes**: rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).
ii) **Multimodais**: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público.
iii) **Passes próprios**: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.
iv) **Combinados**: sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte.
v) ***Zapping***: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.
vi) **Tráfego de veículos**: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* entre Cais do Sodré e Cacilhas.
vii) **Aluguer de embarcações**: alugueres pontuais de embarcações a terceiros.
viii) **Serviço de turismo**: rendimentos das carreiras turísticas da Transtejo que operam entre 1 de Abril e 31 de Outubro.

32 Subsídios à exploração

O detalhe dos "Subsídios à exploração" é como segue:

Descrição	2014	2013
Indemnizações compensatórias	5.726.632,04	5.759.747,00
PAII	5.688,90	83.994,65
Sub_23 e 4_18	64.497,92	57.889,08
Compensação Passe Social + Subsidio Remuneratório OE 2014	94.339,63 125.000,00	133.986,40 -
Total subsídios à exploração	**6.016.158,49**	**6.035.617,13**

O valor mais significativo registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas correspondem, em 2014 e em 2013, ao que se encontra definido no Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre o Estado Português e a Empresa em 21 de Setembro de 2012 (Nota 2.2), estando registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA.

A indemnização compensatória referente a 2014 compreende o ajustamento entre o número estimado de passageiros, conforme contrato de prestação de serviço público celebrado em 2012 (Nota 2.2) e o número real de passageiros transportados em 2014, no montante de 256.975,00€ (2013: 143.461,00€), e ainda acertos referentes ao ano de 2012 (16.648,00€) e 2013 (24.694,00) conforme (Nota 19).

33 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

Descrição	2014	2013
Combustíveis	3.332.116,32	3.405.741,34
Consumo de lubrificantes	85.857,33	176.135,12
Materiais de consumo	20.395,01	31.483,08
Economato	65.255,71	57.926,76
Consumo de sobressalentes	183.256,29	212.848,97
Consumo mat. Reparações	60.688,46	138.167,85
Total	**3.747.569,12**	**4.022.303,12**

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível pelas embarcações nas travessias fluviais operadas pela Empresa entre as margens norte e sul do rio Tejo. O preço médio por litro do gasóleo foi de 0,67€ (0,72€ em 2013). Registou-se, inversamente, um aumento do consumo de combustível que foi de 4,98 milhões de litros em 2014 (4,75 milhões de litros em 2013).

O apuramento das matérias consumidas nos exercícios de 2014 e 2013 foi determinado como segue:

	Nota	2014	2013
Existências iniciais		1.409.345,14	1.561.083,90
Compras de materiais diversos		3.812.648,39	3.970.634,71
Regularização de existências		(112.409,49)	(100.070,35)
Existências finais	14	(1.362.014,92)	(1.409.345,14)
Gastos do exercício	14	**3.747.569,12**	**4.022.303,12**

34 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de gastos com "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

		2014	2013
Conservação e reparação	i)	1.852.622,24	1.895.811,74
Trabalhos especializados	ii)	678.910,06	705.764,71
Fretamento de navios	iii)	986.180,00	985.500,00
Seguros	iv)	348.885,37	580.001,70
Vigilância e Segurança	v)	616.757,67	617.134,92
Eletricidade	vi)	185.323,59	138.309,10
Limpeza, Higiene e conforto	vii)	193.062,34	244.759,53
Rendas e alugueres	viii)	255.009,76	247.056,94
Outros		410.505,21	457.498,20
Fornecimentos e serviços externos		**5.527.256,24**	**5.871.836,84**

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota, no valor de 1.791.091,01€ (1.792.022,71€ em 2013). Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Trabalhos especializados:** serviços de natureza diversa, dos quais se destacam os trabalhos de auditoria, certificações de classe de embarcações e a utilização de mão-de-obra externa para preenchimento de necessidades temporárias de recursos humanos.

iii) **Fretamento de navios:** encargos suportados pela Transtejo com os contratos de fretamento de três embarcações à Soflusa ("Cesário Verde", "Fantasia" e "Pedro Nunes");

iv) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante refere-se à cobertura de riscos relacionados com as 24 embarcações que compõem a frota da Transtejo;

v) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pela Transtejo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações;

vi) **Eletricidade:** estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas bem como o facto de em 2013 ter sido o primeiro ano de funcionamento em pleno do novo terminal do Terreiro do Paço (recentemente remodelado);

vii) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos da Empresa;

viii) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul e com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo.

35 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2014 e 2013, desdobram-se do seguinte modo:

	2014	2013
Remunerações		
Orgãos sociais	166.689,01	165.393,41
Pessoal	5.430.720,24	5.739.641,92
	5.597.409,25	**5.905.035,33**
Encargos sobre remunerações	1.400.974,48	1.473.333,53
Seguros acidentes de trabalho	94.429,31	161.910,22
Custos ação social	120,00	70,00
Indemnizações	7.200,00	310.319,05
Outros gastos com pessoal	711.627,01	887.733,82
Sub-total	**2.214.350,80**	**2.833.366,62**
Gastos com o pessoal	**7.811.760,05**	**8.738.401,95**

O número médio de empregados da Transtejo em 2014 foi de 321 (340 em 2013).

36 Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" em 2014 e 2013 é o seguinte:

Descrição		2014	2013
Aluguer de equipamento		321.754,09	328.077,45
Cedências		21.060,16	26.214,14
Cartões para passes e outros		279.303,28	282.194,60
Outros	i)	5.954.917,70	76.421,73
		6.577.035,23	**712.907,92**

A rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é composta, essencialmente, pelos rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas) e à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e aos valores reconhecidos no período referente aos subsídios ao investimento (Nota 27) e subsidio da PIDDAC (1.555.135,17€) depreciadas no âmbito do protocolo realizado entre o Estado Portugues , Metropolitano de Lisboa, E.PE, e Transtejo.

37 Gastos/reversões de depreciação e amortização

O detalhe da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" em 2014 e 2013 é o seguinte:

Descrição	Nota	2014	2013
Activos intangíveis	9	34.581,58	173.796,03
Activos fixos tangíveis	8	2.233.745,07	3.333.025,58
Subsídios reconhecidos no exercício	27	(1.059.746,32)	(1.529.995,59)
		1.208.580,33	**1.976.826,02**

38 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

		2014	2013
Gastos financeiros			
Juros suportados	i)	(4.860.812,81)	(7.345.971,09)
Outros gastos financeiras		(114.916,12)	(993.465,94)
		(4.975.728,93)	**(8.339.437,03)**
Rendimentos financeiros			
Juros obtidos	ii)	475.297,88	1.752.660,31
Rendimentos participação capital		96.925,71	39.698,47
		572.223,59	**1.792.358,78**

i) **Juros suportados –** inclui juros referentes (i) a financiamentos bancários, (ii) ao empréstimo obrigacionista, contemplados no protocolo do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente;

ii) **Juros obtidos –** referem-se essencialmente a juros obtidos do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa.

39 Dividendos por ação

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2014 e 2013, uma vez que registou nos dois exercícios prejuízos de 6.196.375,78€ e 19.920.724,36€, respetivamente.

40 Passivos contingentes

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a empresa havia solicitado a emissão de garantias, como segue:

Beneficiário	Natureza	Banco	2014	2013
APL - Administração do Porto de Lisboa	Doca Jardim do Tabaco	BPI	688,34	688,34
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Cartão Galp Frota	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Barreiro	BPI	4.643,00	4.643,00
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Sul e Sueste - Lisboa	BPI	2.173,00	2.173,00
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Terminal Fluvial Montijo - Seixalinho	BPI	7.639,56	7.639,56
SLE - Electricidade do Sul, S.A.	Terminal Fluvial Seixal	BPI	5.450,86	5.450,86
GRENKE RENTING, S.A.	Toda a Empresa	BES	35.424,00	35.424,00
			58.512,75	**58.512,75**

Adicionalmente, as garantias prestadas pela Empresa ou pelo acionista ao abrigo dos empréstimos obtidos encontram-se divulgadas na Nota 24.

41 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014, a Transtejo é detida pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças a 100%, sendo esta entidade o único acionista da Transtejo.

41.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Transtejo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos fundamentais da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da Transtejo ascenderam a 179.604,19€ (165.717,63€ em 2013).

	2014	2013
Conselho de Administração	142.700,05	132.490,06
Assembleia Geral	324,22	324,22
Orgão de Fiscalização		
Conselho Fiscal	36.579,92	32.903,35
	179.604,19	**165.717,63**

Os honorários do Revisor Oficial de Contas estão contabilizados em "Fornecimentos e Serviços Externos – Trabalhos Especializados" e ascenderam a 21.234 € em 2014 e 21.234€ em 2013.

A estrutura de fiscalização da sociedade foi alterada a partir de Julho de 2008, por força da alínea a) do nº2 do art.º 413º do Código das Sociedades Comerciais, adotando a modalidade prevista na alínea b) do nº 1 do mesmo artigo.

Individualmente as remunerações principais e acessórias auferidas pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Remunerações principais e acessórias auferidas pelos membros dos Órgãos de Direção

(Divulgação nos termos do nº 9 da RCM nº 155/2005 de 8 de Setembro)

Membros dos Orgãos de Direcção		Remuneração Fixa	Outras Remunerações	Planos de Pensões/ Saúde
Engº João António da Silva Pintassilgo	i)	61.227,84	12.811,37	2.583,85
Dr. Isidro Durão Heitor		49.183,08	10.652,87	-
Total		110.410,92	23.464,24	2.583,85
Total global	ii)			136.459,01

i) O vencimento do Eng.º Pintassilgo é pago diretamente pela Transtejo, de acordo com os valores que auferia na EDP, sendo que o valor do plano de pensões apresentado é auferido de acordo com a sua relação de trabalho com a EDP, debitado posteriormente à Transtejo (uma vez que esta não possui Plano de Pensões interno de qualquer espécie);

ii) A diferença de 6.241,04 € para com o valor indicado na linha "Conselho de Administração" do quadro acima respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias.

41.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista:

Direção Geral do Tesouro e Finanças

Subsidiária:

Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

***Empreendimentos Conjuntos*:**

Otlis, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionista e as suas partes relacionadas:

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Transtejo efetuou as seguintes transações com a sua Acionista e as suas partes relacionadas (SEE), apresentando os seguintes saldos à data do relato financeiro:

	2014				2013			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
APL - Adiministração do Porto de Lisboa, S.A.	137.824,21	133.950,61	-	11.301,22	95.163,41	95.163,41	-	11.301,22
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	1.029.492,35	945.108,11	578,06	177.042,89	2.867.353,52	1.297.104,07	563,10	261.412,94
CP - Comboios de Portugal EPE	240.376,25	241.547,09	-	703,52	311.780,67	322.476,58	868,43	401,11
Metropolitano de Lisboa, EPE	4.439.183,35	2.888.892,67	-	98.419,86	3.072.909,01	2.638.292,76	1.008.968,56	2.657.679,10
	5.846.876,16	**4.209.498,48**	**578,06**	**287.467,49**	**6.347.206,61**	**4.353.036,82**	**1.010.400,09**	**2.930.794,37**

ii) Subsidiária:

Durante o exercício, a Transtejo efetuou as seguintes transações com a sua subsidiária Soflusa:

	2014					2013				
	Transacções		Saldos		Acréscimos	Transacções		Saldos		Acréscimos
	Débito	Crédito	Devedor (Nota 17)	Credor	Débito (Nota 19)	Débito	Crédito	Devedor (Nota 17)	Credor	Débito (Nota 19)
Soflusa - Sociedade fluvial de transportes, SA	1.000.294,37	523.213,18	11.187.984,93	-	157.268,96	988.253,40	1.800.575,72	42.049.014,69	-	526.814,64
	1.000.294,37	**523.213,18**	**11.187.984,93**	**-**	**157.268,96**	**988.253,40**	**1.800.575,72**	**42.049.014,69**	**-**	**526.814,64**

As transações a débito realizadas nos exercícios de 2014 e 2013 referem-se aos custos associados aos contratos de fretamento previstos nos contratos de "Fretamento em casco nu", celebrados a 23 de Fevereiro de 2005, para as embarcações "Cesário Verde", "Pedro Nunes" e "Fantasia", e pela imputação de gastos de pessoal da Soflusa ao Terminal do Terreiro do Paço à Transtejo (Carreira do Montijo)

As transações a crédito referem-se a:

a) Juros obtidos respeitantes à remuneração do empréstimo de tesouraria corrente concedido à Soflusa, o qual ascendia a 11.187.984,93€ em 31 de Dezembro de 2014 (42.049.014,69€ em 31 de Dezembro de 2013).

b) Rendas debitadas pela utilização e ocupação das instalações administrativas no edifício sede da Empresa (Terminal Fluvial do Cais do Sodré).

iii) Empreendimentos conjuntos:

Durante o exercício, a Transtejo efetuou as seguintes transações e apresenta os seguintes saldos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 com os seus empreendimentos conjuntos:

	2014				2013			
	Transacções		Saldos		Transacções		Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
OTLIS, ACE	635.678,19	612.534,28	20.422,77	10.078,86	387.787,36	388.530,50	872,33	13.672,33
	635.678,19	**612.534,28**	**20.422,77**	**10.078,86**	**387.787,36**	**388.530,50**	**872,33**	**13.672,33**

42 Eventos subsequentes

Considerando a ausência de desenvolvimentos em 2014 relativamente ao processo de fusão por integração da Soflusa na Transtejo, determinado na Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010 de 15 de dezembro, não obstante o enquadramento desta operação nos objetivos estratégicos definidos para o Setor dos Transportes e as vária diligências efetuadas pelo Conselho de Administração, reforça-se a expectativa da ocorrência da concretização desta medida como o evento subsequente de maior relevo para a atividade da Transtejo.

Considerando que esta situação continua a condicionar a atividade da empresa, pela impossibilidade de implementar um conjunto de processos de reestruturação organizacional que seriam potenciados por essa operação, o Conselho de Administração prevê para breve a ocorrência de desenvolvimentos relevantes, perspetivando-se a concretização desta fusão no decurso do exercício de 2015.

Como desenvolvimentos recentes deste processo, destaca-se a nomeação, em regime de acumulação de funções (previsto no Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro) de uma administração comum a todas as empresas públicas de transporte colectivo de passageiros de Lisboa, tendo como principal objetivo promover a interoperabilidade entre as diferentes empresas do setor. Deste modo, o processo de fusão entre a Transtejo e a Soflusa revela-se da maior oportunidade, sendo fator determinante para o sucesso da nova organização da Transportes de Lisboa.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Índice das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 3

Demonstrações consolidadas do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 4

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 5

Demonstrações consolidadas de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 6

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas 7

1 Informação geral 7
2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público 8
3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 9
4 Principais políticas contabilísticas 13
5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros 25
6 Principais estimativas e julgamentos apresentados 27
7 Segmentos operacionais 29
8 Empresas do Grupo incluídas na consolidação 29
9 Ativos fixos tangíveis 30
10 Ativos intangíveis 33
11 Interesses em empreendimentos conjuntos 34
12 Ativos e passivos financeiros por categoria 35
13 Outros ativos financeiros 37
14 Inventários 38
15 Clientes 39
16 Imposto sobre o rendimento corrente 41
17 Outras contas a receber e estado e outros entes públicos 43
18 Outros ativos correntes 47
19 Caixa e equivalentes de caixa 48
20 Capital 49
21 Outras reservas e resultados transitados 50
22 Provisões 51
23 Financiamentos Obtidos 52
24 Instrumentos financeiros derivados 54
25 Outras contas a pagar não correntes 56
26 Outros passivos não correntes 56

27 Fornecedores 58
28 Outras contas a pagar corrente 59
29 Outros passivos correntes 60
30 Vendas e serviços prestados 61
31 Subsídios à exploração 62
32 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 63
33 Fornecimentos e serviços externos 64
34 Gastos com pessoal 65
35 Outros rendimentos e ganhos 66
36 Outros gastos e perdas 66
37 Gastos/reversões de depreciação e amortização 67
38 Gastos e rendimentos financeiros 67
39 Dividendos por ação 68
40 Passivos contingentes 68
41 Partes relacionadas 69
42 Eventos subsequentes 72

Demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

ATIVO	Notas	2014	2013
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	9	45.126.039,10	59.781.648,29
Ativos intangíveis	10	23.792,00	55.573,58
Interesses em empreendimentos conjuntos	11	111.404,57	82.833,15
Outros ativos financeiros	13	531,96	531,96
Total do Ativo não corrente		**45.261.767,63**	**59.920.586,98**
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	1.110.344,31	1.468.878,85
Clientes	15	189.598,57	365.171,28
Imposto sobre o rendimento corrente	16	67.719,35	43.997,85
Outras contas a receber	17	980.302,82	1.501.600,63
Estado e outros entes públicos	17	449.712,61	641.326,98
Outros ativos correntes	18	676.612,47	962.576,03
Caixa e depósitos bancários	19	1.437.681,25	1.654.402,87
Total do Ativo corrente		**4.911.971,38**	**6.637.954,49**
Total do ativo		**50.173.739,01**	**66.558.541,47**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	20	56.838.875,00	53.000.000,00
Reservas de cobertura	21	(2.664.321,68)	(3.432.690,63)
Resultados transitados	21	(221.390.250,46)	(201.469.526,10)
Resultado consolidado liquido		(6.196.375,78)	(19.920.724,36)
Total do capital próprio		**(173.412.072,92)**	**(171.822.941,09)**
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	23	161.837.344,67	173.625.000,00
Instrumentos financeiros derivados	24	2.664.321,68	3.432.690,63
Provisões	22	896.786,11	755.750,26
Outras contas a pagar	25 e 28	-	11.002.601,63
Outros passivos não correntes	26	26.711.253,43	35.050.587,89
Total do Passivo não corrente		**192.109.705,89**	**223.866.630,41**
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	23	20.220.047,02	886.422,33
Fornecedores	27	1.360.603,93	3.870.510,87
Imposto sobre o rendimento corrente	16	17.759,15	18.085,52
Outras contas a pagar	28	2.704.451,90	1.895.138,14
Estado e outros entes públicos	17	372.952,05	378.778,20
Outros passivos correntes	29	6.800.291,99	7.465.917,09
Total do passivo corrente		**31.476.106,04**	**14.514.852,15**
Total do passivo		**223.585.811,93**	**238.381.482,56**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**50.173.739,01**	**66.558.541,47**

O Anexo das páginas 7 a 72 constituem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Alexo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Demonstrações consolidadas do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados			
Serviços prestados	30	14.821.241,98	14.773.084,68
Subsídios à exploração	31	7.818.053,63	7.676.863,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(7.956.049,61)	(8.826.334,18)
Fornecimentos e serviços externos	33	(8.743.478,27)	(8.943.713,30)
Gastos com o pessoal	34	(11.649.572,79)	(12.926.816,94)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	14	(281.181,29)	76.394,49
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	15 e 17	998.945,95	(54.499,76)
Provisões (aumentos / reduções)	22	(356.035,84)	123.963,03
Outros rendimentos e ganhos	35	6.927.379,90	1.043.405,56
Outros gastos e perdas	36	(340.260,54)	(491.069,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.239.043,12	(7.548.722,23)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	37	(2.525.616,30)	(3.494.313,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.286.573,18)	(11.043.035,23)
Juros e gastos similares suportados	38	(4.988.976,34)	(8.899.309,15)
Juros e rendimentos similares obtidos	38	96.932,89	39.705,54
Resultado antes de impostos		(6.178.616,63)	(19.902.638,84)
Imposto sobre o rendimento do exercício	16	(17.759,15)	(18.085,52)
Resultado líquido do exercício		**(6.196.375,78)**	**(19.920.724,36)**
Outros rendimentos do exercício			
Ganhos / (Perdas) de justo valor nos Swaps de cobertura	21	768.368,95	1.289.061,88
Total do rendimento integral do exercício		**(5.428.006,83)**	**(18.631.662,48)**
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(6.196.375,78)	(19.920.724,36)
Resultado por acção básico		(,55)	(1,88)
Rendimento integral do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Total		(5.428.006,83)	(18.631.662,48)
Resultado por acção básico		(,48)	(1,76)

O Anexo das páginas 7 a 72 constituem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	Capital Social	Reserva de cobertura	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2013		**53.000.000,00**	**(4.721.752,51)**	**(178.853.442,42)**	**(22.616.083,68)**	**(153.191.278,61)**
Aplicação do resultado de 2012:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(22.616.083,68)	22.616.083,68	-
Total do rendimento integral do exercício		-	1.289.061,88	-	(19.920.724,36)	(18.631.662,48)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		**53.000.000,00**	**(3.432.690,63)**	**(201.469.526,10)**	**(19.920.724,36)**	**(171.822.941,09)**
Aplicação do resultado de 2013:						
Transferência para resultados transitados		-	-	(19.920.724,36)	19.920.724,36	-
Realização de Capital em 2014	20	3.838.875,00	-	-	-	3.838.875,00
Total do rendimento integral do exercício	21	-	768.368,95	-	(6.196.375,78)	(5.428.006,83)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		**56.838.875,00**	**(2.664.321,68)**	**(221.390.250,46)**	**(6.196.375,78)**	**(173.412.072,92)**

O Anexo das páginas 7 a 72 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Demonstrações consolidadas de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		15.116.303,03	20.536.915,12
Pagamentos a Fornecedores		(21.844.279,81)	(30.149.259,97)
Pagamentos ao Pessoal		(6.996.129,29)	(7.417.128,65)
Fluxos gerados pelas operações		**(13.724.106,07)**	**(17.029.473,50)**
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		6.107,00	(2.721,46)
Outros Recebimentos / Pagamentos da atividade operacional		5.919.165,70	(5.452.184,69)
		5.925.272,70	**(5.454.906,15)**
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		**(7.798.833,37)**	**(22.484.379,65)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(1.088.619,20)	(2.014.064,11)
Ativos Intangíveis		-	(56.267,58)
		(1.088.619,20)	**(2.070.331,69)**
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		333.732,20	-
Subsídios ao Investimento		437.500,00	437.001,00
Juros e rendimentos similares		-	-
		771.232,20	**437.001,00**
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		**(317.387,00)**	**(1.633.330,69)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		13.673.644,00	260.567.888,66
Outras operações de financiamento		96.925,71	7,07
		13.770.569,71	**260.567.895,73**
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-	(233.647.726,50)
Juros e gastos Similares		(1.679.659,01)	(9.767.954,16)
Outras operações de financiamento		(3.816.501,00)	-
		(5.496.160,01)	**(243.415.680,66)**
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		**8.274.409,70**	**17.152.215,07**
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**158.189,33**	**(6.965.495,27)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	19	1.654.402,87	8.619.898,14
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	19	1.812.592,20	1.654.402,87

O Anexo das páginas 7 a 72 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1 Informação geral

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa") (Ver Nota 8).

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, embora não dispondo de concessão oficialmente atribuída, explora as seis carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, 2 áreas de negócio principais: i) prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros; e ii) carreiras turísticas de cruzeiro. O Grupo exerce ainda uma atividade acessória de arrendamento de propriedade imobiliária (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do sector público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o sector dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de julho de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa de acordo com o normativo descrito na Nota 3.1..

1.1. Participação financeira da Transtejo na Soflusa

A constituição do Grupo ocorreu em dezembro de 2001, com a aquisição pela Transtejo da totalidade do capital da Soflusa constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais e bem assim o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, designadamente atividades marítimo - turísticas, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

2 Informação sobre o regime da prestação do serviço público

2.1. Contrato de serviço público

O Decreto-Lei nº 167/2008 de 26 de agosto fixou os critérios gerais que permitem assegurar a conformidade da atribuição de indemnizações compensatórias com a prestação de serviços de interesse geral (satisfação das necessidades públicas fundamentais dos cidadãos portugueses).

O papel da Transtejo neste âmbito consiste na prestação de serviços de transporte de passageiros por via fluvial, cumprindo com diversos requisitos, como sejam continuidade, sustentabilidade, qualidade de serviço e eficácia. Mais importante do que isso, a Transtejo permite aos seus passageiros usufruírem de um serviço de transporte acessível e a preços razoáveis à generalidade dos cidadãos que necessitem de recorrer a tais serviços, tal como se encontra expresso no diploma acima.

Apesar da relevância social destes serviços, os mesmos não se encontravam em 31 de dezembro de 2011 contratualizados. Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, a vigorar pelo prazo de 3 anos, através do qual são definidas as condições de prestação por parte da Empresa, dos serviços públicos do transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do rio Tejo na Área Metropolitana de Lisboa.

Neste contrato encontram-se definidas as obrigações de prestação de serviços da Empresa bem como a compensação devida pelo seu cumprimento.

Destacam-se nas obrigações do serviço público a prestar:

- Assegurar a oferta do número de circulações definido no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Encontram-se, igualmente, contratualizadas as regras de determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações, bem como o mecanismo de correção caso o número de passageiros transportados se revele superior ou inferior ao número de passageiros previsional, determinado pelo contrato (Nota 31).

Os apoios financeiros do Estado Português concedem uma cobertura financeira vital à política de investimentos em ativos fixos tangíveis do Grupo (sob a forma de subsídios ao investimento com origem em fundos comunitários FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e fundos estatais PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento), sendo a parte remanescente assegurada pelo endividamento bancário. Para as operações de consolidação desse endividamento é solicitado o aval do Estado.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda e tratando-se também da moeda do seu ambiente económico.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2013. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas na União Europeia. Neste documento tais normas passam a ser designadas por IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras separadas a Transtejo seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração dos instrumentos financeiros derivados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Transtejo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras separadas são apresentadas na Nota 5.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos Conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: • IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; • IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	1-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.

Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	1-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para venda.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	1-Jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 – Activos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a activos regulados.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 – Acordos Conjuntos	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Activos Intangíveis	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis e IAS 40 – Agricultura	Estas emendas vêm estabelecer que os activos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como activos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de activos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da excepção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adoptadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

3.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação.

Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

4.2. Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo).

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transações e os saldos entre as empresas consolidadas são eliminados no processo de consolidação, bem como os dividendos distribuídos.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 8.

4.3. Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

4.4. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Ganhos ou perdas cambiais relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Juros e gastos similares" ou "Juros e outros rendimentos similares". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral como "Outros gastos e perdas" ou "Outros rendimentos e ganhos".

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2014	2013
USD	1,2141	1,3791
GBP	0,7789	0,8337

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013.

4.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" à data de transição para as IFRS, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam padrões de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main item* (componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navios e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, elegíveis são reconhecidas no custo do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa e, caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incorridos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 22 anos
Embarcações	Entre 16 a 22 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 12 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 a 12 anos

As embarcações do Grupo encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficarem na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver Nota 4.7).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração do rendimento integral.

Um ativo fixo tangível deixa de ser depreciado quando passe a ser classificado como um ativo não corrente detido para venda, conforme previsto na IFRS 5, 'Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas', embora passe a ser registado ao menor do valor de mercado (deduzido de custos para vender) ou valor líquido contabilístico.

4.6. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do Custo, conforme definido pela IAS 38 – 'Ativos Intangíveis', que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira consolidada do Grupo referem-se a software informático (licenças e sistema de bilhética), os quais são amortizados segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

4.7. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecidos ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o valor de uso. O justo valor do ativo deduzido dos custos de venda corresponde ao montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre partes independentes e conhecedoras deduzido dos custos diretamente associados à transação. O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização ou depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.8. Ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda

Os ativos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como ativos detidos para venda quando o seu valor contabilístico se destina a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda em vez do uso continuado e a venda é considerada altamente provável.

Estes ativos são mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, na data da classificação como detido para venda. Os ativos com vida útil definida deixam de ser depreciados/amortizados desde a data da classificação como detido para venda, até à data da venda.

4.9. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

ii) Contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Contas a receber são classificadas na demonstração da posição financeira consolidada como "Clientes" (Nota 15) e "Outras contas a receber" (Nota 17), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.10. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações'.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A Transtejo aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Transtejo. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

4.11. Instrumentos financeiros derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa referem-se a instrumentos de cobertura de taxa de juro de financiamentos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

O Grupo classifica os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, quando se verifiquem as seguintes condições:

- Estima-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia de cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo custo, caso exista algum, sendo subsequentemente mensurados ao justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliações tendo por base métodos geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, ou deixa de se qualificar como instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento deixa de se qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas em capital próprio, na rubrica "Reservas de cobertura" são transferidas para resultados líquidos do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem. A mensuração subsequente do instrumento financeiro de negociação é registada diretamente na rubrica da demonstração consolidada do rendimento integral.

4.12. Inventários

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobresselentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção às embarcações.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização.

4.13. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" são reconhecidas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração consolidada do rendimento integral, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

4.14. Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo. A caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa, dado que apresentam caraterísticas de financiamento, pelo que são refletidos como atividade de financiamento.

4.15. Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.16. Passivos financeiros

A IAS 39 – 'Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração' prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

ii) Outros passivos financeiros.

Os "Outros passivos financeiros" incluem os "Financiamentos obtidos" (Nota 23), "Fornecedores" (Nota 27) e "Outras contas a pagar" (Nota 28). Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

4.17. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

4.18. Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários e juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos:
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Encargos financeiros associados a locações financeiras, reconhecidos em conformidade com a IAS 17, 'Locações';
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

4.19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira consolidada, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras separadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data da Demonstração da posição financeira consolidada, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece impostos diferidos devido à incerteza quanto à sua efetiva tributação ou dedução futura, dados os prejuízos fiscais gerados historicamente em cada período e não se perspetiva que tal situação venha a ser alterada no futuro.

4.20. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: o Grupo detenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores e apenas são reconhecidas quando o plano de reestruturação é comunicado aos interessados e colaboradores em geral. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para pagar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 40).

4.21. Subsídios e apoios do Governo

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são reconhecidos inicialmente na rubrica de passivo "Outros passivos", sendo subsequentemente creditados na demonstração consolidada do rendimento integral separada numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração do rendimento integral separada, no mesmo exercício em que os gastos associados são incorridos e registados (contrapartidas das obrigações assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente foram reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis à taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto, o valor do subsídio a amortizar pelo período da vida útil do financiamento.

4.22. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 23). Os custos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

4.23. Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e os montantes são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

A rubrica de "Outras contas a pagar" não corrente é valorizada ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

4.24. Especialização de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.25. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se essencialmente à prestação de serviços de transporte fluvial a passageiros e viaturas. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) Venda de bilhetes nas estações;

ii) Venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa), ou passes combinados com outros operadores de transportes (ex.: CP, ML e TST)

Quanto ao reconhecimento dos diferentes réditos, respetivamente:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;

ii) O rédito da venda de passes exclusivos (Transtejo / Soflusa) é reconhecido no mês a que respeita a venda/ carregamento do título de transporte. Já o rédito da venda de passes combinados é reconhecido após a repartição da receita mensal, efetuada pelo IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, de acordo com as quotas fixadas para os diversos operadores de transportes da área da Grande Lisboa. Esta entidade é responsável pela regulação do sector dos transportes, sendo responsável pela definição das tarifas, ou seja, definições dos serviços de transporte praticados pelo Grupo.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando: i) o serviço de transporte é prestado; ii) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração consolidada do rendimento integral no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do exercício (pro-rata no caso dos passes mensais).

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

4.26. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 - 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, os subsídios à exploração e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa classificados nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de financiamentos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas.

Os fluxos de caixa relativos às atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos fixos tangíveis, e ainda a remuneração de equivalentes de caixa e o pagamento dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

4.27. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira consolidada que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. No caso de se verificarem eventos após a data de fecho, que correspondam a transações do exercício seguinte mas que sejam significativos, estes devem ser divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

4.28. Segmentos operacionais

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

5 Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1 Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: i) riscos de mercado (ex.: risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro); ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a análise da evolução dos mercados efetuada em consonância com tais políticas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que o Grupo enfrenta, para definir limites de risco e os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção Financeira com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção Financeira identifica, avalia e remete à aprovação pelo Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

5.1.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

b) Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Empréstimo obrigacionista emitido com taxa variável expõe o Grupo ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações nas taxas de juro do mercado.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado. Como medida de contenção dos efeitos provocados por oscilações das taxas de juro no mercado, o Grupo contratou duas operações de cobertura dos riscos de taxa de juro. Uma assume a natureza de *swap* de taxa de juro, tendo sido contratada junto do BPI, sendo que a segunda corresponde a um *collar* de taxa de juro, contratada junto do Barclays Bank, que terminou em 2013. Estas operações permitem ao Grupo reduzir os impactos financeiros de eventuais oscilações da taxa de juro dos financiamentos negociados.

O Grupo efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Transtejo calcula o impacto em custos e proveitos derivado de flutuações da taxa de juro. O Grupo possui a 31 de dezembro de 2014 empréstimos obrigacionistas emitidos e instrumentos financeiros derivados (*swaps* e *collar* de taxa de juro) no valor de 176.289.321,68 Euros (177.057.690,63 Euros em 31 de dezembro de 2013), contraídos junto da Banca Nacional e Internacional, os quais são remunerados a uma taxa variável Euribor de 1 a 3 meses, acrescida de *spreads* que podem atingir um teto de 800 pontos base (8,00%).

Análise da sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo, subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013.

31 de dezembro de 2014:

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2014, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.776.165,89 Euros.

31 de dezembro de 2013:

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2013, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 1.654.322,86 Euros.

5.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo existe para os saldos a receber de Outros devedores, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebido antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores a receber/ a pagar mensais são monitorizados pelo regulador dos transportes o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

5.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira, que tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O Grupo pretende assim garantir a disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como o recurso a diversas instituições financeiras e métodos de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber, e pela manutenção de linhas de crédito acordadas entre o Grupo e as suas entidades bancárias financiadoras.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais:

31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obtido	-	19.770.833,33	106.837.344,67
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00
Derivados de Cobertura Passivos	-	2.664.321,68	-
Outros passivos não correntes	-	-	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Fornecedores	1.360.603,93	-	-
Outras contas a pagar	2.704.451,90	-	-
Outros passivos correntes	6.800.291,99	-	-
	10.865.347,82	22.435.155,01	161.837.344,67

31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos não correntes			
Empréstimo Obtido	-	-	118.625.000,00
Empréstimo Obrigacionista	-	-	55.000.000,00
Derivados de Cobertura Passivos	-	3.432.690,63	-
Outros passivos não correntes	-	11.002.601,63	-
Financiamento obtidos correntes			
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Fornecedores	3.870.510,87	-	-
Outras contas a pagar	1.895.138,14	-	-
Outros passivos correntes	3.632.649,86	-	-
	9.398.298,87	14.435.292,26	173.625.000,00

5.2 Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital equilibrada, através de uma utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iii) as necessidades de financiamento da exploração.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes:

6.1 Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 22).

6.2 Depreciações

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração consolidada do rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

6.3 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras consolidadas, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

6.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

6.5 Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, sendo essa a realidade de alguns ativos e passivos financeiros do Grupo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, como sejam derivados e ativos disponíveis para venda. Os modelos de valorização mais usuais são modelos de fluxos de caixa descontados, os quais incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo aplica a valorização que lhe é disponibilizada por entidades bancárias, suportando-se em pressupostos de acordo com as características das naturezas dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2014.

7 Segmentos operacionais

O Grupo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente o Grupo não preparou informação financeira específica para reporte.

8 Empresas do Grupo incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

		Percentagem efectiva do capital	
Denominação social	Sede	2014	2013
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	
Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00	100,00

Estas entidades foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, com base no estabelecido no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (possa exercer, ou exerça efetivamente, influência dominante ou controlo).

9 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	2014								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	26.975.061,17	135.084.801,29	260.398,65	209.553,91	1.183.258,04	976.501,95	90.795,00	164.825.366,80
Adições	-	860.668,51	286.737,56	-	-	8.711,53	9.465,12	171.678,00	1.337.260,72
Alienações	-	(11.734.514,80)	(4.955.069,18)	-	(598,56)	-	(41.489,35)	-	(16.731.671,89)
Transferências	-	-	241.060,00	-	-	-		(241.060,00)	-
Abates	-	-	-	-	-	(6.531,17)	-	(21.413,00)	(27.944,17)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	44.996,79	16.101.214,88	130.657.529,67	260.398,65	208.955,35	1.185.438,40	944.477,72	-	149.403.011,46
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	7.433.447,53	95.110.228,05	230.211,15	206.629,95	1.149.482,21	913.719,62	-	105.043.718,51
Depreciação do exercício (Nota 37)	-	401.621,13	4.865.603,08	10.062,50	1.092,10	18.862,54	12.476,11	-	5.309.717,46
Depreciação - Alienações	-	(1.075.586,45)	(4.955.069,18)	-	(598,56)	(6.531,17)	(38.678,25)	-	(6.076.463,61)
Depreciação - Transf. E Abates	-	-	-	-	-			-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	7.433.447,53	95.110.228,05	230.211,15	206.629,95	1.149.482,21	913.719,62	-	104.276.972,36
	44.996,79	8.667.767,35	35.547.301,62	30.187,50	2.325,40	35.956,19	30.758,10	-	45.126.039,10

A rubrica de Equipamento básico a 31 de dezembro de 2014 compreende, essencialmente, embarcações de transporte fluvial de passageiros no montante líquido de 34.940.871,41 Euros (38.316.277,67 Euros a 31 de dezembro de 2013).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	2013								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO									
Saldo inicial	44.996,79	26.975.061,17	134.655.626,54	319.609,59	209.371,91	1.165.706,73	931.525,16	132.886,22	164.434.784,11
Adições	-	-	-	40.250,00	182,00	18.254,85	44.976,79	396.919,18	500.582,82
Alienações	-	-	(9.835,65)	(99.460,94)	-	-	-	-	(109.296,59)
Transferências	-	-	439.010,40	-	-	-	-	(439.010,40)	-
Abates	-	-	-	-	-	(703,54)	-	-	(703,54)
Saldo final	44.996,79	26.975.061,17	135.084.801,29	260.398,65	209.553,91	1.183.258,04	976.501,95	90.795,00	164.825.366,80
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS									
Saldo inicial	-	6.785.137,72	89.253.220,68	315.623,37	205.524,21	1.129.177,46	855.586,44	-	98.544.269,88
Depreciação do exercício (Nota 37)	-	648.309,81	5.866.843,02	14.048,72	1.105,74	21.008,29	58.133,18	-	6.609.448,76
Depreciação - Alienações	-	-	(9.835,65)	(99.460,94)	-	-	-	-	(109.296,59)
Depreciação - Transf. E Abates	-	-	-	-	-	(703,54)	-	-	(703,54)
Saldo final	-	7.433.447,53	95.110.228,05	230.211,15	206.629,95	1.149.482,21	913.719,62	-	105.043.718,51
	44.996,79	19.541.613,64	39.974.573,24	30.187,50	2.923,96	33.775,83	62.782,33	90.795,00	59.781.648,29

Adições

No exercício de 2014, o montante total de 1.337.260,72 Euros (500.582,82 Euros em 2013), da rubrica de ativos fixos tangíveis refere-se, essencialmente, à rubrica de edifícios e outras construções (860.668,51 euros), aos recondicionamentos efetuados nas embarcações, no montante de 247.589,56 Euros, equipamentos básicos, equipamento administrativos, outras modificações e ativos fixos em curso referentes à adaptação de pontões e passadiços a ferries na carreira de Belém, Porto Brandão e Trafaria.

Alienações

As alienações na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" reconhecidas durante o exercício de 2014, ascendem a 16.731.671,89€, e respeitam essencialmente, à alienação de armazém (6.503,37€), e edifício interface do cais do Sodré (11.728.011,43€), navio Bica, navio Marvila e navio Trafaria-Praia (4.832.029,86€),acessórios e utensílios de navegação (122.786,85€), máquinas e acessórios (252,47€), ferramentas e utensílios (598,56€) e outros ativos tangíveis (41.489,35€).

Ativos fixos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

Descrição	2014	2013
Projeto construção novos cacilheiros	-	21.413,00
Projeto de adaptação Trafaria e Porto Brandão	-	69.382,00
	-	90.795,00

10 Ativos intangíveis

O valor dos Ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades (ERP Empresa e licenças). A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2014				2013		
	Software	Activos intangíveis em curso	Total		Software	Activos intangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO				**ACTIVO BRUTO**			
Saldo inicial	724.982,40	20.992,00	745.974,40	Saldo inicial	724.982,40	-	724.982,40
Adições	-	2.800,00	2.800,00	Adições	-	20.992,00	20.992,00
Transferências e abates	-	-	-	Transferências e abates	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	Reclassificações	-	-	-
Saldo final	724.982,40	23.792,00	748.774,40	Saldo final	724.982,40	20.992,00	745.974,40
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				**AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS**			
Saldo inicial	690.400,82		690.400,82	Saldo inicial	516.604,79	-	516.604,79
Depreciações (Nota 37)	34.581,58	-	34.581,58	Depreciações (Nota 37)	173.796,03	-	173.796,03
Transferências e abates	-	-	-	Transferências e abates	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	Reclassificações	-	-	-
Saldo final	724.982,40	-	724.982,40	Saldo final	690.400,82	-	690.400,82
	-	23.792,00	23.792,00		34.581,58	20.992,00	55.573,58

O aumento registado em 2014 e 2013 na rubrica de Intangíveis em curso diz respeito à implementação de um novo software de logística pela "Glose – Global System Engennering, Lda.", este investimento ascendeu a 2.800,00 € e 20.992,00 €, respetivamente.

11 Interesses em empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os movimentos da rubrica de "Interesses em empreendimentos conjuntos" foram os seguintes:

	2014	2013
1 de janeiro	**82.833,15**	**68.547,44**
Movimentos do Exercício	28.571,42	14.285,71
31 de dezembro	**111.404,57**	**82.833,15**

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos, as suas respetivas sedes sociais, a proporção do capital detido e o valor de balanço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

		Percentagem efectiva de capital		Valor de balanço	Valor de balanço
Denominação social	Sede	2014	2013	31.12.2014	31.12.2013
Interesses em empreendimentos conjuntos					
Otlis, ACE.	Lisboa	14,29%	14,29%	111.404,57	82.833,15
				111.404,57	82.833,15

A "Otlis, A.C.E." é responsável pela coordenação dos projetos de bilhética sem-contato dos operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa.

12 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2014	Créditos e valores a receber	Ativos disponíveis para venda	Passivos ao justo valor de cobertura	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.437.681,25	-	-	-	-	1.437.681,25
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	189.598,57	-	-	-	-	189.598,57
Outras contas a receber	1.430.015,43	-	-	-	-	1.430.015,43
Outros ativos correntes	-	-	-	-	676.612,47	676.612,47
Total ativos financeiros	3.057.295,25	531,96	-	-	676.612,47	3.734.439,68
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	(182.057.391,69)	-	(182.057.391,69)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(2.664.321,68)	-	-	(2.664.321,68)
Fornecedores	-	-	-	(1.360.603,93)	-	(1.360.603,93)
Outras contas a pagar	-	-	-	(2.704.451,90)	(372.952,05)	(3.077.403,95)
Outros passivos	-	-	-	(1.521.078,37)	(26.711.253,43)	(28.232.331,80)
Total passivos financeiros	**-**	**-**	**(2.664.321,68)**	**(187.643.525,89)**	**(27.084.205,48)**	**(217.392.053,05)**

2013	Créditos e valores a receber	Ativos disponíveis para venda	Passivos ao justo valor de cobertura	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.654.402,87	-	-	-	-	1.654.402,87
Outros ativos financeiros	-	531,96	-	-	-	531,96
Clientes	365.171,28	-	-	-	-	365.171,28
Outras contas a receber	2.142.927,61	-	-	-	-	2.142.927,61
Outros ativos correntes	-	-	-	-	962.576,03	962.576,03
Total ativos financeiros	4.162.501,76	531,96	-	-	962.576,03	5.125.609,75
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	-	(174.511.422,33)	-	(174.511.422,33)
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(3.432.690,63)	-	-	(3.432.690,63)
Fornecedores	-	-	-	(3.870.510,87)	-	(3.870.510,87)
Outras contas a pagar	-	-	-	(12.897.739,77)	(378.778,20)	(13.276.517,97)
Outros passivos	-	-	-	(2.252.603,30)	(40.263.901,68)	(42.516.504,98)
Total passivos financeiros	**-**	**-**	**(3.432.690,63)**	**(193.532.276,27)**	**(40.642.679,88)**	**(237.607.646,78)**

13 Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de "Outros ativos financeiros" detalha-se como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de capital 2014	Percentagem efetiva de capital 2013	Valor de balanço 31.12.2014	Valor de balanço 31.12.2013
Outros activos financeiros					
Comundo - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.	Lisboa	0,00%	0,00%	35,91	35,91
Obrigações do Tesouro	-	-	-	496,05	496,05
				531,96	531,96

Quer a participação na Comundo, quer as Obrigações do Tesouro, são ativos financeiros sem relevância, herdados em 1975, das empresas cuja nacionalização esteve na origem da constituição da Transtejo.

14 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Nota	2014	2013
Combustíveis		195.443,40	238.132,91
Lubrificantes		29.433,32	47.085,28
Materiais de consumo		25.920,95	27.969,85
Bilhetes		28.669,34	26.581,49
Sobressalentes		1.377.199,46	1.287.014,75
Materiais para reparação		123.520,80	122.923,14
Materiais em trânsito		-	107.833,10
Subtotal	32	1.780.187,27	1.857.540,52
Imparidade de inventários		(669.842,96)	(388.661,67)
Total de inventários		1.110.344,31	1.468.878,85

O saldo da rubrica de "Inventários" compreende combustíveis e lubrificantes a consumir pelas embarcações fluviais, assim como itens sobresselentes e artigos de reparação para consumo próprio, utilizados em intervenções de manutenção periódicas e/ou pontuais.

O custo dos Inventários reconhecidos, em 2014, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 7.956.049,61 Euros (8.826.334,18 Euros em 31 de dezembro de 2013) (Nota 32).

Imparidade de inventários

	2014	2013
A 1 de janeiro	**388.661,67**	**465.056,16**
Aumentos	295.371,00	-
Utilizações	-	-
Reduções	(14.189,71)	(76.394,49)
A 31 de dezembro	**669.842,96**	**388.661,67**

15 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de "Clientes", é como se segue:

	2014	2013
Clientes, conta corrente	244.098,33	419.671,04
Clientes de cobrança duvidosa	183.082,09	183.082,09
	427.180,42	602.753,13
Perdas por imparidade	(237.581,85)	(237.581,85)
	189.598,57	365.171,28

Na rubrica "Clientes, conta corrente" encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

Imparidade de clientes

	2014	2013
A 1 de Janeiro	237.581,85	183.082,09
Aumentos		54.499,76
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**237.581,85**	**237.581,85**

A dívida ajustada em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 respeita ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização à Soflusa se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.082,09 Euros), pela cedência do direito de utilizar as infraestruturas da Transtejo para atracação permanentemente de embarcações por parte da Turisbuilding, SA (30.302,16 Euros) e pelo protocolo celebrado entre a Transtejo e a João Lagos Sport, SA, no âmbito do evento Regata Volvo Race 2011-2012 (24.197,60 Euros).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade, é como segue para os exercícios apresentados:

Clientes, conta corrente	2014	2013
0 a 180 dias	141.975,24	302.258,32
+180 dias	47.623,33	245.995,05
	189.598,57	548.253,37

As contas a receber a mais de 180 dias em 31 de dezembro de 2014 referem-se, essencialmente, à CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (1.546,00 euros), Transportes Colectivos do Barreiro (7.365,72 euros), Navalria (1.290,98 euros), Amsea, Lda. (2.175,00 euros), Fatima Katir (4.469,02 euros) e Ilídio Alberto (3.911,95 euros).

16 Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC tem a seguinte composição:

	2014	2013
Imposto a recuperar	67.719,35	43.997,85
Imposto a pagar	(17.759,15)	(18.085,52)
Total	49.960,20	25.912,33
Estimativa de imposto a pagar	(17.759,15)	(18.085,52)
Retenções na fonte de terceiros	67.719,35	43.997,85
	49.960,20	25.912,33

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2014	2013
Imposto corrente	(17.759,15)	(18.085,52)
	(17.759,15)	(18.085,52)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2014	2013	Ano limite de utilização
Gerados no exercício de 2014	-		2026
Gerados no exercício de 2013	19.613.876,66	19.613.876,66	2025
Gerados no exercício de 2012	22.418.058,67	22.418.058,67	2024
Gerados no exercício de 2011	19.983.372,88	19.983.372,88	2023
Gerados no exercício de 2010	12.830.304,96	12.830.304,96	2022
Gerados no exercício de 2009	16.238.904,75	16.238.904,75	2021
Gerados no exercício de 2008		15.796.940,38	2020
	91.084.517,92	106.881.458,30	

O Grupo não reconhece ativos impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

O Grupo encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 23% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 24,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um tributável entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e 7% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 euros. Em Resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 – B/2014 de 31 de Dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC, fixando a partir de 2015 inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, o art.º 52 do Código do IRC que vem limitar a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável e a extensão para 12 anos do período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2014 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 91.084.517,92 € Milhões € (2013: 106,9 Milhões €). A Empresa não reconhece os impostos diferidos ativos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

		2014	2013
Resultado antes de impostos		(5.883.246,63)	(19.902.638,84)
Diferenças permanentes / temporárias		5.883.246,63	288.762,18
Diferenças temporárias		-	-
Resultado tributável / (Prejuízo fiscal)		-	(19.613.876,66)
Prejuízos fiscais não reconhecidos		-	(19.613.876,66)
Taxa de imposto		24,5%	26,5%
Colecta	(I)	-	-
Imposto corrente:			
Tributações autónomas		17.759,15	18.085,52
Excesso/(insuficiência) na estimativa do exercício anterior		-	-
	(II)	17.759,15	18.085,52
Imposto sobre o rendimento do exercício	(I+II)	17.759,15	18.085,52

17 Outras contas a receber e estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

		2014	2013
Outros devedores	i)	1.238.669,84	2.763.245,73
Pessoal	iii)	40.558,29	36.306,16
Outros		80,00	-
		1.279.308,13	2.799.551,89
Perdas por imparidade		(299.005,31)	(1.297.951,26)
		980.302,82	1.501.600,63

i) Outros devedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

		2014			2013		
		Valor bruto	Imparidade	Total	Valor bruto	Imparidade	Total
Subsídio / Metro - FEDER	a)	-	-	-	1.082.306,54	-	1.082.306,54
Metropolitano de Lisboa, EPE	b)	-	-	-	1.008.968,56	(998.945,95)	10.022,61
Actual	c)	216.275,83	(216.275,83)	-	216.275,83	(216.275,83)	-
Honorários advogados	d)	-	-	-	200.000,00	-	200.000,00
Gisparques	e)	40.540,07	-	40.540,07	35.467,51	-	35.467,51
Caistejo	f)	61.904,48	(61.904,48)	-	61.904,48	(61.904,48)	-
Manuel Rui Azinhais Nabeiro	g)	20.825,00	(20.825,00)	-	20.825,00	(20.825,00)	-
Outros	h)	899.124,46	-	899.124,46	137.497,81	-	137.497,81
		1.238.669,84	(299.005,31)	939.664,53	2.763.245,73	(1.297.951,26)	1.465.294,47

a) Com a celebração do protocolo entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa em 2009 (transmissão da responsabilidade técnica pelo Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente) foi transmitido à Transtejo o reconhecimento ao direito a receber um subsídio comunitário no montante de 1.082.306,54 Euros, este subsídio foi anulado no âmbito do protocolo entre o Estado português, Transtejo e Metro em 2014.

b) Este saldo refere-se a transações realizadas entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa. O valor mais significativo refere-se à re-faturação dos encargos com beneficiações de pontões, a título de comparticipação, após um incidente com as obras do Terreiro do Paço que remonta a dezembro de 2001. Em 2014, esta situação foi regularizado no âmbito do acordo de regularização de saldos entre o metropolitano e a transtejo.

c) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração nas instalações do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, sendo que o Grupo registou uma perda de imparidade para o saldo referente ao período entre outubro de 2005 e finais de 2007, pela fraca expetativa de realização, atendendo ao provável desfecho do processo judicial em curso relativo a este processo (Nota 22).

d) Este saldo respeitava a adiantamentos realizados à Sociedade de Advogados que acompanha processos da subsidiária Soflusa que foram regularizados em 2014.

e) Este valor refere-se a rendas dos parques de estacionamento nos terminais do Grupo, concessionados à Gisparques.

f) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, sendo que a Transtejo registou uma perda por imparidade pela totalidade do saldo. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com a concessionária.

g) Foi constituída em anos anteriores uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a um débito datado de 2005, relacionado com a comercialização, pelo concessionário Actual em regime de exclusividade dos cafés marca DELTA.

h) Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, protocolo da Navalria (400.000,00) e penhoras de várias instituições bancárias (374.910,95 euros) no âmbito do processo jurídico da Actual.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a antiguidade da totalidade dos saldos a receber de outros devedores detalha-se como segue:

Outros devedores	31.12.2014	31.12.2013
0 a 180 dias	914.263,32	344.444,05
+180 dias	324.406,52	2.418.801,68
	1.238.669,84	2.763.245,73

ii) Pessoal

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a aguardar posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31.12.2014	31.12.2013
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC		
Pagamento Especial por Conta	17.376,33	19.607,70
Retenções na fonte		-
Retenção na fonte de rendimentos - IRS		-
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	432.416,28	621.608,88
Imposto a Recuperar		-
	449.792,61	641.216,58
Saldos credores:		
Retenção na fonte de rendimentos - IRS	132.271,84	136.635,28
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	-	-
Contribuições para a Segurança Social	240.200,21	241.912,52
Outros	480,00	230,40
	372.952,05	378.778,20

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e da sua subsidiária dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de IVA a receber no montante de 432.416,28 Euros, compreende o pedido de reembolso do mês de novembro de 2014, no montante de 150.000,00 Euros, valor que ainda não foi recebido e o pedido de reembolso do mês de dezembro de 2014 no montante de 100.000,00 Euros, o qual foi liquidado pelas autoridades fiscais a 3 de março 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor de IVA a receber no montante de 621.608,88 Euros, compreende o pedido de reembolso do mês de outubro de 2013, no montante de 350.000,00 Euros, não tendo sido, até à data, recebido qualquer montante.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (encargos sociais colaboradores), e ainda retenções de impostos sobre o rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

18 Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o Grupo tem registado na rubrica de "Outros ativos correntes" os seguintes saldos:

		31.12.2014	31.12.2013
Indemnizações a receber de seguradoras	i)	165.097,93	260.139,06
Juros a receber		-	-
Direcção-Geral do Tesouro	ii)	109.496,76	136.113,92
Indemnizações compensatórias - Estado	iii)	-	102.000,62
Refer Património, S.A.		-	-
Operações repartição		239,13	17.111,79
Outros activos correntes		311.597,99	343.411,07
Acréscimos de proveitos		586.431,81	858.776,46
Turismo - Artigos para venda	iv)	28.587,79	28.580,91
Outros		61.592,87	75.218,66
Gastos diferidos		90.180,66	103.799,57
		676.612,47	962.576,03

Em acréscimos de rendimentos e gastos diferidos encontram-se essencialmente:

i) Especializações de regularizações e indemnizações de sinistros a receber, em consequência de acidentes e sinistros ocorridos com a frota dos navios do Grupo (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Império – Bonança);

ii) Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o Grupo possuía um valor a receber do Estado referente a indemnizações da compensação dos passes 4_18, sub23 e Social +;

iii) Ajustamento do valor referente às indemnizações compensatórias excedentes, nos termos previstos no nº8 da cláusula nº4 do Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrado em 21 de setembro de 2012, face ao número de passageiros transportados (Nota 31).

iv) Este saldo refere-se essencialmente a bens para posterior venda na atividade de turismo.

Os outros gastos diferidos referem-se a pagamentos de serviços contratados e ainda não prestados.

19 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2014	2013
Caixa	120.670,16	120.135,34
Depósitos bancários	1.317.011,09	1.534.267,53
Caixa e seus equivalentes	1.437.681,25	1.654.402,87

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração consolidada de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Numerário		
- Caixa	120.670,16	120.135,34
	120.670,16	120.135,34
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1.317.011,09	1.534.267,53
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1.317.011,09	1.534.267,53
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total de caixa e seus equivalentes	1.437.681,25	1.654.402,87
Outros depósitos	374.910,95	-
Total	1.812.592,20	1.654.402,87

Os valores apresentados em Caixa e seus equivalentes no final do período refletem o esforço de liquidação de compromissos efectuados no final de 2014, como medida necessária a salvaguardar a gestão de dotações orçamentais para o exercício de 2015. Da conta Depósitos à ordem foram cativos através de penhora 374.910,95€ no âmbito do processo da Actual, Lda., por ordem do agente de execução.

20 Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 11.367.775 ações e 10.600.000 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Número de acções	Capital Social
2014	11.367.775	56.838.875,00
Capital Social	**11.367.775**	**56.838.875,00**

	Número de acções	Capital Social
2013	10.600.000	53.000.000,00
Capital Social	**10.600.000**	**53.000.000,00**

As ações representativas do capital são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

No decurso de 2014 o acionista efetuou aumentos de capital, suportados por relatório de revisor independente, no montante de 2.448.348,74 € e um aumento de capital por conversão de créditos de juros vencidos relativos ao serviço da dívida contraída junto da DGTF, ao abrigo do Acordo do Terminal do Cais do Sodré, no montante de 1.390.526,26 €.

As seguintes pessoas coletivas detém mais de 20% do capital subscrito e realizado em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

Nome	%	2014	2013
Estado Português - Direcção Geral do Tesouro e Finanças	100,00%	56.838.875,00	53.000.000,00
		56.838.875,00	53.000.000,00

21 Outras reservas e resultados transitados

As rubricas "Outras reservas" e "Resultados transitados" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respetivamente:

	Reserva de Cobertura	Resultados Transitados	Total
1 de janeiro de 2013	**(4.721.752,51)**	**(178.853.442,42)**	**(183.575.194,93)**
Adições	1.289.061,88	(22.616.083,68)	(21.327.021,80)
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de dezembro de 2013	**(3.432.690,63)**	**(201.469.526,10)**	**(204.902.216,73)**
Adições	768.368,95	(19.920.724,36)	(19.152.355,41)
Regularização por resultados	-	-	-
Alienações	-	-	-
31 de dezembro de 2014	**(2.664.321,68)**	**(221.390.250,46)**	**(224.054.572,14)**

Reserva de Cobertura

O saldo da rubrica "Reserva de cobertura" resulta do registo dos instrumentos financeiros derivados conforme Nota 24 – Instrumentos financeiros derivados.

Resultados Transitados

As contas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013, ainda não se encontram aprovadas em Assembleia Geral, devido ao facto de existirem reservas por parte do acionista quanto aos termos do protocolo celebrado no exercício de 2009, entre a Empresa e o Metro, referente ao terminal do Cais do Sodré. O Conselho de Administração da Empresa transferiu os prejuízos destes três exercícios para resultados transitados, conforme a proposta expressa no relatório de gestão desse exercício por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquela proposta de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa encontram-se negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

22 Provisões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a evolução registada na rubrica de "Provisões" é como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	755.750,27	814.623,00
Aumentos	391.035,84	74.000,00
Utilização	(215.000,00)	(76.000,00)
Reduções	(35.000,00)	(56.872,94)
Saldo final	896.786,11	755.750,06

Foram reconhecidos na demonstração do rendimento integral 356.035,84 Euros (17.127,06 Euros em 31 de dezembro de 2013) de dotações e reversões de provisões.

O total das provisões para processos judiciais decompõe-se em 2014 e 2013 como segue:

Descrição		2014	2013
Processos judiciais em curso:			
Actual - Activ. Hotel., Lda. (Nota 17)		700.440,99	435.249,98
Processos - Passageiros		49.000,00	46.500,00
Processos - Outros	a)	147.344,91	274.000,28
		896.785,90	755.750,26

a) Esta rubrica inclui, essencialmente:

(i) Uma provisão no montante de 108.344,83 €, para fazer face as ações intentadas pela Soc-Gestão de Navios e tripulações, Lda (56.873,02) e Sustentâncora - Construção e reparação Naval, Lda (51.471,81 €).

(ii) Uma provisão no montante de 39.000,00 Euros correspondente a processos pendentes com funcionários.

(iii) Em 2014 foram utilizadas as provisões de 200.000€ para fazer face aos honorários profissionais de Advogados, a pagar no âmbito do processo conjunto interposto pela FBM Babcok Marine, Ltd e pela Estaleiros Navais do Mondego, S.A., contra a Soflusa, e contra os estaleiros navais holandeses Damen Shipyards, responsáveis pela construção dos catamarãs da atual frota da Empresa. O processo respeita à participação no concurso de construção dos catamarãs pela FBM e pela Estaleiros Navais do Mondego.

23 Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da rubrica "Financiamentos obtidos", detalha-se como se segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários	19.770.833,33	106.837.344,67	126.608.178,00	-	118.625.000,00	118.625.000,00
Empréstimos obrigacionistas	-	55.000.000,00	55.000.000,00	-	55.000.000,00	55.000.000,00
	19.770.833,33	161.837.344,67	181.608.178,00	-	173.625.000,00	173.625.000,00
Juros a pagar - acréscimo de custo	449.213,69	-	449.213,69	886.422,33	-	886.422,33
	449.213,69	-	449.213,69	886.422,33	-	886.422,33
	20.220.047,02	161.837.344,67	182.057.391,69	886.422,33	173.625.000,00	174.511.422,33

A Transtejo contraiu um empréstimo obrigacionista no valor de 55.000.000,00 €, contratado junto do Depfa Bank a 26 de janeiro de 2007, com uma maturidade de 10 anos que se vence em 1 de Fevereiro de 2017. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a 6 meses com *spread* de 0,02% e tem o aval do Estado Português.

Na sequência da inclusão na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas foi contraído em 2013 um empréstimo de médio e longo prazo, junto do Estado Português, no montante de 126.608.178,00 €, que permitiu fazer face às necessidades de financiamento do exercício e reestrutura a dívida de curto prazo acumulada junto da Banca Comercial.

Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa nominal anual, equivalente ao custo de financiamento da República, a fixar na data de disponibilização de fundos de acordo com a cotação obtida junto do I.G.C.P..

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Os créditos concedidos e os montantes utilizados por cada linha de financiamento são os seguintes:

				31.12.2014		
	Entidade financiadora	Taxa de juro	Spread	Limite	Montante utilizado	Vencimento
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO						
Empréstimos bancários:						
Empréstimo obrigacionista	DEPFA	Euribor a 6 Meses	0,02%	55.000.000,00	55.000.000,00	01.02.2017
	DGTF			126.608.178,00	126.608.178,00	30.11.2020
				181.608.178,00	181.608.178,00	

				31.12.2013		
	Entidade financiadora	Taxa de juro	Spread	Limite	Montante utilizado	Vencimento
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE LONGO PRAZO						
Empréstimos bancários:						
Empréstimo obrigacionista	DEPFA	Euribor a 6 Meses	0,02%	55.000.000,00	55.000.000,00	01.02.2017
	DGTF			118.625.000,00	118.625.000,00	30.11.2020
				173.625.000,00	173.625.000,00	
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS DE CURTO PRAZO E OUTROS EMPRÉSTIMOS						
Contas caucionadas:						
	Montepio	Euribor 90 dias	4,75%	1.220.000,00	-	6 meses renovável
				1.220.000,00	-	

O valor apresentado na Demonstração da posição financeira consolidada no montante de 182.057.391,69 Euros inclui 449.213,69 Euros relativo a juros especializados (886.422,33 Euros em 31 de dezembro de 2013).

Na sequência da inclusão na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas foi contraído empréstimo de médio e longo prazo, junto do Estado Português, no montante de 126.608.178,00 €, que permitiu fazer face às necessidades de financiamento do exercício e reestrutura a dívida de curto prazo acumulada junto da Banca Comercial.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

24 Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados negociados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31.12.2014		31.12.2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Swap taxa de juro – não corrente	-	2.664.321,68	-	3.432.690,63
Swap taxa de juro – corrente	-	-	-	-
	-	2.664.321,68	-	3.432.690,63

Em 31 de dezembro de 2012, a Transtejo tinha os seguintes dois contratos de cobertura de risco de taxa de juro com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de euros.

Até 31 de dezembro de 2009, a Transtejo tinha contratado 2 contratos "swap" de taxa de juro, ambos com o objetivo de reduzir o risco de taxa de juro a que se encontra exposta relativamente ao empréstimo obrigacionista no montante de 55 milhões de Euros, tendo no decurso do exercício de 2010 contratado um "collar", o qual foi integrado na cobertura existente até então. É entendimento da Administração que todos os instrumentos financeiros derivados contratados desde 2009 são de cobertura, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

Em fevereiro de 2013 terminou a vigência de um desses contratos, no montante de 27,5 milhões de euros.

O empréstimo obrigacionista foi celebrado a 26 de janeiro de 2007, com vencimento em 2017, tendo as obrigações sido emitidas em 1 de Fevereiro de 2007. As obrigações foram tomadas firme pelo Depfa ACS e encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

Através do despacho nº 1478/ 2007 de 29 de dezembro de 2006 publicado no Diário da República – 2ª Série – Nº 22 de 31 de janeiro de 2007, foi concedida a garantia do Estado Português. As condições do empréstimo constam da ficha técnica anexa ao referido documento.

Informação detalhada das características e valor do "*swap*" e do "*collar*" contratados:

Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 31.12.2014	Justo valor em 31.12.2013
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2017. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros EUR_6M. Paga juros a 4,768%	(2.664.321,68)	(3.432.690,63)
27.500.000	Períodos de contagem de juro: 1 de fevereiro e 1 de agosto, com vencimento em 1 de fevereiro de 2013. Pagamento semestral de juros	Transtejo recebe juros a 4,25%. Se EUR_6M superior a 3,75% ou inferior a 2,75% a taxa a pagar será 3,75% e 2,75%, respectivamente. Caso a EUR_6M se encontrar entre 2,75% e 3,75% a taxa a pagar será EUR_6M	-	-
		Saldo credor	(2.664.321,68)	(3.432.690,63)

O justo valor dos derivados foi registado em "Instrumentos financeiros derivados" em Passivo não corrente, por contrapartida de "Reservas de cobertura", rubrica de "Capital Próprio".

O justo valor deste instrumento foi determinado por entidades bancárias suportando-se em pressupostos de acordo com as características dos instrumentos financeiros contratados e com base na curva do mercado monetário (Euribor) até 1 ano, exclusive, e a curva dos *swaps* e *collar* de taxa de juro, a partir de 1 ano, inclusive, do dia 31 de dezembro de 2014.

No que se refere à classificação dos derivados negociados como cobertura a Transtejo efetuou os testes de eficácia (prospetivos e retrospetivos) para os *swaps* e *colar* de taxa de juro, não tendo sido apurada qualquer ineficácia. Relativamente aos testes retrospetivos efetuados com referência a 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, com base no *Dollar Offset Method*, foi observada uma eficácia de 100% em ambas as datas.

25 Outras contas a pagar não correntes

O saldo de Outras contas a pagar não correntes no final de 2014 é nulo. Em 2013 o saldo registado nesta conta, no valor de 11.002.601,63€, referia-se ao montante não corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. por conta da transferência do Terminal Fluvial do Cais do Sodré para a Transtejo. Em 2014 este valor foi regularizado no âmbito da celebração do protocolo entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa E.P.E e Transtejo, em que o mesmo transfere para o Estado a responsabilidade pela realização do investimento da construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré no montante de 13.575.239,56€ e pela amortização dos créditos que o Estado detém sobre o Metropolitano e este transfere para o Estado os créditos que detém sobre a Transtejo no montante de 12.184.713.30€, correspondentes a 11.002.601.63 do valor inicial do terminal mais 860.668.51 da beneficiação adicional do mesmo e de 321.443.16€ de juros.

26 Outros passivos não correntes

O detalhe de Outros passivos não correntes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Subsídios ao investimento	26.711.253,43	35.050.587,89
Outros passivos não correntes	26.711.253,43	35.050.587,89

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, na rubrica "Subsídios ao investimento" estão registados os valores recebidos a título de comparticipação do valor de aquisição das novas embarcações, beneficiações de terminais e modernização do sistema de bilhética. Os subsídios foram atribuídos pelo FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido no exercício de 2014 ascende a 2.818.682,74 Euros e encontra-se registado na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 35).

Os subsídios são amortizados proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados, correspondendo o saldo desta rubrica à quota-parte que será amortizada para além do período de 12 meses. O valor a ser reconhecido ascendeu a 1.282.699,21€ e encontra-se registado na rubrica "Outros passivos correntes" (Nota 30). A diminuição dos subsídios ao investimento resulta da amortização dos subsídios associados ao terminal fluvial do Cais do Sodré na sua quase totalidade por força do protocolo realizado ente o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E e Transtejo que assume o Investimento na construção do Terminal Fluvial do cais do Sodré, assim como as dívidas da Transtejo para com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., acréscimos de gastos para rendas da Transtejo (3.623.123,44€ valor inicial), Soflusa (1.044.680,00€ valor inicial) que tinham sido reconhecidos até 2009 e que foram anuladas por contrapartida de subsídios ao investimento (Nota 36) que estavam a ser depreciados em função da vida útil do Interface no Cais do Sodré e Pontões e o subsídio PIDDAC (3.237.001,00€:2014) como compensação ao Investimento no Interface do Cais do Sodré.

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2014 no valor total dos subsídios encontram-se detalhados como se segue:

	2014	2013
Saldo inicial	38.339.519,96	41.191.451,03
Adições do exercício	437.500,00	437.001,00
Rendimentos reconhecidos no exercício (Nota 37)	(2.818.682,74)	(3.288.932,07)
Anulações do exercício (nota 17)	(1.082.306,54)	-
Reconhecimento no exercício (Nota 35)	(5.123.141,62)	-
Saldo final de subsídios a reconhecer	29.752.889,06	38.339.519,96

As adições do exercício correspondem a subsídios recebidos e a receber, de acordo com a seguinte composição:

	2014	**2013**
PIDDAC:		
Novo Terminal Cais do Sodré	437.500,00	437.001,00
	437.500,00	**437.001,00**

O montante de 437.500,00 euros recebido em 2014 refere-se a subsídios ao investimento recebidos do PIDDAC (Programa de Investimento e Desenvolvimento da Administração Central), destinados à cobertura financeira parcial dos investimentos referidos.

27 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Fornecedores" detalha-se como segue:

Descrição entidade	2014	2013
Petrogal	486.727,63	1.280.112,24
Companhia Carris Ferro Lisboa	409.022,03	490.015,75
Metropolitano de Lisboa	134.983,63	932.256,58
Gisparques	48.960,30	16.569,15
Mares Lusos	22.842,05	35.912,97
Electro Central Vulcanizadora	13.282,04	55.284,75
Administração Porto Lisboa	11.301,22	11.301,22
OTLIS	10.078,86	13.672,33
SCMA	6.016,20	149.106,85
Securitas	2.386,00	4.638,95
CP	900,49	1.832,26
Arsenal do Alfeite	-	137.546,69
Induma	-	97.770,38
HR Protecção	-	81.974,73
Corrinaval	-	29.128,25
Navyard	-	18.976,69
Cecílio e Carlos Sanfins	-	2.337,00
Outras entidades	214.103,48	512.074,08
Total fornecedores	1.360.603,93	3.870.510,87

Os valores em aberto resultam, essencialmente, de repartição de receita de passes combinados, aquisições de combustíveis e lubrificantes para a frota, serviços de segurança privada das instalações e embarcações, conservação e reparação da frota em estaleiros, assim como outras aquisições de serviços. Todos estes saldos são exigíveis no curto-prazo.

De acordo com a Demonstração da posição financeira consolidada, as dívidas a pagar a fornecedores apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores, conta corrente	31.12.2014	31.12.2013
0 a 180 dias	1.349.302,71	3.351.909,18
+180 dias	11.301,22	518.601,69
	1.360.603,93	3.870.510,87

28 Outras contas a pagar corrente

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica "Outras contas a pagar" é como segue:

		2014			2013		
	Nota	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais	i)	-	-	-	553.127,61	11.002.601,63	11.555.729,24
Outros credores							
Credores diversos	ii)	2.704.451,90	-	2.704.451,90	1.342.010,53	-	1.342.010,53
		2.704.451,90	-	2.704.451,90	1.895.138,14	11.002.601,63	12.897.739,77

i) **Fornecedores de investimentos** – este saldo em 2013 correspondia, essencialmente, ao valor corrente a pagar ao Metropolitano de Lisboa, EPE, relacionado com a transferência para a Transtejo das responsabilidades relativas ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima, 500.000 Euros e ao valor não corrente de 11.002.601,63 em 31 de dezembro de 2014, estes encontram-se regularizados, devido ao protocolo, para regularização de saldos devedores, assinados entre o Metropolitano e a Transtejo.

ii) **Outros credores** – dos saldos acima classificados como Outros Credores, os mais significativos referem-se aos valores a pagar ao Estado Português (2.650.239,56) registado como gasto do ano 2014 relativo à diferença entre o valor do investimento no Interface do Caís do Sodré (13.575.239,56 €) e a avaliação do mesmo no valor de (10.925.000,00€), no âmbito do protocolo entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, EPE e Transtejo. Os valores de 2013 de 1.227.312.18 €foram regularizados em 2014 pelo acordo de regularização de saldos assinado entre o Metropolitano e a Transtejo

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

29 Outros passivos correntes

O detalhe de "Outros passivos correntes" à data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

		2014	2013
Juros a pagar	i)	525.590,55	1.522.651,06
Remunerações a liquidar	ii)	1.403.916,25	1.380.046,56
Outros		995.487,82	729.952,24
Acréscimos de gastos		2.924.994,62	3.632.649,86
Subsídios ao investimento (Nota 26)		3.041.635,63	3.288.932,07
Antecipação de receita	iii)	393.760,15	344.245,50
Outros	iv)	439.901,59	200.089,66
Diferimentos passivos		3.875.297,37	3.833.267,23
		6.800.291,99	7.465.917,09

i) Juros a pagar – especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de instrumentos de gestão de risco de taxa de juro (meses de agosto a dezembro de 2014), cujo pagamento ocorrerá em 2 de fevereiro de 2015.

ii) Remunerações a pagar – especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros.

iii) Antecipação de receita - receita de passes intermodais a repartir pelos operadores, relativa a vendas efetuadas em dezembro de 2014, de passes válidos para o mês de janeiro de 2015.

iv) Outros – neste montante está incluído a especialização do protocolo da Navalria (400.000,00€)

30 Vendas e serviços prestados

O montante de prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados individual, é detalhado como segue:

Descrição		2014	2013
Tráfefo de passageiros:			
Bilhetes	i)	3.435.525,25	3.433.912,18
Multimodais	ii)	3.326.647,60	3.709.516,82
Passes próprios	iii)	1.077.529,64	1.089.993,51
Combinados	iv)	4.610.195,15	4.329.946,63
Zapping	v)	1.782.857,65	1.624.636,13
Tráfego de veículos	vi)	50.928,11	48.843,42
Aluguer de embarcações	vii)	50.074,30	147.164,08
Serviço de turismo	viii)	486.771,35	388.385,38
Outros		712,93	686,53
Total prestações de serviços		14.821.241,98	14.773.084,68

O montante das prestações de serviços em 2014 é essencialmente explicado por:

i) **Bilhetes**: rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática);

ii) **Multimodais**: rendimentos de passes de transporte que podem ser utilizados em diversos operadores de transporte público;

iii) **Passes próprios**: passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo / Soflusa;

iv) **Combinados**: sistema de passes que permitem a realização de viagens entre diversos operadores de transportes;

v) ***Zapping***: sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais recorrer à Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens;

vi) **Tráfego de veículos**: serviço de transporte de veículos em *ferryboats* entre Cais do Sodré e Cacilhas;

vii) **Aluguer de embarcações**: alugueres pontuais de embarcações a terceiros;

viii) **Serviço de turismo**: rendimentos das carreiras turísticas da Transtejo que operam entre 1 de abril e 31 de outubro.

31 Subsídios à exploração

O detalhe dos "Subsídios à exploração" é como segue:

	2014	2013
Indemnizações compensatórias	7.129.076,05	7.203.753,04
Passes 4_18@escola.tp, Passes Sub23@superior.tp, Passes "Social +"	380.053,27	341.346,01
PAII	8.924,31	131.764,39
Subsídio Remuneratório OE 2014	300.000,00	-
	7.818.053,63	7.676.863,44

O valor mais significativo registado nesta rubrica corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. As verbas atribuídas correspondem ao que se encontra definido no Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre o Estado Português e a Empresa em 21 de setembro de 2012 (Nota 2.2), estando registadas nesta conta pelo seu valor líquido de IVA.

32 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

	2014	2013
Combustíveis	7.424.701,74	7.980.129,57
Consumo de lubrificantes	161.062,03	391.144,83
Materiais de consumo	20.933,19	31.483,08
Economato	83.295,56	72.559,88
Consumo de sobressalentes	205.254,59	212.848,97
Consumo mat. reparações	60.802,50	138.167,85
Custo das matérias consumidas	7.956.049,61	8.826.334,18

Os principais valores incluídos nesta rubrica correspondem aos consumos de combustível pelas embarcações nas travessias fluviais operadas pelo Grupo entre as margens norte e sul do rio Tejo. O preço médio por litro do gasóleo foi de 0,67€ (0,73€ em 2013). Registou-se um ligeiro aumento no consumo de combustível que foi de 11,08 milhões de litros em 2014 (10,94 milhões de litros em 2013).

O apuramento das matérias consumidas nos exercícios de 2014 e 2013 foi determinado como segue:

		2014	2013
		Materiais de	Materiais de
Existências iniciais (Nota 14)	+	1.857.540,52	1.983.272,82
Compras	+	7.991.105,85	8.800.672,23
Regularização de existências	-	112.409,49	100.070,35
Existências finais (Nota 14)	-	1.780.187,27	1.857.540,52
		7.956.049,61	8.826.334,18

33 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe da rubrica de gastos com "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

		2014	2013
Conservação e reparação	i)	4.454.496,12	4.093.346,15
Seguros	ii)	484.116,36	1.187.390,09
Trabalhos Especializados	iii)	963.209,31	977.504,66
Vigilância e Segurança	iv)	988.571,55	1.009.703,62
Limpeza, higiene e conforto	v)	334.867,25	407.721,74
Rendas e alugueres	vi)	425.940,22	436.738,59
Electricidade		262.399,87	262.589,26
Comunicação		33.675,81	41.978,16
Honorários		71.615,54	52.766,94
Bilhetes e outros impressos		73.083,25	113.884,14
Publicidade e propaganda		19.641,69	73.737,06
Combustíveis	vii)	22.932,68	30.042,95
Subcontratos		-	7.957,58
Afretamento de Navios		-	-
Outros		608.928,62	248.352,36
		8.743.478,27	8.943.713,30

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota. Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante refere-se à cobertura de riscos relacionados com as 37 embarcações que compõem a frota do Grupo;

iii) **Trabalhos especializados:** serviços de natureza diversa, dos quais se destacam os trabalhos de auditoria, certificações de classe de embarcações e a utilização de mão-de-obra externa para preenchimento de necessidades temporárias de recursos humanos.

iv) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações;

v) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo;

vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul, com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente à taxa de concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro;

vii) **Combustíveis:** O valor desta rubrica refere-se exclusivamente a gasto com combustível da frota automóvel.

34 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2014 e 2013, desdobram-se do seguinte modo:

	2014	2013
Remunerações ao pessoal:		
Órgãos sociais	166.974,32	165.717,63
Pessoal	8.128.469,84	8.641.204,61
Encargos sociais	2.075.926,84	2.199.957,38
Outros	1.278.201,79	1.919.937,32
	11.649.572,79	12.926.816,94

O número médio de empregados do Grupo em 2014 foi de 475 (501 em 2013).

35 Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" em 2014 e 2013 é o seguinte:

	2014	2013
Penalidades Contratuais	-	14.000,00
Rendas e alugueres	527.354,50	471.572,52
Cedência de materiais	-	-
Cartões para passes e outros	347.495,75	282.194,60
Cedência de energia e água	26.852,96	27.632,18
Ganhos em inventários	-	119.647,26
Outros proveitos suplementares	-	-
Outros	6.025.676,69	128.359,00
	6.927.379,90	1.043.405,56

A rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é composta, essencialmente, pelos rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas) e à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e aos valores reconhecidos no período referente aos subsídios ao investimento no âmbito do protocolo realizado entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.PE, e Transtejo em 2014 (Nota 26).

A rubrica "Cartões para passes e outros" respeita às receitas de cartões "Lisboa Viva" e "Viva Viagens".

36 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de "Outros gastos e perdas" em 2014 e 2013 é o seguinte:

	2014	2013
Impostos	113.525,42	102.047,43
Perdas de imobilizado/Inventários	156.389,79	196.570,11
Quotizações	28.456,91	28.717,38
Outros gastos operacionais	41.888,47	163.734,33
	340.260,59	491.069,25

37 Gastos/reversões de depreciação e amortização

O detalhe da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização" em 2014 e 2013 é o seguinte:

Descrição	Notas	2014	2013
Ativos fixos tangíveis	9	5.309.717,46	6.609.449,04
Ativos intangíveis	10	34.581,58	173.796,03
Subsídios reconhecidos no exercíco	26	(2.818.682,74)	(3.288.932,07)
		2.525.616,30	3.494.313,00

38 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

		2013	2013
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados	i)	4.860.812,81	7.775.689,71
Outros gastos e perdas financeiras		128.163,53	1.123.619,44
		4.988.976,34	8.899.309,15
Resultados financeiros		(4.892.043,45)	(8.859.603,61)
		96.932,89	39.705,54
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros obtidos		7,18	7,07
Outros proveitos e ganhos financeiros		96.925,71	39.698,47
		96.932,89	39.705,54

i) **Juros suportados –** inclui juros referentes (i) a financiamentos bancários, (ii) ao empréstimo obrigacionista e (iii) a favor da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., nos termos do protocolo do Terminal Fluvial do Cais do Sodré e obra marítima adjacente.

39 Dividendos por ação

A Transtejo não pagou dividendos durante os exercícios de 2014 e 2013, uma vez que registou nos dois exercícios prejuízos de 5.898.929,04 Euros e 19.920.724,36 Euros, respetivamente.

40 Passivos contingentes

Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Grupo solicitou a emissão de garantias, como segue:

Beneficiário	Validade	Banco	31.12.2014	31.12.2013
APL-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA	Ilimitada	BPI	688,34	688,34
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	2.493,99	2.493,99
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	7.639,56	7.639,56
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	4.643,00	4.643,00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	2.173,00	2.173,00
SLE-ELECTRICIDADE DO SUL,S.A.	Ilimitada	BPI	5.450,86	5.450,86
GRENKE RENTING, S.A.	1 ano renovável	BES	35.424,00	35.424,00
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PORTUGAL,S.A.	Ilimitada	BPI	3.500,00	3.500,00
			62.012,75	62.012,75

Adicionalmente, as garantias prestadas pela Empresa ou pelo acionista ao abrigo dos empréstimos obtidos encontram-se divulgadas na Nota 23.

41 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014, a Transtejo é detida pelo Estado Português a 100%, sendo esta entidade o único acionista da Empresa.

41.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Transtejo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos fundamentais da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da Transtejo ascenderam a 179.604,19 € (165.717,63€ em 2013).

	2014	2013
Conselho de Administração	142.700,05	132.490,06
Assembleia Geral	324,22	324,22
Orgão de Fiscalização		
Conselho Fiscal	36.579,92	32.903,35
	179.604,19	**165.717,63**

Remunerações principais e acessórias auferidas pelos membros dos Órgãos de Direção

(Divulgação nos termos do nº 9 da RCM nº 155/2005 de 8 de setembro)

	2014		
	Remuneração	Outras Remunerações (2)	Planos de pensões / saúde
Engº João António da Silva Pintassilgo	61.227,84	12.811,37	2.583,84 (3)
Dr. Isidro Durão Heitor	49.183,08	10.652,87	-
	110.410,92	23.464,24	2.583,84
			136.459,00 (4)

(1) Vencimento pago directamente pela Transtejo, de acordo com o que auferia na EDP
(2) Inclui subsídios de alimentação e ajudas de custo
(3) Auferidos ao abrigo da sua relação de trabalho com a EDP, debitados posteriormente à Transtejo, que não dispõe de Plano de pensões interno.
(4) A diferença de 567,35 euros para o valor indicado na Nota 28 do presente anexo respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

	2013		
	Remuneração	Outras Remunerações (2)	Planos de pensões / saúde
Engº João António da Silva Pintassilgo	59.896,80 (1)	12.000,53	2.712,28 (3)
Dr. Isidro Durão Heitor	48.113,88	10.333,92	-
	108.010,68	22.334,45	2.712,28
			133.057,41 (4)

(1) Vencimento pago directamente pela Transtejo, de acordo com o que auferia na EDP
(2) Inclui subsídios de alimentação e ajudas de custo
(3) Auferidos ao abrigo da sua relação de trabalho com a EDP, debitados posteriormente à Transtejo, que não dispõe de Plano de pensões interno.
(4) A diferença de 567,35 euros para o valor indicado na Nota 28 do presente anexo respeita ao ajustamento da estimativa dos encargos com férias.

41.2. Transações entre partes relacionadas

Entidades relacionadas por via do Acionista (Empresas do SEE):

	2014				2013			
	Transacções		Saldo		Transacções		Saldo	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.	123.334,08	123.334,08	-	11.301,22	95.163,41	95.163,41	-	11.301,22
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	2.330.613,09	2.247.303,29	3.605,36	409.022,03	5.467.071,93	4.124.699,11	1.290,05	490.016,52
CP - Comboios de Portugal, EPE	422.547,03	425.694,32	25.869,07	1.604,01	706.588,04	690.800,45	28.783,28	1.832,26
Metropolitano de Lisboa, EPE	4.524.288,72	3.010.960,71	-	134.983,63	1.978.841,74	2.543.826,59	1.011.257,12	2.659.568,76
	7.400.782,92	5.807.292,40	29.474,43	556.910,89	8.247.665,12	7.454.489,56	1.041.330,45	3.162.718,76

Entidades relacionadas por via de Empreendimentos conjuntos:

	2014				2013			
	Transacções		Saldo		Transacções		Saldo	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
OTLIS, ACE	584.174,21	536.258,17	45.546,12	11.302,42	638.568,27	676.199,77	872,33	50.560,69
	584.174,21	536.258,17	45.546,12	11.302,42	638.568,27	676.199,77	872,33	50.560,69

42 Eventos subsequentes

Considerando a ausência de desenvolvimentos em 2014 relativamente ao processo de fusão por integração da Soflusa na Transtejo, determinado na Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010 de 15 de dezembro, não obstante o enquadramento desta operação nos objetivos estratégicos definidos para o Setor dos Transportes e as vária diligências efetuadas pelo Conselho de Administração, reforça-se a expectativa da ocorrência da concretização desta medida como o evento subsequente de maior relevo para a atividade da Transtejo.

Considerando que esta situação continua a condicionar a atividade da empresa, pela impossibilidade de implementar um conjunto de processos de reestruturação organizacional que seriam potenciados por essa operação, o Conselho de Administração prevê para breve a ocorrência de desenvolvimentos relevantes, perspetivando-se a concretização desta fusão no decurso do exercício de 2015.

Como desenvolvimentos recentes deste processo, destaca-se a nomeação, em regime de acumulação de funções (previsto no Decreto-Lei nº 161/2014 de 29 de outubro) de uma administração comum a todas as empresas públicas de transporte colectivo de passageiros de Lisboa, tendo como principal objetivo promover a interoperabilidade entre as diferentes empresas do setor. Deste modo, o processo de fusão entre a Transtejo e a Soflusa revela-se da maior oportunidade, sendo fator determinante para o sucesso da nova organização da Transportes de Lisboa.

Rui Lopes Loureiro
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do Conselho de Administração

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do Conselho de Administração

José Espírito Santo
Técnico Oficial de Contas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

José Rui Roque
Vogal do Conselho de Administração